

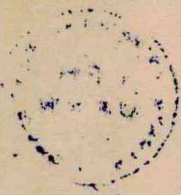
REVISTA DA ACADEMIA NORTE- RIO-GRANDENSE DE LETRAS

5/99

19/ 1987



1987 ano 19





REVISTA
DA ACADEMIA
NORTE-RIO-GRANDENSE
DE LETRAS

Natal / RN - 1987



ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS

DIRETORIA ATUAL

Presidente: Diógenes da Cunha Lima

Vice-Presidente: Dom Nivaldo Monte

1.º Secretário: Veríssimo de Melo

2.º Secretário: Luís Rabelo

Diretor da Biblioteca: Gumercindo Saraiva

Diretor da Revista: João Wilson Mendes Melo

Tesoureiro: Enélio Petrovich

Comissão de Contas: Sanderson Negreiros, Américo de Oliveira Costa e Maria Eugênia Montenegro

Comissão de Sindicância: Otto de Britto Guerra, Alvamar Furtado de Mendonça e José Melquíades de Macedo

ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS

CAD. — PATRONO SUCESSOR ATUAL
N.º

01—Padre Miguelinho	— Raimundo Nonato da Silva
02—Nísia Floresta	— Grácio Barbalho
03—Cons. Brito Guerra	— Otto Guerra
04—Lourival Açucena	— Enélio Lima Petrovich
05—Moreira Brandão	— Ascendino de Almeida
06—Luís Carlos Wanderley	— Gumercindo Saraiva
07—Ferreira Nobre — (eleito)	— Nestor dos Santos Lima — (eleito)
08—Isabel Gondim	— Nilson Patriota
09—Almino Afonso	— Dorian Gray Caldas
10—Elias Souto	— Paulo Macedo
11—Padre João Maria (eleito)	— Miguel Seabra Fagundes — (eleito)
12—Amaro Cavalcanti	— Veríssimo de Melo
13—Luís Fernandes	— Luís da Câmara Cascudo
14—Joaquim Fagundes	— Raul Fernandes
15—Pedro Velho	— Umberto Peregrino
16—Segundo Wanderley	— Maria Eugênia Montenegro
17—Ribeiro Dantas — (eleito)	— Aluizio Alves — (eleito)
18—Augusto Severo	— Dom Nivaldo Monte
19—Ferreira Itajubá	— Nilo Pereira
20—Auta de Souza	— Mário Moacir Porto
21—Antônio Marinho	— Luís de Carvalho Rabelo
22—Leão Fernandes	— Pe. Jorge O'Grady de Paiva
23—Antônio Glicério — (falecido)	— Jaime dos Guimarães Wan- derley — (falecido)
24—Gotardo Neto	— Antônio Soares Filho
25—Ponciano Barbosa	— João Wilson Mendes Melo
26—Manoel Dantas	— Diógenes da Cunha Lima
27—Aurélio Pinheiro	— Américo de Oliveira Costa
28—Padre João Manoel	— Jurandir Navarro
29—Armando Seabra	— Esmeraldo Siqueira
30—Mons. Augusto Franklin	— Manoel Rodrigues de Melo
31—Padre Brito Guerra	— José Melquíades
32—Francisco Fausto	— João Batista Cascudo Ro- drigues
33—Tonheca Dantas	— Oswaldo de Sousa

- 34—José da Penha
35—Juvenal Antunes
36—Benício Filho
37—Jorge Fernandes
38—Luís Antônio — (falecido)
- 39—Damasceno Bezerra
- 40—Afonso Bezerra
- Alvarado Furtado
— Gilberto Avelino
— João Medeiros Filho
— Newton Navarro
— José Tavares da Silva —
 (falecido)
— Raimundo Nonato Fernandes
— Sanderson Negreiros



ÍNDICE

CINQUENTENÁRIO DA ACADEMIA	
Nilo Pereira	05
EVOCÇÃO DE EDGAR BARBOSA	
Américo de Oliveira Costa	07
ASPECTO DA FORMAÇÃO CULTURAL DO HOMEM BRASILEIRO	
Nilo Pereira	11
O HOMEM E A MÁQUINA	
Dom Nivaldo Monte	25
O BEM QUE FEZ, FÊ-LO MAL, E O MAL . . . FÊLO-BEM	
Jurandyr Navarro	29
VERSOS QUE "PERSEGUEM" A GENTE	
Mário Moacyr Porto	33
SOLILÓQUIO DA SEMENTE	
Maria Eugênia	37
27 NOVAS TROVAS PREMIADAS	
Luiz Rabelo	41
UMA CRUCIANTE AMBIVALÊNCIA	
Nilson Patriota	47
LENDAS GLORIOSAS: A PAPISA JOANA, O DIABO E O JUDEU ERRANTE	
José Melquíades	63
UM POETA QUE TENTOU MUDAR DE NOME	
Nilo Pereira	73
HOMENAGEM DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA À MEMÓRIA DE ONOFRE LOPES	
Veríssimo de Melo	87
ONOFRE LOPES	95
D. JOSÉ ADELINO DANTAS	97
CERIMÓNIA DO LANÇAMENTO DO LIVRO "PENSA- MENTO E AÇÃO"	105
DISCURSO DO EX-GOVERNADOR SYLVIO PEDROSA	111

CINQUENTENÁRIO DA ACADEMIA

Nilo Pereira

No próximo dia três de dezembro a Academia Norte-rio-grandense de Letras completará cinquenta anos de existência. É um longo percurso sem tropeços, sempre dirigida para a luz — o “ad lucem versus”, com que a batizou o gênio latino do padre Luiz Gonzaga do Monte.

Honro-me de pertencer, como sócio efetivo, a essa instituição de cultura e de saber, que se irradia por todo o Nordeste brasileiro. Ali encontrei sempre um ambiente acolhedor e luminoso. Vi a Academia andar por todos esses anos, sem desfalecer. Assisti, mesmo de longe, à luta incessante de Manoel Rodrigues de Melo construindo a nova sede, “vendo, tratando e pelejando”, a pé e sem relógio, para não sentir a passagem e a incerteza do tempo.

* * * *

A Academia Norte-rio-grandense de Letras nasceu na casa de Luís da Câmara Cascudo, grande animador da cultura do Estado durante sua longa vida, que, só por si, é uma página da inteligência potiguar. Seu primeiro presidente foi o poeta e escritor Henrique Castriciano. Seus primeiros secretários foram Adherbal de França e Edgar Barbosa. Assim começou ela, já vitoriosa, comprometida com a tradição gloriosa de um Estado geograficamente pequeno, mas culturalmente imenso.

A missão das Academias é a de aglutinar talentos em torno das grandes causas do espírito humano. Isso é o que tem feito a Academia de Letras do Rio Grande do Norte, incansável no bem servir aos ideais da sensibilidade literária.

Grandes presidentes teve-os ela, dentre os quais Rodrigues de Melo e, por último, Onofre Lopes. Sob a batuta de Diógenes da Cunha Lima ela vive o momento triunfal do seu cinqüentenário e dá à geração mais nova o exemplo singular de uma instituição que tem sabido respeitar os seus Estatutos e dignificar a vida intelectual.

* * * *

O grande historiador da Academia é Veríssimo de Melo, com o seu livro "Patronos & Acadêmicos" que está a merecer imediata reedição atualizada. Sente-se nas páginas do escritor — tão diligentemente acadêmico — a emoção da grande vida de uma entidade de superior valia. É o tempo que passa transfigurado em eternidade.

EVOCAÇÃO DE EDGAR BARBOSA

Américo de Oliveira Costa

Houve uma época, Edgar Barbosa e eu trabalhávamos no "Diário de Natal". Foi aí que ele publicou, então, grande parte dos trabalhos que integrariam, depois, o seu livro "Imagens do Tempo". Vi-as surgir e erguer-se, uma a uma, esculpidas pela arte e pelo engenho do seu lúcido espírito. Apareciam, entretanto, como simples crônicas de jornal, focalizando homens, acontecimentos e situações a que o destino, num determinado momento, sobretudo nos dias tumultuários e amargos da última guerra, dera projeção ou sentido internacional. Somados, posteriormente, a outros ensaios, no livro já mencionado, passariam a dar, pela variedade dos temas, pela universalidade dos estudos, uma ampla e exata dimensão dos seus conhecimentos, de suas experiências intelectuais, dos seus versáteis contactos culturais. Páginas e reflexões sobre Cervantes, Nijinsky, Maquiavel, Stalin, Auta de Souza, Mermoz, Leonardo da Vinci, Juvenal Lamartine — como sobre as ruínas do Coliseu, a Universidade de Salamanca, Paris, Mossoró, um velho engenho, certamente de Ceará-Mirim, o cão Buck, de Eutiquiano Reis, — e ainda um ensaio sobre a condição do jornalismo, disciplinada entre a liberdade e a responsabilidade, — é entre motivações assim tão diversas e fascinantes que se movia o seu talento sem fronteiras, decalques ou "parti-pris", na fixação de elementos e ângulos que refletiam uma visão própria de fenômenos e fatos, tanto literários como políticos, tanto históricos como ecológicos.

Um jornal, como se sabe, e o que nele se contém, morrem, via de regra, no espaço de vinte e quatro horas; já se disse que nada mais velho do que um jornal do dia que pas-

sou. Insisto, porém, em que aquelas crônicas, escritas no borborinho da redação, e diretamente à máquina, pelas mãos nervosas de Edgar, animavam-se de tal flama insólita e bela, modelavam-se em tais substâncias e categorias intelectuais, que acabavam por resultar textos de antologia, à espera apenas, como afinal aconteceria, de serem selecionadas e escolhidas à natureza autônoma do livro. Nossa Universidade tomou a iniciativa da publicação do volume, e é sua honra que assim tenha agido.

Nos quadros culturais da província norte-rio-grandense, Edgar Barbosa se destacava sob irradiações singulares. Seu amigo e seu companheiro, como jornalista e como professor (e deste também sempre recordarão colegas e alunos a altitude mental, a correção das exposições, a palavra fácil e harmoniosa, o itinerário exemplar de mais de quarenta anos de cátedra), além da circunstância de havermos participado juntos de várias etapas, da vida intelectual do Estado, tal condição dá-me planos e perspectivas para um depoimento, como o que agora estou pretendendo prestar.

Em dezembro de 1949, ao ser por ele recebido e saudado na Academia Norte-rio-grandense de Letras, eu dele escrevia no meu discurso de posse: "Aquimista de um surpreendente laboratório fáustico, onde multiplica, com o sortilégio de seu estilo, imagens do tempo sempre contagiantes, ainda quando este rótulo não as distinga, — pelo colorido e pela palpitação. — tais manifestações de sua clara inteligência são, nas letras de nossa terra, uma daquelas "things of beauty", de que fala o poeta, uma das fontes de nossa emoção, um dos motivos de nossa alegria".

Nada teria a retirar, hoje, desse conceito que a passagem dos dias de nenhum modo alterou.

São muitos anos já, hélas! — meu caro Edgar, — a rolar sobre esse inesquecível episódio acadêmico. Havia, em nós ambos, certa fidelidade quixotesca aos objetos de nosso fervor, isto é, aos valores do espírito e da sensibilidade. Os ídolos da idade madura ou da terceira idade nem sempre permanecem nos altares a que os elevaram os entusiasmos e as exaltações, muitas vezes provisórias ou inconseqüentes, da juventude e da mocidade. A nenhum negaste, porém. As mudanças ocorreriam, talvez sob outros aspectos. E talvez, também, certos desencantos, nem sempre porém definidos. Eis, entretanto, os versos com que Rimbaud a tantos consola:

“Ô saisons! Ô châteaux!

Quelle âme est sans défauts!”

Desculpa-me se, nos teus últimos dias, não te visitei mais vezes, mesmo ciente de que seriam as derradeiras. Acompanhava, de fora, a evolução de tua moléstia. Doía-me, o espetáculo confrangedor de tua deterioração orgânica irreversível, ao mesmo tempo que falavas (desconfio que não acreditarias no que dizias, mas obedecias às leis inexorável da espécie de tentar sempre iludir-se, de procurar esperanças inexistentes, agarrando-se a aparências pueris contra as duas realidades) em mais dias menos dias comparecer ao “campus”, continuar as aulas, reingressar no quotidiano, reinserir-se no curso da vida...

Se te fosse dado o fenómeno da “volta”, recomecarias tudo de novo, sob os mesmos signos e os mesmos caminhos, servido pelos mesmos instrumentos do espírito e do sonho? Decerto que não há como imaginar de modo diferente. Aquela era a tua natureza, aquele o teu destino, ambos intransferíveis. Inclusive porque não foram caminhos percorridos inutilmente. Tua vida foi sob os prismas aqui acentuados, uma sementeira de beleza, de espírito de cultura, de sabedoria clássica e humanista. Nas margens das estradas, por onde passaste, foste deixando símbolos e marcas de afirmação, na cátedra, na Academia, no livro, na imprensa para admiração de tua terra e de tua gente.

“Honra dos homens, Santa Linguagem!” invocava Paul Valéry. Tuas “Imagens do Tempo”, por exemplo, e tantas outras páginas esparsas em plaquetas, revistas e jornais, a serem igualmente recolhidas, dizem e dirão sempre, como no testemunho do grande poeta, do teu amor essencial e do teu culto invariável às nobres e puras expressões do pensamento criador, o mestre, repito tantos anos depois, de fórmulas e sínteses perfeitas, na arte de falar e de escrever.

ASPECTOS DA FORMAÇÃO CULTURAL DO HOMEM BRASILEIRO

Nilo Pereira

Antes de estudarmos a formação cultural do homem brasileiro, devemos tentar uma definição de Cultura como expressão humana de vida e desenvolvimento dos valores sociais, através dos tempos.

Há inúmeras definições catalogadas, umas com fundamento no meio ambiental — clima, solo, agricultura, regime de trabalho — outras que resultam do conhecimento humano como aprimoramento do saber e da experiência. O conhecimento camoneano que vem do “saber só de experiência feito”, e que consagra as grandes navegações e os grandes descobrimentos dos séculos XV e XVI, é a capacidade que tem o homem de criar a sua própria ciência, a sua literatura, a sua arte, o seu domínio espiritual através de experimentos da inteligência criativa e especulativa, sempre na ânsia de encontrar soluções para os problemas da vida e da sociedade.

Sendo um ser gregário, por excelência, o homem foi desbravando o seu caminho em função das comunidades a que pertencia. A cultura é o que ele vai sedimentando nessa longa caminhada até chegar aos dias atuais, com o requinte da Tecnologia e da Ciência. Isso tem sido a sua grande ansiedade e, de certo modo, a sua perdição. Pois que o feitiço tem caído muitas vezes sobre o feiticeiro. O progresso tem envolvido o homem na teia de contradições em que ele se enreda, sendo vítima da sua própria criação. É o que estamos vendo no mundo moderno. O conflito entre a Tecnologia e o Humanismo define bem o nosso estado de espírito. O progresso não

e indefinido, como se pensava no século XVIII. Há sempre um entrave à ambição humana. A Torre de Babel nunca acabará de ser construída.

Diria, preliminarmente, que cultura, no sentido puramente espiritual e especulativo, é a sedimentação de várias civilizações. Há que distinguir entre cultura e civilização. A cultura é um estado de espírito. É o refinamento da inteligência humana ansiosa de encontrar a verdade. Sob esse aspecto — o genérico propriamente dito — a cultura é a face, por excelência da dialética humana. Daí as várias culturas que se somam na Cultura, os vários estágios da perfectibilidade humana em busca de um aprimoramento constante, dinâmico, do saber e do conhecer como categorias de um ser que procura a explicação universal de tudo. O homem é o “caniço pensante”, de Pascal. Mas é também o “homo viator”, de que fala Gabriel Marcel. É um valor especial na hierarquia da criação divina. Tem uma alma imortal, o dom da palavra, a imaginação que lhe é própria, noção existencial de sua presença no mundo.

O homem culto é necessariamente um homem civilizado. Pode haver cultura sem civilização; mas não há civilização sem cultura. Os portugueses encontraram no Brasil, em 1500, uma cultura, a cultura nativa, autóctone, isto é, uma concepção primitiva da vida. Trouxeram uma civilização, a europeia, e também a sua cultura, a sua tradição humanística, a sua religião, o seu modo de ser. Isso teria constituído um grave problema se os portugueses não possuíssem a rara capacidade de se aculturar, ou seja, de respeitar a cultura encontrada, misturando-a por assim dizer com a que chegava nas caravelas do Descobrimento.

A primeira página da História, que ainda não era a do Brasil, mas da Terra de Vera Cruz, — a Carta de Pero Vaz Caminha — é todo um capítulo sabiamente escrito da nossa Etnografia nascente. Vai além de um relato — ou de uma “relação de viagem”, como se costumava dizer na época — para se constituir na abertura científica de um mundo descoberto, onde a indiada nua recebia, espantada, aqueles nautas que remontavam, na sua formação, à Escola de Sagres. Vinham em linha reta do Infante D. Henrique, dos grandes sacrifícios de Ceuta e de Tanger, dos mares nunca dantes navegados, nos quais Luis de Camões e Fernando Pessoa souberam ver o mistério de um mundo novo, nascido sob as auras do Renascimento.

Sempre o mar — o mar-oceano — na mística lusitana desse arrojado náutico. Em Camões, mais do que em Fernando Pessoa, a compreensão dessas travessias perigosas dava a medida de uma aliança puramente renascentista: a visão de um atrevimento comandado pelos deuses do Olimpo e, ao mesmo tempo, por Deus e a sua providência.

Júpiter ordenou aos deuses — sobretudo a Netuno e a Marte — que protegessem as náus portuguesas. Mas nas velas dos navios sangrava em púrpura a Cruz de Cristo.

O mistério oceânico do descobrimento português condiciona o seu Renascimento. Culturalmente, o Brasil é filho desse século que deu Camões, Sá de Miranda, Gil Vicente, António Ferreira e outros. Nascemos em pleno Atlântico. O poema camoneano foi assim definido por Joaquim Nabuco: — “OS LUSIADAS” são um poema para ser lido a bordo, à sombra do velame”. Nada mais exato.

Nascemos de uma determinação da cultura náutica portuguesa e não do acaso, como por longo tempo se escreveu. A primeira tese magistral sobre a intencionalidade do descobrimento do Brasil foi escrita por Luis da Câmara Cascudo e defendida perante a Congregação do velho Atheneu Norte-riograndense. Estava presente o almirante Gago Coutinho, já glorioso pela travessia aérea de 1922, em companhia de Sacadura Cabral. Não cessava de aplaudir o historiador posto à prova no seu saber que, depois, se estendeu em tantos livros inumeráveis, que fazem dele uma Universidade antes da Universidade.

Não se pode estudar a História do Brasil sem esse enfoque renascentista. Tanto pela ciência de navegar como pela Fé somos filhos do grande debate europeu da época: o conflito entre a Igreja Católica e Lutero. Resultou daí a Reforma. Mas, nós, nesse conflito, saímos sob a bandeira da chamada Contra-Reforma, cuja expressão maior foi a fundação da Companhia de Jesus por um soldado ferido no cerco de Pádua: — Inácio de Loyola. A catequese jesuítica não é, assim, um acontecimento ocasional: é a marca de uma posição que se compadecia muito bem com a história portuguesa, desde Nuno Álvares Pereira até o Infante D. Henrique; desde Aljubarrota até Sagres, o sacro promontório. O velho do Restelo, que Camões põe diante do Tejo a temer pela sorte das náus que se aventuravam pelos mares povoados de lendas e de monstros, é apenas o símbolo de uma tradição já obsoleta,

que acreditava mais no fantástico do que no fático; mais na fantasia do que na experiência; mais na rotina do que na aventura.

Qual a cultura que vamos estudar hoje, aqui? A palavra, como lembra Cascudo no seu livro **Civilização e Cultura**, que é o livro de um sábio, teve, a princípio, um sentido rural e agrário: a cultura do pau-brasil, da mandioca, do acucar, do arroz, do café, etc. Depois, tomou outro caminho: tornou-se a figuração intelectual de um processo social e humano, que visa ao conhecimento e ao saber, como já foi dito. É essa cultura que vamos estudar nos seus aspectos mais importantes, partindo do geral para o particular, isto é, do homem brasileiro como um todo para o homem nordestino em suas peculiaridades mais importantes. Tudo isso dentro de uma abrangência histórica, que se desdobra, em síntese, nas várias culturas que nos formaram — a cultura literária, artística, política, jurídica, filosófica, científica — em rápidas pinceladas, mas que não deixem de acentuar o que somos culturalmente: o que representamos como produto de um século que marcou pelo nascimento da Modernidade, em oposição à Idade-Média. O racionalismo renascentista procurou substituir o medievalismo cristão e gótico, voltando às raízes greco-romanas, que são as fontes do classicismo.

Mas nem tudo se perdeu nessa mutação de categorias históricas. Nunca me canso de citar esse pensamento de Renouvin, que li numa bela conferência de Edgar Barbosa sobre Leonardo da Vinci: — “O Renascimento é um filho ingrato da Idade Média”. Perfeito como síntese. Eu me atreveria a acrescentar: um filho pródigo. Desperdiçou as riquezas medievais da cultura e da filosofia. Não chegou a voltar à casa paterna. Mas reconheceu, já ao findar o século da razão e das luzes, que nem tudo era erro na Idade-Média.

SÍNTESE HISTÓRICA

Antes de tudo, resultamos de uma miscigenação que não é apenas étnica, mas também cultural. As tres raças, que nos formaram, deixaram vestígios e influências indelévels. Os portugueses nos deram o conhecimento europeu. O indígena forneceu ao colonizador que chegava, a imensa curiosidade de sua vida e dos seus hábitos e costumes. O negro, que viria depois, nos porões dos navios negreiros, traria uma cultura mais adiantada. Sua presença na civilização brasileira

como escravo, comoveu poetas, estadistas, juristas, jornalistas, políticos. Joaquim Nabuco, que podia ter sido um par do Reino, como queria a sua madrinha Ana Rosa Falcão de Carvalho, em Massangana, foi o grande advogado dos cativos. Ele próprio, um cativo da liberdade. Pois a liberdade também cativa. Também escravisa. Em 1883, Mossoró liberta os seus escravos, pioneiramente. Nabuco, no seu livro sobre o Abolicionismo, não se refere ao fato. No entanto, um seu colega de turma, Paulo de Albuquerque, é um dos baluartes da causa, em Mossoró. Ao lado de Almino Afonso, latinista e jurista, fala, agita-se, está em toda parte. No dia 30 de setembro de 1883, cinco anos antes da Lei Áurea, o povo está nas ruas. Almino Afonso fala dez vezes durante o dia e redige a Ata da libertação em estilo empolado.

Dessas três raças procede a nossa criação literária. Gilberto Freyre dá em *Casa Grande & Senzala*, a síntese admirável, nestas palavras:

“Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, como já salientamos às primeiras páginas deste ensaio, um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o hereje. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo”.

Eis o quadro de nossa formação. Um desafio à unidade étnica e social. Como se constituiria a futura Nação que começava como uma coberta de tacos?

Este, o verdadeiro milagre brasileiro. Milagre dos Guararapes. Onde o destino do povo foi selado. Daí por diante o flamengo invasor começa a decair. Pernambuco é um complexo de Capitânicas: Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Bahia. Um caso talvez único no Continente.

A literatura não revela de modo geral esse estado de espírito. Mas Bento Teixeira escreve a sua *Presopopéia*, uma imitação medíocre *d’Os Lusíadas*.

Tem razão Ronald de Carvalho — seguindo nesse passo Sylvio Romero — quando diz que os nossos primeiros es-

critores foram os jesuítas. Não eram brasileiros, mas viviam e construíam o Brasil. “Átilas da Fé”, foi como os chamou Castro Alves. Estavam em toda parte. Um deles, de tanto andar, ficou conhecido como o Padre Voador. Não andava, voava.

As Cartas dos Jesuítas os identifica como os primeiros cronistas do Brasil. Davam conta de tudo. Da Vida da Companhia e da vida do povo, que quatro séculos depois seria Nação.

Começava a surgir um Brasil rico, um novo El-Dorado. Era o começo do ufanismo, que haveria de consagrar o Conde de Afonso Celso. Esse Brasil maravilhoso, utópico, espécie de ilha da fantasia, atraiu a cobiça dos estrangeiros. Franceses, holandeses, ingleses voltam as suas vistas para esse reino fantástico. Os holandeses passaram vinte e quatro anos em Pernambuco. Fundaram o Brasil-holandês. Somente, não contavam com a bravura dos brasileiros do Nordeste — os Felipe Camarão, os Henrique Dias, os Vidal de Negreiros — que levantaram o povo e terminaram expulsando o invasor batavo.

Não falta quem lamente isso. Diz-se que o Brasil-Holandês teria sido mais próspero e mais adiantado se preferíssemos a Holanda a Portugal. Os brasileiros desobedeceram ao rei para melhor servir ao Rei, já um tanto inclinado a entregar Pernambuco à Holanda, de acordo com o “papel forte”, atribuído ao Padre Antônio Vieira. Isso não aconteceria. A literatura brasileira começa a refletir o nacionalismo em ação. Era a consciência da terra, que vinha despertando.

Impossível citar todos os nomes. Registro os fatos. Uma literatura, mesmo de ficção, espelha a realidade. Só na “belle époque”, nos anos 20, ela seria definida por Afrânio Peixoto como “o sorriso da sociedade”. Essa era a literatura pela literatura, a arte pela arte. Foi o tempo em que Coelho Neto — ironicamente chamado por Oswald de Andrade de Coelho Avô, porque não aceitou a Modernismo e proclamou-se “grego”, após a conferência de Graça Aranha na Academia Brasileira de Letras — escrevia sobre o sertão brasileiro como se fora um sertão grego. Nada de nordestino. Nada de telúrico.

A LEGENDA DOS SÉCULOS

O século XVI é o século do colonialismo e do mercantilismo. Há uma revolução comercial. Há Estados, como a Holanda, que fazem do comércio uma ambição desenfreada. É o capitalismo de Estado, que chega ao Brasil pelos flamengos. Mas isso não desestabiliza a colônia portuguesa, que foi também espanhola. Vem a reação decisiva. Pernambuco, o Rio Grande do Norte, a Paraíba, o Ceará, o Maranhão, a Bahia comandam a resistência. Luta-se claramente por uma identidade política. Ali, nos Montes Guararapes, escreveu-se certo o endereço do Brasil, disse Gilberto Freyre.

O século XVII consolida a nossa auto-determinação. Pode-se dizer que é o século do Padre Vieira. Deixou a sua cátedra em Portugal e veio pregar no Maranhão, no Recife, na Bahia. O maior orador do seu tempo. Certamente, o público não entendia os seus Sermões. Mas, hoje, sabe-se que a sua palavra — a um tempo de lógico e de mágico — enfeitiçava multidões.

O século XVIII começa com o ímpeto libertário de Bernardo Vieira de Melo, querendo que Olinda fosse uma república independente “ad instar” da de Veneza. Momento culminante da desobediência pernambucana. Primeiro brado de República. Sinal de que esse protesto ia prosseguir. O Nordeste não tinha meios publicitários para fazer sentir o seu pensamento. Mas, na sua alma, estava a centelha da liberdade, que ninguém conseguiria apagar. Este é também o século da Revolução Francesa, das idéias libertárias, consubstanciadas na lição de 1789, na França.

A literatura francesa impressiona a inteligência brasileira. No Recife, viajantes estrangeiros se admiram de encontrar em bibliotecas particulares livros franceses, que pregam a liberdade contra a tirania e o despotismo. É o século da conjuração mineira. A preparação para outras inconfiências.

O século XIX abre com o Seminário de Olinda. “Escola de Heróis”, chamou-o o Cônego Carmo Barata, num livro clássico. Era o começo das revoluções liberais. Vinha em caminho a revolução de 1817. A mais bela revolução do período colonial brasileiro. O governo republicano durou quase 7 meses. Seu Secretário geral foi o Padre Miguelinho, norte-rio-grandense eminente. Sua estola está no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Comunica a chama

inapagável do idealismo de 1817. O poema de Dorian Caldas revive em estilo épico a grande figura do sacerdote sacrificado, que o Conde dos Arcos quis salvar da forca. Migueiinho recusou altivamente. Deixou um nome que a História guardou.

O século XIX é também o da Confederação do Equador, de 1824, Frei Caneca está à frente do grande movimento. Seu jornal — **O Typhis Pernambucano** — é o primeiro panfleto que aparece em estilo veemente no Nordeste brasileiro. No ano seguinte é fundado o **Diário de Pernambuco**. Em 1827 é criado o Curso Jurídico de Olinda. Grande transformação na cultura e nos hábitos pernambucanos. Olinda convertida quase numa outra Coimbra: estudantes de capa negra descendo e subindo as velhas ladeiras do “burgo eclesiástico”. A influência francesa na literatura, na arte, no jornalismo, na moda é marcante. A grande presença é a do poeta Victor Hugo. A escola romântica obedece ao seu comando: é o condoreirismo, representado no Recife por Castro Alves e em Natal por Segundo Wanderley.

A legenda francesa de Eugène Pelletan “Le Monde marche” — domina a imprensa do Rio Grande do Norte, especialmente a natalense. Fundam-se numerosos grêmios literários. O ensino do Francês é tão importante quanto o aprendizado do piano. A escrava Isaura, do romance de Bernardo Guimarães, toca piano e fala Francês. Estamos no auge do Romantismo.

Na França, na Alemanha e na Itália a norte-rio-grandense Nísia Floresta Brasileira Augusta representa a mulher feminista, escritora e poetisa, que tão alto elevou o nome do Rio Grande do Norte junto a Augusto Comte e a outras celebridades francesas do tempo.

Veio a Abolição e proclama-se a República. O Brasil entra na fase do Positivismo. Pedro II deixa uma tradição liberal e humanística, que os historiadores ressaltam.

Não podemos esquecer que, no último quartel do século XIX, a Escola do Recife, fundada por Tobias Barreto, inaugura a fase do culturalismo germânico, na expressão de Miguel Reale. A influência francesa se desloca subitamente para a Alemanha. “A Alemanha é a minha loucura”, proclama Tobias Barreto. Estudantes de vários Estados nordestinos se deixaram contagiar pela revolução filosófica de Tobias. O governador do Rio Grande do Norte, Ferreira Chaves, se dizia publicamente discípulo de Tobias. Enquanto outros governa-

dores do Estado, tais como José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, eram mais da vertente de Clóvis Beviláqua. De qualquer modo a influência germinai do Recife.

Tobias impediu de alguma forma que o Positivismo se espalhasse no Nordeste. Ele havia trocado Comte por Hermenn Post e Rudolph von Ihering. Não criava propriamente um polo cultural; mas incentivava as novas gerações a admirarem a Alemanha. O Direito passou a ser um fenômeno social explicado pelo monismo e pelo darwinismo.

O século XX traz toda essa herança múltipla, que hoje se reflete na política do desenvolvimento nacional. É o século da Tecnologia, que deslumbra e atrai como uma espécie de teologia dos novos tempos. Mas há — adverte Toynbee — uma “tecnologia maligna”: aquela que mata no homem a sua humanidade. A máquina é o símbolo da nossa época. É a serpente expulsa do Paraíso.

O grande acontecimento é a celebração do centenário da Independência Nacional. O Presidente da República é um nordestino — o paraibano Epitácio Pessoa. O rei da Bélgica vem em visita ao Brasil. Cria-se a Universidade brasileira, que só teve uma função: dar o título de Doutor “Honoris Causa” ao rei da Bélgica.

Um ano marcante na cultura brasileira. Instala-se em S. Paulo a Semana de Arte Moderna. Grande acontecimento. Publicam-se dois grandes livros: **A Igreja, A Reforma e a Civilização**, do Padre Leonel Franca, e **Pascal e a Inquietação Moderna**, de Jackson de Figueiredo. Surge o grande crítico do Modernismo, que é Tristão de Athayde. A um século da Independência política proclama-se a independência literária. O movimento se alastra. Em Natal a maior expressão do Modernismo é Jorge Fernandes, redescoberto por Veríssimo de Melo. Cascudo escreve em estilo moderno o seu **Bric-à-Brac**, nos jornais. Períodos curtos. Pouca adjetivação. Nada de metáforas e de imagens rebuscadas. Os jornais mudam de estilo. Os editoriais ou artigos-de-fundo, como eram chamados, perdem a força emocional do adjetivo. A língua é a portuguesa, mas o modo de escrever é brasileiro.

MESTRE CASCUDO

Nunca se terá dito bastante de Cascudo. É o mestre de Natal. Um admirador seu chamou-o Imperador de Natal. Sua obra espanta por ser de um homem só. Um homem plural pa-

ra uma obra imensa. Jamais quis sair de sua cidade. Vi quando Agamenon Magalhães, governador de Pernambuco, o convidou para ficar no Recife, ocupando o lugar que quisesse. Ele respondeu que em Natal estava o seu canto. O seu canto de muro, acrescentei. Seu **Dicionário do Folclore Brasileiro** é um monumento, só comparável aos **Sertões**, de Euclides da Cunha e a **Casa Grande & Senzala** de Gilberto Freyre.

Foi o maior professor que conheci. E o maior "causeur". Assisti, certa vez, a uma aula de Cascudo em que ele se sentou no chão e estirou a língua para os alunos. Nós respondemos à altura. Era a comprovação da tese que estava defendendo: a universalidade dos gestos. Assunto em que Verissimo de Melo é mestre. Mestre também do Folclore. Discípulo maior de Cascudo.

PIONEIRISMO

O Rio Grande do Norte é um Estado pioneiro. Muita coisa começou aqui. Eis, sumariamente, uma enumeração de pioneirismos norte-rio-grandenses:

- 1 — A fortaleza dos Reis Magos como construção e estilo, estudada em profundidade por Hélio Galvão;
- 2 — Nísia Floresta e o feminismo, que tanto escandalizou a professora Izabel Gondim, cuja carta de reprovação e de achincalhe João Medeiros Filho publicou;
- 3 — A Escola Doméstica de Natal, ainda hoje única no Brasil, fundada por Henrique Castriciano em 1.º de setembro de 1914, em plena Primeira Guerra Mundial. Sua primeira turma foi diplomada em 25 de novembro de 1919, tendo como paraninfo o grande historiador e diplomata Oliveira Lima, que proferiu, então, no Teatro "Carlos Gomes", sua famosa conferência sobre Nísia Floresta Brasileira Augusta, "a mais notável mulher de letras do Brasil", como chamou;
- 4 — O voto feminino, que consagra o pioneiro Juvenal Lamartine e o primeiro senador eleito pelo sufrágio das mulheres, José Augusto Bezerra de Menezes;

- 5 — A aviação civil. No governo de Juvenal Lamartine foram construídos vários campos de pouso no Interior do Estado;
- 6 — A aviação internacional, com Augusto Severo, dando a sua vida pelo seu ideal;
- 7 — A Sociedade Brasileira de Folclore, fundada e dirigida por Luis da Câmara Cascudo, em 30 de abril de 1941;
- 8 — O CRUTAC, que devemos ao pioneiro inesquecível que foi o Reitor Onofre Lopes, interiorizando a Universidade, que nasceu nas suas mãos;
- 9 — A Barreira do Inferno, que nos lançou na civilização espacial.

A propósito de tantos eventos, consulte-se o **Calendário Cultural e Histórico do R.G.N.**, de Verissimo de Melo.

A UNIVERSIDADE

O Brasil demorou muito a ter a sua Universidade. O primeiro projeto é o da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, de 1823, dissolvida por um golpe de força do Imperador Pedro I. Muito mais tarde, Pedro II pretendeu criar uma Universidade. Submeteu seu projeto ao Instituto dos Advogados, que o rejeitou. Morreu aí a iniciativa.

A primeira Universidade criada no Rio Grande do Norte foi a Universidade Popular, no mesmo ano em que foi instalada a Faculdade de Farmácia e Odontologia. N'A República de 19 de agosto de 1979, o prof. Itamar de Souza recorda essa tentativa, que ficamos a dever a Luis da Câmara Cascudo, "lui, toujours lui".

Instalada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, teve pouca duração. A aula inaugural coube a Cascudo. O Conselho Diretor era composto de Luis da Câmara Cascudo, Paulo Pinheiro de Viveiros, Waldemar de Almeida, Sérgio Severo e Luiz Vieira. Segundo Verissimo de Melo a Universidade obedecia ao modelo europeu. Houve apenas dezoito aulas. A semente germinaria depois, quando da criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, no governo de Dinarte Mariz, pela lei de 25 de junho de 1958. A federalização se deu em 18 de dezembro de 1960. O CRUTAC foi instalado em 2 de agosto de 1966. Tudo por ini-

ciativa do grande idealista, que foi Onofre Lopes. As Universidades regionais muito contribuíram para a formação do homem nordestino. Antes delas, quase não tínhamos engenheiros para a Estrada de Ferro Central e para a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Bacharéis e médicos se formavam no Recife e na Bahia.

A formação universitária é um dos capítulos mais importantes de nossa cultura no espaço e no tempo em que atuam as Faculdades e Escolas, que são o "complexo" da Universidade.

A VASTIDÃO DO TEMA

Há que considerar a vastidão do tema que me foi confiado. O resumo é incompleto e falho. Pois que somente num livro se poderia tratar de todos os aspectos de nossa formação cultural.

As escolas literárias produziram os seus efeitos. O romantismo, o simbolismo, o parnasianismo deram grandes nomes. Grandes nomes pertencem à Escola Mineira, onde os poetas foram também inconfidentes, tais como Cláudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga e outros. Na Bahia o grande poeta satírico Gregório de Matos resiste vigorosamente ao tempo. Castro Alves é modelo perfeito e acabado do poeta condoreiro. Poeta social, como seria chamado hoje pelos seus poemas sobre a escravidão. Álvares de Azevedo, em S. Paulo, é um romântico à maneira de Byron, de Musset, de Espronceda. Sousândrade no Maranhão. O Rio de Janeiro é o centro de atividades intelectuais. É lá que se exerce o grande jornalismo. Esplende o gênio de Ruy Barbosa. Joaquim Nabuco e José de Alencar se envolvem em terrível polêmica, da qual, mais tarde, se arrependerá Nabuco, convencido de que havia cedido muito às paixões pessoais.

De todos, Joaquim Nabuco é o mais brasileiro na fixação dos seus temas. O abolicionismo lhe permite ver profundamente a realidade brasileira. Euclides da Cunha faz de Canudos a sua Tróia cabocla: é o épico daquela tragédia obscura e fanática. Raul Pompéia é o mestre do romance psicológico. Mas o mestre maior é Machado de Assis. Na poesia impera Bilac. Na prosa, Coelho Neto. A Rua do Ouvidor é a passarela dos grandes nomes da época: escritores, poetas,

jornalistas, políticos, parlamentares, diplomatas desfilam nela. É a “belle époque”, que Coelho Neto recorda no seu livro: mais legível — **A Conquista**.

Só podemos ver e rever tudo isso a vôo de pássaro. Os tempos mudaram muito. Era natural que assim fosse. Na Província ecoavam as celebridades do Sul.

Temos, hoje, bastante autonomia de vôo. O Sul continua nos ignorando. Mas, no Nordeste, ao qual procurei dar ênfase especial, continuamos lutando pela nossa identidade cultural.

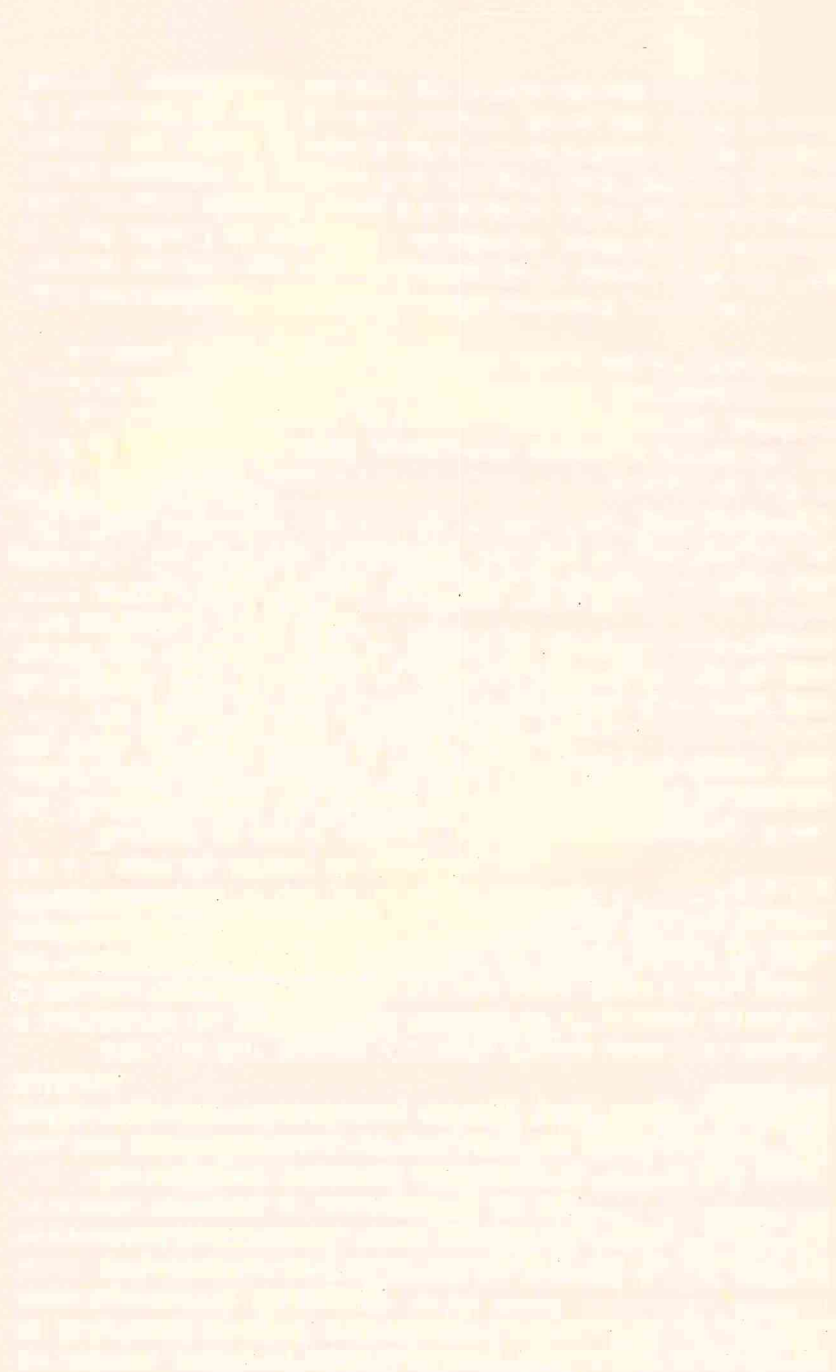
Até que por último, Gilberto Freyre criou, no Recife, o Seminário de Tropicologia. Estuda-se o “homem situado”. O homem tropical. O homem e o seu meio. Essa é uma grande realização cultural, que nos tira da antiga noção de inferioridade de raça, projetando a nossa face no espelho de nossa autenticidade. O que já se vinha tentando no romance, como é o caso de Aluizio de Azevedo.

Surgem os novos estilos, como em Guimarães Rosa. Na cidade do Natal, um grande poeta marca o auge do romantismo apaixonado: Ferreira Itajubá. Outro grande poeta, que não pode ser esquecido: Othoniel Menezes.

Os velhos jornais aí estão adormecidos. É só tocar neles e criam vida. E trazem de volta os anseios de outras gerações nos versos de Auta de Souza, de Henrique Castriciano e de Sebastião Fernandes.

É uma longa viagem, essa. Mas, encantadora. Tudo vai passando. Há sombras luminosas, que não se apagam.

Elas convivem conosco, na mesma “servidão jubilosa”, de que fala Cascudo.



O HOMEM E A MÁQUINA

Dom Nivaldo Monte

O homem é no mundo o centro do universo criado, a fonte da história, fundamento de todas as origens, razão primordial de todo o desenvolvimento, objetivo de todas as aspirações, idéia motivadora de todo o vir-a-ser.

Foi para isto que Deus criou o mundo e, no mundo colocou o homem para louvor de sua glória.

A criação seria muda se não existisse o homem — capaz de a escutar.

Foi para que o homem pudesse se realizar, buscando a perfeição de seu vir-a-ser, que Deus criou a terra com suas potencialidades, oferecendo, assim, ao homem os meios e os instrumentos para que o mesmo pudesse viver, se realizar e ser feliz.

Mudar esta ordem das coisas, seria subverter o pensamento do Criador, tornando o homem escravo da matéria e da história, dos fatos e das coisas, no falso suposto de que a segurança e o bem-estar do indivíduo possam ser esquecidos, quando se trate da segurança e bem-estar do Estado ou da Nação. Só em situação excepcionalmente grave, em conjuntura de exceção, poderemos suspender, momentaneamente, o uso de certos direitos humanos, em defesa de uma sociedade mais segura e menos falha.

Em qualquer situação-econômica, política ou social — o Estado e a sociedade não podem estar bem se bem não estão seus cidadãos.

Uma economia que desconhece a justiça e a caridade é uma economia tirânica e malfazeja, que traz em seu bojo o germe de todas as destruições.

Se o problema primordial do homem é de alimento e não de divisas, como olhar, com bons olhos, uma política econômica que, mesmo quando pensa em agricultura, o faz tendo em mira, não a alimentação do povo, mas, o incremento das exportações?

Uma política que se interessa mais pela máquina do que pelo operário, não pode ser uma política séria, onde as utilidades, por causa de sua mais valia, tomam o lugar das necessidades básicas do povo.

Uma política energética onde o petróleo é mais importante do que o feijão, por julgar-se mais importante não faltar alimento para as máquinas, muito embora possa faltar alimento para o povo.

Dir-se-ia ser prosaica, se não fora trágica, a atitude de um governo que se inquieta, numa quase obsessão, pela escassez de petróleo, enquanto pode-se dormir tranquilo quando o povo passa fome.

Em campos antes destinados à produção de feijão, se planta soja para se exportar, enquanto em terras próprias à cultura de alimentos básicos para a população, se planta cana para as destilarias de álcool. Certamente a soja produzirá divisas, e o álcool movimentará as máquinas, enquanto o custo de vida sobe e o homem se alimenta menos.

Não faltará óleo para lubrificar as máquinas, e mantê-las em bom estado de funcionamento, mas, a saúde do povo, mal nutrido e pouco cuidado, mais cedo ou mais tarde, pode se tornar fator de destruição e de morte.

Hoje, para se manterem em perfeito estado de funcionamento, certas indústrias cuidam de seu equipamento industrial com tal desvelo e sofisticação, no que diz respeito à limpeza, à temperatura ambiente, para que o mesmo não se deteriore e assim consiga mais e melhor produto. A máquina não pode trabalhar sob um calor intenso e numa atmosfera insalubre. Pode, porém, o homem sufocar de calor e se envenenar de toxinas. . . A higiene industrial moderna vê mais a saúde de suas máquinas que o bem-estar de seu operário.

Equipes de médicos industriais (mecânicos) estão sempre postos para cuidar do bom funcionamento das máquinas, mas, são poucos os que se interessam pela saúde de seus operários.

Um outro interesse permanente da indústria é o aprimoramento de seu parque mecânico. Equipes de estudo e de pesquisa estão em permanente estado de investigação, levadas pela inventiva, com o intuito de criar novos modelos de maquinaria, tendo em vista maior beleza, maior robustez, maior funcionalidade, maior eficácia, para maior desempenho de suas fábricas, enquanto se relega a um plano secundário o aperfeiçoamento do homem em seus valores físicos, espirituais e morais. Há um limite de fadiga para os metais e um tempo ótimo para o uso contínuo de certas máquinas. A reposição de peças está no pensamento de todo bom industrial, e um check-up periódico está nos planos de manutenção de qualquer indústria de bom senso. Enquanto o homem, matéria-prima da maior nobreza, fica quase sempre relegado a um segundo plano.

Uma alimentação adequada, uma saúde robusta, um aperfeiçoamento constante em relação ao homem, deve ser o objetivo prioritário de qualquer nação que deseje, de fato, atingir um desenvolvimento harmônico e integral, onde a quantidade de bens, não venha a debilitar a qualidade da vida.

Como aceitar, sem um protesto, que um País economicamente rico como o Brasil, e um Estado com as potencialidades agrícolas do Rio Grande do Norte (neste momento convém lembrar nossos vales úmidos e secos, com nossos infinitos tabuleiros à espera de um aproveitamento racional) ainda possam ser palco, onde multidões morrem de inanição e de fome?! Onde está nossa capacidade para mudar, de uma vez por todas, esta situação de descaso e de frieza, diante de problemas que, com um mínimo de técnica, de bom senso e de boa vontade, poderiam ser equacionados e resolvidos, em um tempo relativamente curto.

Os vales do Apodi, Açu, Ceará Mirim, Santo Alberto e tantos outros estão à nossa espera, oferecendo meios para a mais completa redenção econômica dos que trabalham a terra e dos que transformam a natureza, na busca de uma vida mais humana, conformando-se com o pensamento do Criador que, criando o homem, o quis realizado e feliz.

“O BEM QUE FEZ, FÊ-LO MAL, E O MAL... FÊ-LO BEM”

Jurandyr Navarro

As primeiras letras cursou no Colégio Navarra, em Paris. A sua vocação inicial foi a militar. Palpitava no imo do coração a vontade de conquista.

Educaria o corpo para a rudez da vida nômade? Naquele tempo a cavalaria estava na sua plenitude como arma bélica. E o soldado, o cavaleiro, com o seu código de honra, empreendia jornadas audaciosas em terras inóspitas e não sabia se voltava, onde acampar, dormir e alimentar-se. Aguentaria o seu corpo enfermizo o troyel do dia e a frieza da noite?

Desde moço que Armand-Jean du Plessis sofria dores intermitentes de cabeça e era acometido amiúde de doenças intestinais e má circulação, pesado fardo que o acompanharia por toda sua vida de cinquenta e oito anos.

A sua grande ambição de subir mais e mais seria satisfeita plenamente com a limitação da carreira das armas? E essa determinação de crescer sempre e sempre tolhida seria pelas rígidias normas da corporação bélica? Como conciliar essas dúvidas que aturdiavam o seu espírito de homem ambicioso?

A desistência do irmão Afonso de ser Padre leva Armand-Jean a deixar a farda e vestir o hábito e abraçar atividades onde outros ângulos da inteligência seriam mais soliditados: na Igreja e na Política.

Do Colégio que saíra para a Academia Militar, ingressa agora na atividade e estudos escolásticos. Ele teria que mudar. É elogiado durante o curso pelos professores. Via-se claramente o que almejava pelo atrevido título da sua Tese de

Magister, defendida na Sorbone: — “Quem me será igual?”. O futuro Bispo de Luçon intrigou os seus perplexos examinadores com a sua jactância.

Finalmente, na escolha, a raposa preponderou sobre o leão. Iria se dar bem com a venenosa murmuração palaciana, as intrigas, as maquinações sórdidas e as delações maquiavélicas. É que do seu ministério religioso ele optou pela política. A prudência da serpente seria a sua insígnia secreta. E o político teria ascendência sobre o padre.

O egrégio axiome de Cardeal o ajudou em suas ambiciosas aspirações. Na sua época absoluta, e ele aprimorou o absolutismo monárquico, naquele tempo, a Religião se achava intrinsecamente vinculada ao Estado e influenciava as decisões do Regime. O Trono e o Altar, juntos, eram imbatíveis, naqueles dias de devoção fanática e da política forte, onde só imperava o poder real. Um, detinha a inteligência, e o outro, o cetro. É escusado repetir que o poder era absoluto. Toda decisão era considerada coisa julgada. Somente o coração do monarca era instância recorrível, no tribunal político. Anos seriam decorridos para que esse poder soberano e teocrático fosse dividido pela concepção genial de Locke e Montesquieu, com a criação do Legislativo e Judiciário.

O Duque de Richelieu estava investido no cargo principal do Reino, depois do Soberano: Ministro único! Uma espécie de Primeiro Ministro nas Repúblicas Parlamentares modernas, congregando maiores poderes.

Antes, haviam uns Ministérios menores, em importância política, que ele, diplomaticamente, foi suprimindo, um a um, inclusive os importantes cargos de Almirante e Condestável. Astutamente, mantinha na órbita do Poder, um Secretário Extraordinário, seu confidante, conhecido na Côte como “Eminência Cinzenta”: François Leclerc du Tremblay Padre José), da Ordem dos Capuchinhos.

Além disso, conhecedor profundo da natureza humana (e ninguém faz bem política desprovido desse dom psicológico) aproveitou a chance, com astuciosa vivacidade, chance surgida com a separação, por conveniências, de Luiz XIII, o Monarca, e sua consorte, a Rainha. Passou, assim, o Cardeal-Duque, a privar da amizade da mulher do Rei, não concebendo que alguém interviesse entre ambos. Ocupou os espaços, como se diz hoje.

O "Homem Vermelho" foi Deputado por Luçon, Poitiers e Maillezais, depois Conselheiro, Secretário Particular da Regente Maria de Médices, eleito Esmcler da Rainha Ana da Áustria. Em seguida, Ministro de Estado, da Guerra e das Relações Exteriores.

O seu poder era tal que causou apreensões e temor. Por duas ou três vezes os seus rivais tentaram contra a sua vida. Richelieu revida a ofensa incontinenti, eliminando nobres e generais, com a morte. De outra, a nobreza preparalhe uma conspiração. É descoberta e seus integrantes pona na cadeia, sendo quilhotinado Cinq-Mars (Monsieur le Grand e De Tous, magistrado.

Referendou decretos abolindo duelos. O conde de Bouville bateu-se na Praça Royal, desafiando as suas determinações. Richelieu não se alterou. A sua reação sobreveiu precipite: mandou enforcá-lo publicamente.

Não tergiversou, também, em prender, na Bastilha, o general Bassompierre e mandar à força o marechal Marillac, por malversação dos dinheiros públicos.

Foi maior político do que religioso. Colocava os interesses do Reino acima dos interesses da Igreja. Achava que os protestantes formavam um Estado dentro do Estado. Na guerra civil contra eles o próprio Richelieu assumiu o comando dos exércitos e os derrotou, em La Rochelle. Depois, para derrotar a Casa da Áustria, não teve pejo em se aliar às potências do credo de Lutero. . .

Em relação aos amores do ardiloso Cardeal, a história não registra, com certeza, tais envolvimentos. Murmuram, as más línguas, ligações platônicas com a linda mademoiselle Marion de Lorme e com a consorte do antecessor do Rei-Sol. A primeira, na clandestinidade, celebrou casamento com o conde Cinq-Mars. Richelieu, talvez enciumado, promulga decreto, denunciando matrimônios secretos. De Lorme ia ser detida, sendo, todavia, "encontrada morta". Puro embuste. A morta era outra. Enquanto desfilava o féretro, ela escapulia para além Mancha. . .

Dizem terem sido fantásticas as aventuras amorosas do Cardeal. Ele era isento de afeição. Teve somente uma amante, para quem devotou toda a sua vida: a Política. Por ela, era capaz de vender a própria alma. Dizia: ". . . é preciso comprar as oportunidades, não só a preço de ouro; mas, também, do sangue dos homens".

Amava muito o Poder, que corrompe. E também uma vida opulenta. Ao morrer, deixára, como herança jacente, amplo patrimônio em pensões, dinheiro e imóveis.

Embalde os comentários à sua vida de político e conselheiro de um reinado se apresente, por vezes críticos, a verdade é que o inteligente Ministro muito realizou pela França de seus dias. Eloquentemente foi o seu desempenho administrativo. Elevou e unificou a Nação. Reinou em nome do Rei que o tratava como primo e todo prestígio lhe conferiu. Fez da França grande perante a Áustria, Inglaterra e Espanha, poderosos países de então. Foi fundador da Academia Francesa, ampliou a Sorbone, a Biblioteca e a Imprensa Real. Iniciou o Jardim Botânico. Prestigiou a cultura em geral, dentre outros admiráveis empreendimentos.

Foi uma espécie de Árbitro da política internacional, entre as potências européias.

Na sua tumba, foi escrito o epitáfio: “O bem que fez, fê-lo mal, e o mal fê-lo bem”.

Sentindo-se perto do fim — o homem inteligente tem pressentimentos — vincula-se ao Cardeal Mazarino, preparando-o para a consolidação do seu trabalho, incansável labor pela Pátria, já engrandecida. E o Cardeal-Leigo se houve com alto tirocínio político no reinado de Luiz XIV. Portou-se qual o mestre, precatando-se dos possíveis inimigos, seguindo, ao que parece, as instruções ditadas por Amehemet I, do Egito, que antes de ser abatido pelo punhal de uma conspiração, havia, por ironia da sorte, deixado para o filho: — “Toma cuidado com os subordinados (o exemplo de Indira Gandhi é eloquente). Sozinho, não te aproximes deles. Desconfie de irmãos e desconheça amigos. Não adquira íntimos”.

Assim, antes de morrer, Richelieu ministrou a arte da Política ao colega, seu substituto, que serviu no crepúsculo do reinado de Luiz XIII e na ascensão do Rei-Sol, não esquecendo de ensinar a Mazarino, a astúcia da raposa.

Da raposa sùtil, mimética e traiçoeira.

Moribundo, nas vascas da agonia, Richelieu tem, à sua cabeceira, o padre confessor de sua Fé, que o suplica, docemente:

- “Perdôa teus inimigos”, no que ele responde:
- “Não os tive, os meus inimigos foram os inimigos da França!”

(Fonte de consulta — **História da Civilização** — W. Durant).

VERSOS QUE “PERSEGUEM” A GENTE

Mário Moacyr Porto

Manuel Bandeira, em sua crônica “Resposta a Eneida”, refere-se a versos que “perseguem” a gente, que ficam em nossa sensibilidade a vida inteira, (como acontece com as conchas marinhas que, **segundo acredita o povo, repetem, no abafado ruído que se irradia do seu interior, o marulho das vagas do mar, de onde foram exiladas.**

Uns versos se incorporam pela sua extraordinária beleza. Outros, talvez, porque correspondem a certos estados d’alma por nós vividos, e alguns nem mesmo nós sabemos porque.

Começemos por versos de poetas da nossa terra, e por “nossa terra” se entenda a Paraíba e o Rio Grande do Norte, pois, na minha geografia sentimental, um e outro Estados formam uma unidade incindível ou compósita, uma só província que meço pelas coordenadas do afeto e não pelos gizamentos convencionais das fronteiras. E falemos somente dos poetas mortos, por cautelosa prudência. Os que não constarem da nossa resenha não foram, absolutamente, omitidos, pois falarei apenas dos versos que pessoalmente me “perseguem”, como sombras sonoras de mim mesmo. Vamos começar pelo Rio Grande do Norte, de quem já se disse que “há um Jornal em cada rua e um poeta em cada esquina”. Como nota preambular, o Rio Grande do Norte, no nosso desautorizado parecer, não é terra de ficcionistas, mas de Jurisconsultos, historiadores, antropólogos, folcloristas, cientistas sociais etc. Aqui jamais surgiu um grande romancista, e, a rigor, um grande poeta. Com esta afirmativa, estamos a cutucar o diabo com vara curta, pelo que nos apressamos em escl-

recer que a nossa opinião vale como simples “peruada” e não como juízo respeitável de uma autoridade no assunto. Inauguremos com um verso de Ferreira Itajubá, cuja vida amarga, miserável e trágica, é a “poesia” maior da sua obra, pois, como diz Cocteau, a poesia é construída com uma solidão acabrunhante, uma maldição de nascença, uma doença da alma. O último terceto do soneto “Noivos”, aparentemente descolorido e linear, comove pelo ingenuo lirismo da composição, pela inigualável pureza do achado poético:

“Os noivos vivem de ilusões benditas:

Quando não sabem de outras novidades

Repetem, novamente, as coisas ditas”,

Zila, Auta, Palmira, Segundo Wanderley, Antônio Soares, etc, são poetisas de excelentes versos, mas não há espaço para transcrever-los.

Já houve quem dissesse que poesia é feita com palavras e não com idéias. Eu acrescentaria: Nem com idéias e nem com sentimentos. Se assim não fosse, a dor que mais doesse inspiraria o verso mais belo, mais sentido, mais perfeito, Poesia, repetimos, é feita com palavras. Augusto dos Anjos (este sim, um poeta de gênio), provou a tese, que Mallarmé foi dos primeiros a enunciar. O que há de grande na poesia de Augusto dos Anjos é a palavra inesperada, estranha, surpreendente, disfônica, mas, paradoxalmente, certa, adequada, insubstituível. Cremos que a razão é a seguinte: A emoção que se exprime não é a emoção que se sente. Em qualquer manifestação artística, o verdadeiro não é o aparente, o visto, o ostensivo, o fiel. Se o verdadeiro fosse o real, o artesanato dos fotógrafos teria liquidado a arte dos pintores. Um retrato que “só falta falar”, é pura carpintaria manual. Não é pintura. Poesia é também assim. Feita de palavras que interpretam a emoção e que, ao interpreta-la, recriam, obtêm novos valores, autônomos, diversos dos estímulos iniciais. Uma espécie de cabala que lê nas entrelinhas dos sentimentos. Por isso se diz que o poeta é um “fingidor, a fingir que é dor a dor que deveras sente” (Fernando Pessoa).

A poesia de Augusto dos Anjos, sendo, por excelência, uma construção puramente vocabular, é toda ela feita de inesperadas palavras, mas que o leitor, na sua intimidade mais profunda, “esperava” que fossem ditas. Como se sabe, foi o povo que “descobriu” Augusto dos Anjos. A crítica

distinta, representativa da “elite intelectual” da época, não levava a sério a poesia de um rapaz de hábitos estranhos, com fama de doido. Mas vamos aos versos de Augusto, os versos que me “perseguem”:

“Quem foi que viu a minha dor chorando?”

Outro:

“Melancolia: Estende-me a tu’asa;
 És a árvore em que devo reclinar-me
 É se algum dia o Prazer vier procurar-me
 Dize a este monstro que eu fugi de casa;”

Este ainda, para terminar:

“E vem-me com um desprezo por tudo isto
 Uma vontade absurda de ser Cristo
 rara sacrificar-me pelos homens!”

É oportuno esclarecer que o extraordinário, o novo, na poesia de Augusto dos Anjos, não é o palavreado difícil, o eruditismo fácil e campanudo, fruto de leituras mal digeridas de evolucionistas, então na moda, cacoete que, entretanto, não chega a comprometer a sua poesia, mas, de certo modo, reduz a sua altitude.

Agora, e para concluir, um verso de um poeta estrangeiro e canonizado pela Igreja: Santa Teresa de Avila. O seu soneto — “Jesus Crucificado” — é uma composição de perene e extraordinária beleza. Vamos ouvir a Santa, que nasceu Teresa, em seu extase religioso, uma espécie de “mármore divino com estremecimentos humanos”, como diz Eça, em frase trabalhada:

“Se elevo a ti, meu Deus, um grito de amor
 Não é pelo céu que me prometeste,
 E não é o inferno, com seus horrores,
 Que me impede de trair-te.”

“Mas eu te amo, meu Deus, ao ver-te assim
 Pregado na cruz, rubra com teu sangue,
 São tuas chagas que amo, e tua morte,
 O que eu amo é o teu amor.”

“Mesmo sem teus dons, tuas esperanças,
 Mesmo que céu e inferno não houvesse,
 Eu juro, meu Deus, eu te amaria ainda.”

“Amar-te é a minha felicidade e meu dever,
 Não me dê nada, ainda que te implore,
 O amor que tenho por ti não precisa de esperança.”

Há um inocultável acento humano na poesia de Santa Teresa de Avila, que ressalta à primeira vista. Poesia de grande beleza, mas também de passionalismo sintomático, não expressa, só e só, a calorosa vassalagem de uma serva de Deus, mas também uma confissão de humano amor ao esposo da sua alma. Somente da sua alma. A poética de Santa Teresa de Avila denuncia o que os psicanalistas chamam de "Sublimação", que é a inconsciente satisfação da libido através da utilização de mecanismos de fuga ou de satisfação compensadora. No caso, um misticismo iluminado por uma fé incondicional, que se sublimou em uma poesia apaixonada, veemente, humana. A poesia impetuosa de Santa Teresa teria sido um disfarce, uma máscara que ocultava os impulsos irrepri- midos da mulher? Não, absolutamente. Santa Teresa foi pura na fé ardente, maravilhosa em sua vida intensamente vivida, irrepreensível em seu despojamento místico. Da mesma forma que Deus se fez homem por amor de salvação, Teresa, que é Santa, permaneceu mulher, para melhor louvar e amar o seu divino esposo. Não é sem razão que as religiosas usam na mão esquerda uma aliança, como símbolo do seu enlace com Cristo. O que turva tudo é a suspeição maledicente de que qualquer concessão ao humano é transgressão ética incompatível com a pureza da vida religiosa. Jansenismo retardatório. Um santo ou uma santa que fosse sempre santo, invariavelmente santo, obsessivamente santo, seria um fantoche, algo mecânico e robotizado, que jamais poderia alcançar a suprema consagração da santidade.

Agora, o meu saudar a Teresa de Cepeda Y Ahumada, fidalga espanhola e serva de Deus: Santa Teresa de Avila, como és bela, perfeita e amável em teu lícido delírio, na entrega incondicional do teu ser ao esposo que escolheste. Je vous salue, Tereze!

SOLILÓQUIO DA SEMENTE

Maria Eugênia

Quem diria que eu, tão pequenina e só, trouxesse em meu ser essa força propulsora que me faz crescer, dar ramos, flores e frutos?

Quem diria que, nascida depois de morta, integrada ao solo úmido e macio, despontasse de novo à vida, entreabrindo meus olhos verdes à claridade, à luz?

Nascendo assim de mansinho, obedeço a uma determinação natural que me ordena: "Crescei-vos e multiplicai-vos."

Pequenina semente, sou assim como um grão de areia jogada no chão imenso do universo. Sou um pequenino ser vital, pleno de força cósmica.

Haurindo o telúrico leite da terra-madre, vou surgindo de mansinho, afastando com cuidados o envólucro que me protege e percebo o amanhã da terra, o carinho e o amor do chão onde irei viver.

A terra-mãe, eterna e pródiga, a dar-me guarida e o chão-pai zeloso — a velar por mim. Beijo-os com o meu calor vital e terno. Renascida, afasto a terra e antevejo a luz, forte e resplendente, a aquecer como uma carícia, o meu frágil corpo recém nascido. A luz — o meu imã. Assim como o cego apalpa as trevas, sigo-lhe a claridade e sou por ela dirigida. Obriga-me a subir, a encontrá-la no alto. Sou transformada pela fotossíntese e minhas células se enchem do sangue verde das clorofilas. Vou criando forma, vou crescendo, fincando no ventre da terra as minhas raízes, como pequeninos braços que enlaçam a madre. Sugo-lhe o sangue verde, de águas e sais minerais, de matérias orgânicas, do pó e das cinzas.

O tênue envólucro jaz agora sob as sombras, à espera de uma transformação. Lentamente cresço, vou me impondo árvore, a olhar a floresta, o meu "habitat". Percebo ao redor, milhares e milhares de irmãs verdes, sóbrias, lindas, elegantes, agregadas num todo vegetal. Cada árvore a falar de suas espécies e origens, umas raras e imponentes, outras belas e agressivas, entre as singelas e tímidas.

Cada dia vou adquirindo novas forças. A luz, a terra, a água são os elementos do meu poder. Quanto mais me integro ao solo, mais forças dele recebo. Cresço, espalho novos ramos e salpico-lhes folhas e flores mil. Do pólen e dos pistilos os frutos se geram e nascem ao sabor dos ventos, das chuvas e das estações. Pássaros e insetos que beijam minhas flores são também responsáveis pela minha fecundação. Nascem os frutos de fatores que se amaram à procura do mistério.

Nos frutos sazonados dou vida à outras vidas, no amálgama cósmico que os faz evoluir. Há novas transformações. Do grão de mostarda, às mais singulares espécies, multiplico-me em centenas de milhares de milhares de novas sementes.

Meus pequeninos grãos, mortos, jazem na terra-madre e revivem, renascendo na explosão cósmica que os faz emergirem-se do solo acolhedor.

Perpetuo-me na espécie, morrendo a cada dia e nascendo a cada instante no seio da floresta.

Adulta, torno-me árvore e vou vestindo de verde a natureza, alegrando-a com flores mil, dando-lhe um colorido de esperança, sonho e amor.

Em me tornando árvore, curvo-me à luz e, como um componente universal dos mais nobres. Sou útil ao homem, do nascimento à morte.

* * *

SALMO DA FLORESTA

A floresta é a comunidade das árvores. Ali nascem, crescem, morrem. Dão sombra, flores e frutos e suas flores perfumam os ares e salpicam de cores a mata.

Os frutos alimentam o homem, os animais, as aves e os insetos que deles necessitam para sua sobrevivência. Não existe fome na comunidade das selvas.

As sementes, cumprida sua missão biológica, caem e jazem sobre o solo, hibernam, despertam-se do sono telúrico, renascem e se multiplicam aos milhares, em constantes núpcias.

A sombras são a alma das árvores, o refrigerio da floresta. Sob o seu manto escuro, homens e animais se abrigam e procuram mitigar a fadiga do dia.

Na mata, as árvores procuram se abrigar do sol e suas altas cúpulas se transformam em guarda-sóis, para que a estrela do dia não desvende o mistério do seu leito verde.

Ali, a volúpia das raízes que se entrelaçam em contorcidos abraços, envolvendo o solo como amante ávido à procura da seiva da vida: a água do solo que, nos seus veios, se transforma no sangue verde das clorofilas, tingindo folhas, galhos e troncos.

Há mistérios mil na floresta, de flores e folhas que morreram e atapetaram o chão; de esconderijos no pedregulho e no barro; de caminhos de formigas que passam em procissão à procura de abrigo; de mistérios da casa da rapoziinha; dos covis de leões e felinos selvagens; de rastros sinuosos de répteis sinistros, numa constante distilação de venenos. Há mistérios mil do labirinto dos insetos e de tocas que não se vêem.

Há vida e morte na floresta, lutas e vitórias e derrotas de seus habitantes e respeito às leis que os cercam. O irracional é condicionado ao meio em que vive e, ali, cumpre o seu ciclo de vida, numa defesa contínua e vigilante; os insetos em sua auto-defesa se transformam e vivem numa comunidade perfeita, de um socialismo programado, quer nas colméias, quer nos formigueiros ou no habitadas térmitas. Há ordem na floresta.

O silêncio é a defesa da mata. O uirapuru é o seu espírito sonoro. Quando canta, as vozes se calam mas, invejoso, ruge o leão como um ribombo selvagem. O vento leva as vozes assustadas que o eco, solitário e distante, responde além. Há um zumzum de fugas e rasgar de caminhos, de galhos secos que se quebram, de folhas que se atiram. Não se pode quebrar a lei da floresta: o silêncio.

Na mudança das estações, a primavera veste de flores a mata e supre de mel as aves e os insetos; o outono liberta as folhas que vão dançando, um agitado balé pelos caminhos tortuosos, sedentos de outros leitões e outros ares. Finalmente,

se cansam do sol, de serenos, de orvalhos e se transformam em humus e nutrem as plantas famintas; no inverno, um denso véu cobre a mata e a abriga da neve e do frio; o verão, tempo de calma e de repouso. Há um equilíbrio manso nas estações que se entrelaçam.

A árvore reina absoluta na floresta. É a amiga verde dos homens, mostra-lhes sua força e pujança, dá-lhes frutos, sombras e conforto no lar, mas o homem, o ser por excelência, ceifa-lhe a vida, depreda-lhe o leito, mas a árvore nobre na sua missão de servir, mesmo estendida no chão, mostra sua solidariedade, do berço primeiro ao ataúde eterno.

Maria Eugênia

Natal, XI/83

27 NOVAS TROVAS PREMIADAS

Luiz Rabelo

A alameda... Um vulto amado...
 O banco tosco... O jardim...
 — E esse orvalho do passado
 caindo dentro de mim...

(Premiada nos VII JOGOS FLORAIS DE
 FORTALEZA-CE, em concurso promovido
 pela UBT. Tema: Orvalho — 1983)

De Ícaro, estendendo os braços,
 vem a lição, aos ateus:
 — Não conquistem só espaços,
 vão mais além: até Deus!...

(Remetida, por solicitação, ao X Sa-
 lão Campista de Trovas — Campos, RJ. Te-
 ma: Figura (ou lenda) mitológica)

Imagino-a junto a mim,
 fico com ela a falar:
 — Meu monólogo sem fim
 Só ela sabe escutar

(Premiada no Concurso Nacional de
 Trovas da Academia de Trovas do RN, em
 seleção feita pela U.B.T. de Nova Friburgo
 RJ. Tema: MONÓLOGO. 1984.)

Nem sempre alguém que está só,
 fala aos pensamentos seus:
 — O monólogo de Jó
 era uma fala com Deus...

(Premiada no Concurso Nacional de Trovas da Academia de Trovas do RN, em seleção feita pela U.B.T. de Nova Friburgo, RJ. Tema: MONÓLOGO. 1984)

Monólogos peregrinos
vós escutastes, Jesus:
os monólogos divinos
do Pai, que ouvistes na Cruz!

(Premiada no Concurso Nacional de Trovas da Academia de Trovas do RN, em seleção feita pela U.B.T. de Nova Friburgo RJ. Tema: MONÓLOGO. 1984)

Numa criança, querida,
criatura feita flor,
vejo o romance da vida!
Na eternidade do amor!

(Premiada no IV Concurso de Trovas da U.B.T. de Natal, RN, em seleção realizada por sete comissões julgadoras de sete Estados brasileiros. Tema: ROMANCE: — 1984)

Aquele sonho vivido,
tanto por mim exaltado,
hoje é um romance esquecido
nas estantes do passado...

(Premiada no IV Concurso de Trovas da U.B.T. de Natal, RN, em julgamento realizada por sete comissões julgadoras de sete Estados brasileiros. Tema: ROMANCE: — 1984)

Romances da mocidade
eu quis, um dia, fazer:
tomou-me a mão a saudade
e então se pôs a escrever...

(Premiada no IV Concurso de Trovas da U.B.T. de Natal, RN, em seleção realizada em sete Estados brasileiros. Tema: ROMANCE. 1984)

A rosa, no chão, pisada,
 é o romance da tristeza
 que, sem sabermos de nada,
 nos escreve a Natureza...

(Premiada no IV Concurso de Trovas
 da U.B.T. de Natal, RN, em seleção reali-
 zada em sete Estados brasileiros. Tema:
 ROMANCE. 1984)

Justificando o malfeito,
 confessa-me o ladrãozinho:
 — Num mundo assim tão sem jeito,
 o jeito é dar um jeitinho...

(Premiada no I Concurso de Trovas
 Humorísticas do Clube Carioca de Trova,
 RJ. 1984)

Uma criança inocente,
 com seu sorriso tão puro,
 é página do presente
 no romance do futuro...

(Premiada nos V JOGOS FLORAIS
 de Sete Lagoas, MG. Tema: PAGINA. 1984)

Foi minha ilusão fagueira
 este amor que eu tanto quis:
 — romance da vida inteira
 sem ter um final feliz.

(Premiada no IV Concurso de Trovas
 da U.B.T. de Natal, RN, em julgamento
 realizado em sete Estados brasileiros. Te-
 ma: ROMANCE. 1984)

Felicidade — remanso
 de rio claro... Sertão...
 Céu azul... O gado, manso,
 e o verde da plantação...

(Premiada no V Concurso de Trovas
 de Campinas, SP, promoção da U.B.T. lo-
 cal. Tema: FELICIDADE — 1984)

Creio em ti, amor, contrito,
 minha crença é exagerada:
 — É bem melhor crer num mito,
 do que não crer em mais nada. . .

(Premiada no V Concurso Nacional
 de Trovas da União Brasileira de Trovado-
 res, seção de Natal, RN, em julgamento rea-
 lizado pela U.B.T. de Fortaleza (CE). Tema:
 MITO — 1985)

Quanto mais no amor reflito,
 mais eu chego à conclusão:
 — A saudade é o doce mito
 da história do coração. . .

(Premiada no V Concurso Nacional
 de Trovas da União Brasileira de Trovado-
 res, Seção de Natal, em julgamento reali-
 zado pela U.B.T. de Fortaleza (CE). Tema:
 MITOLOGIA — 1985)

Quem, escravo da bebida,
 envelheceu a beber,
 nunca viveu sua vida,
 levou a vida a morrer. . .

(Premiada no Concurso Nacional de
 Trovas do A.A. (Alcoólicos Anônimos), de
 Niteroi (RJ), por ocasião dos festejos do
 seu jubileu de Ouro. Tema: BEBIDA —
 1985)

Nunca uma larga avenida
 foi-me caminho ao amor:
 — Só tive esquinas na vida
 pelas travessas da dor. . .

(Premiada no I Concurso Nacional
 de Trovas de Belém (PA). Tema: ESQUINA
 — 1985)

Do Cornélio, aqui ao lado,
o viver é bem inglório:
até no nome o coitado
deixa ver o que é notório...

(Premiada nos VI Jogos Florais de
Resende (RJ). Tema humorístico (livre) —
1985)

Não foi acaso qualquer,
foi divina inspiração,
quando Deus deu à mulher
a forma de um violão...

(Premiada no Concurso de Trovas da
Academia de Trovas do RN, em seleção fei-
ta por cinco julgadores de cinco Estados
brasileiros. Tema: VIOLÃO — 1986)

Não sei de coisa mais bela,
nas terras do meu sertão,
que uma casinha singela,
dentro dela um violão...

(Premiada no Concurso de Trovas da
Academia de Trovas do RN, em seleção fei-
ta por cinco julgadores de cinco Estados
brasileiros. Tema: VIOLÃO — 1986)

Quando eu pego no meu pinho,
quando me ponho a cantar,
não me sinto tão sozinho:
— somos nós dois a chorar...

(Premiada no Concurso de Trovas da
Academia de Trovas do RN, em seleção fei-
ta por cinco julgadores de cinco Estados
brasileiros. Tema: VIOLÃO — 1986)

Em noites de lua, quando
geme, triste, o violão,
penso, até, que vai chorando
a Noite em meu coração...

(Premiada no Concurso de Trovas da
Academia de Trovas do RN, em seleção fei-
ta por cinco julgadores de cinco Estados
brasileiros. Tema: VIOLÃO — 1986)

Tanta pinga ele tomou,
 tanta cachaça bebeu,
 que uma cobra que o picou,
 ficou bêbada e morreu!

(Premiada no Concurso de Trovas da
 Academia de Trovas do RN, em seleção feita
 por cinco julgadores de cinco Estados bra-
 sileiros. Tema humorístico: CACHAÇA —
 1986)

Ficou pirado o pinguço
 da pinga que ele bebeu,
 Falou inglês, falou russo,
 e nem a si se entendeu.

(Premiada no Concurso de Trovas da
 Academia de Trovas do RN, em seleção feita
 por cinco julgadores de cinco Estados
 brasileiros. Tema humorístico: — CACHA-
 ÇA — 1986)

Tanta cachaça, no samba,
 bebia o Zé da Lapada,
 que a noite ficava bamba
 e até a lua quadrada. . .

(Premiada no Concurso de Trovas da
 Academia de Trovas do RN, em seleção feita
 por cinco julgadores de cinco Estados
 brasileiros. Tema humorístico: CACHAÇA
 — 1986)

Um doce acorde celeste
 em nossas almas acordas.
 — Violão do meu Nordeste,
 quem te pôs alma nas cordas?!

(Premiada no Concurso de Trovas da
 Academia de Trovas do RN, em seleção feita
 por cinco julgadores de cinco Estados
 brasileiros. Tema: VIOLÃO — 1986)

Perguntei à minha dor:
 “De que és feita, ó minha dor?”
 E respondeu-me: “Do amor,
 sou feita do teu amor. . .”

(Trova monórrima classificada no 2.º Conc.
 do Clube Carioca de Trovas (RJ) — 1986)

UMA CRUCIANTE AMBIVALÊNCIA

Conto de Nilson Patriota

O fato lamentável acontecera sem que, até então, alguém compreendesse verazmente o motivo. Por isso, já cansado de responder com evasivas e eufemismos a um número cada vez maior de curiosos, todos a interrogar acerca da razão daquela morte violenta, Justino Ambrósio Pereira resolveu deixar de lado os afazeres e começou a meditar seriamente sobre o estranho e intrigante caso. Como os demais, todos amigos ou conhecidos do Vigário, ele também sentia seus efeitos, pois o rumor da tragédia sobrestava no ar — seus tentáculos de assombro aderindo-lhe aos nervos, ferindo-os e retorcendo-lhes a fibra.

Qual iminente vibração da corda de um arco retesado, prestes a despachar uma seta, que ainda se contém em seu impulso impaciente e tenaz, refreada em sua própria área de força e de energia, o caso do Padre Osório pairava no ar como um frêmito nervosamente retido, mas a tempo de explodir, no coração excitado e curioso da Vila. Até aí ninguém se atrevera a proferir qualquer juízo ou opinião a respeito do mesmo, não obstante quase todos estivessem quase a implorar pela urgente liberação do horror e do pasmo que sentiam, coisa esta que somente seria possível por meio de um desabafo, já que o peso esmagador do cúmplice silêncio e da opressão esmagadora os derrotava.

— Homessa! Que tragédia! — o povo de Preati exclamava, deveras horrizado.

Por mais paciente e calculista que fosse, Justino Ambrósio Pereira não era uma exceção. Assim como os demais, ele também fora envolvido pelo excitante clima do insólito acontecimento, mergulhado, por sua vez, num pântano esverdeado e lodoso de mágoas, incertezas e dúvidas. Por isso, feito um autômato que apenas obedecesse à execução de uma rotina árdua, passou a remover febrilmente os pensamentos, consumido por nevróticas meditações e pelo mutismo agitado que o dominava. O comovente drama do Vigário atingira-o em cheio, como um tiro na testa. Por mais que se eximisse de uma possível culpa, ainda mais se sentia culpado. Daí porque a cada instante ele se perdia e se reencontrava num monólogo interior sinuoso, repleto de inconclusões e de remorsos, que o empurrava para o excitação emocional e a ambivalência.

Por mais que se esforçasse para manter-se equilibrado, sua mente era uma furtiva nesga de luz que fugia e voltava ao ponto crucial de suas dúvidas, em cujo centro difuso a personalidade contraditória do amigo se delineava alternando-se em pequenez moral e duvidosas grandezas humanas. Não tencionando guardar do Vigário uma imagem desfigurada, conforme Miguel Pinga-Fogo a pincelava, empenhava-se em que a justiça de seu julgamento não fugisse às regras exiguas mas claras da razão. O difícil, todavia, estava sendo para ele conciliar toda a irreversibilidade daquele ato irresponsável que o entalava, como um embolo, com a plenitude de uma antiga, arraigada e até então imutável admiração, cuja potencialidade afetiva que a sustentara, anos a fio, perdia, naquela hora, muito da própria segurança, devido menos à perniciosidade do ato em si mesmo do que às consequências do rumo que o mesmo ia tomando.

— Então, com que diabos vai suicidar-se um vigário!? — Justino Ambrósio Pereira perguntava-se, incrédulo, destituído de ânimo, arrasado. — Como pôde Osório, aquele louco, praticar semelhante destino! Não via que estava negando preceitos e dogmas que sustentam e fortalecem a própria Cristandade!... Osório não deveria se achar no gozo pleno de sua razão! Em sã consciência nenhum homem de fibra é capaz de exterminar a própria vida, único bem real que se possui. Estaria mesmo danado?... Bem, o próprio Zé Casado, aquele feiticeiro de uma figa,

afirmou desavergonhadamente e também previu, conforme todos viram e ouviram, a danação e o fim do Vigário... Por que, então, nem ele próprio, Justino, nem os demais amigos de Osório não deram atenção ao curandeiro...? A cegueira do destino será mesmo um fato consumado...?

As idéias iam e vinham em sua cabeça. Perpassavam, ligeiras, por sua mente ou resvalavam para um fundo obscuro no inconsciente, onde se baralhavam. Aquilo jamais lhe havia acontecido. Por isso era de estranhar que agora acontecesse amiúde, de modo descontrolado.

Lembrava-se nitidamente de como tudo havia acontecido. Só não chegava a entender a razão, o porquê. Recordava a figura estimada, embora paradoxal, daquele velho amigo tão dado a contradições inexplicáveis, e que vez por outra parecia um estranho, um ser demoníaco emergindo no borbulho do desvario para os altos de um orgulho tão cego que feria e incomodava em sua ostentação e prepotência.

Que indivíduo estranho era aquele Padre Osório! Até mesmo quando lhe dava na telha de se mostrar suficiente humilde para impressionar dona Victoria Pamplona de Azevedo Seabra, que o cumulava de polpudos óbolos, destinados à Igreja, o mal contido orgulho ainda lhe transcarecia sob a máscara do rosto, ora dissimulado numa espécie perfeita de bondade arrependida, ora em forma de cordialidade áspera e grumosa, não menos contundente que o estuporado efeito de uma bofeta aplicada na face de um cidadão honrado. Todavia, sendo como era e procedendo como todos sabiam, uma razoável parcela do povo de Preati o estimava, conquanto as rodas de fuxico se vingassem dele urdindo maledicências a seu respeito ou modelando-lhe a imagem de modo grotesco e de formas a reduzi-la sem dó à insignificância.

Ao relembrar com viva nitidez o linguajar arbitrário, ordinário e sigmático do Vigário quando ferido em seus brios, Justino Ambrósio Pereira não pôde dissimular um certo prazer interior e um sorriso. Aquelas irreverências ácidas e a acrimonia queixosa com que se aviltava a si próprio e rebaixava o próximo, ao ritmo e ao arrepio dos costumesiros ataques apopléticos, emprestavam-lhe uma imagem pequena e deplorável, mas não o aniquilavam no conceito geral de seu rebanho. Havia, para compensá-lo desses estados estentóreos, a rispida doçura com que emasculava o desejo canalha de in-

sultar, apenas para ver as contrações multiplicando-se em esgares de rancor na fisionomia das vítimas indefesas. Contudo, para Justino, Osório não tinha sido tão-só o insulto, o vitupério, conforme à boca pequena seus adversários pro-palavam. No íntimo de seu coração flogoso o Vigário guardava, de algum modo cruel, aquela insípida bondade com que isentava de culpas e pecados, em nome de Deus, a quantos arrependidos o procuravam para uma confissão ou um simples conselho. Por isso, relevados os excessos de seus constantes períodos de cólera, podia-se-lhe extrair da alma sublevada uma certa candura sovina e uma parcimônia impaciente, que eram como que seu estado de graça. Pela fibrosa peneira de sua truculência verbal coavam-se, às vezes, relutantes palavras de estímulo ou de conforto moral às vítimas das injustiças dos mais fortes, junto aos quais Padre Osório sempre se achava sem que, no entanto, abertamente aprovasse-lhes o proceder menos cristão ou simplesmente ostensivo. Mas aquele traço sinuoso de amabilidade sombria era, na melhor das hipóteses, a única parcela virtualmente humana que o seu espírito perturbado e truculento ainda conservava intacta. O restante do seu todo passional achava-se dentro ou bem próximo de urgentes limites de impulsão, rugindo ameaçadoramente sob a capa da severa suavidade com que se fazia passar por um homem civilizado mas desgraçadamente deslocado do centro cultural onde sedimentara sua formação.

Antes de meditar acerca dessas coisas tão contraditórias, Justino Ambrósio Pereira sestira-se muito triste. Agora, porém, não. Agora já se achava bem mais refeito e até capaz de refletir com isenção sobre o caso rumoroso do horrorizante suicídio. E também passível de tirar por si mesmo as conclusões pertinentes com a realidade do fato.

Pouco, muito pouco, mesmo, faltara para que ele, Justino, tivesse a desagradável sensação de se haver defrontado com o olho imóvel e especialmente frio da fatalidade. Contudo, vencido o impacto inicial, aquele sentimento impertinente de acerba dúvida e vero desconforto tendia a se diluir nas águas baldeadas da juzante de sua compreensão. Todavia existiram razões sobejas para a conturbação inicial, uma vez que tudo aquilo havia acontecido sob a mais tenebrosa cegueira de um acontecimento tanto mais adverso quanto mais voraz, ou talvez até mesmo sarcástico. Padre

Osório tinha morrido daquela forma trágica, deixando Pre-ati mergulhada em nojo e nostalgia. Agônica e entalada com o pasmo do fato inexplicável, cujo epílogo a todos envolvera num sudário de perplexidades e tristezas. Aliás Padre Osório não apenas morrera, pois se matara. Matara-se misteriosamente. Misteriosamente tinha aquela sua cambalhota grotesca sobre as rochas, vinte metros abaixo. E, completando o quadro sinistro (ou macabro), ainda houve, além disso, o mistério de seu grito (de horror? de sarcasmo? de loucura?) seguido da lancinante repercussão do som tristibundo dos ecos rolando uns sobre os outros, na solidão torturante da tarde agrilhoada pelo chuveiro frio, incômodo, paulificante e tenaz.

Ao fim de tudo, quase todos compreenderam que o fato tinha sido, de algum modo, ou de muitas formas, um inexpugnável mistério, um mistério grande e forte, um grave e grande mistério! Entretanto, só agora, ao analisar com mais detença o ocorrido, Justino Ambrósio Pereira já podia, em parte, compreender a dramática extensão da tragédia do amigo. Chegava mesmo a entender que aquele acontecimento se dera de um modo assaz intransigente e após o encaminhamento doloroso de um processo fatídico, ordenado pelo próprio diabo, que havia em pessoa escolhido a inflição daquela tarde amortalhada de tristeza para desferir uma iníqua sentença, como é do Anjo Caído costume proceder.

Como um demente sem amparo, Osório se lançara sobre as pedras que o fluxo das ondas parcialmente ocultava e o refluxo da maré parcimoniosamente revelava. Depois, semelhando um boneco de trapos molhados, aquele corpanzil deforme e submerso jazeu (de forma abjeta e indigna de um vigário) lá embaixo na pequena enseada, **propter petra Taurus**. Pobre amigo!

No bolso da sotaina ensebada e puída (**proh pudor!**) tinha o Padre enfiado (e esquecerá) aquela carta de conteúdo obscuro, um tanto melosa e um pouco obscena, que também se constituía em mistério, porquanto a escrevera a uma certa Donzinha, cuja dispersa vida repartida entre amores vários e fugazes não podia ensejar-lhe a qualificação de “amor imaculado” nem a de “beatifica amada”, conforme repetidas vezes tratara-a o Vigário.

“Por que razão Osório se dera ao desprante de escrever aquela peça burlesca?” — Justino Ambrósio Pereira se

perguntava. Sorte que nenhum mandrião, dos muitos existentes em Preati, a encontrou antes que ele a sonegasse aos ávidos do mexerico! Recolhendo-a, como o fez, livrava para sempre o Vigário dos apupos e motejos daqueles que só enxergavam o lado negativo de seu caráter, a porção menos humana de seu temperamento.

“Ah, pobre Osório! *Consumatum est*... Por isso — e só por isso — já merecerias o perdão de teus adversários” — ele pensara, ali na praia, no momento em que arrastava, com a ajuda de alguns populares, o corpo destroçado do Vigário e o deponha ao abrigo das vagas na areia úmida da enseada para onde a multidão curiosa acorria. E assim, dominado por uma grande comoção, mentalmente pronunciou a encomendação do defunto, fazendo o sinal da cruz e balbuciando, convicto, a legenda latina usada, tantas vezes, pelo amigo morto em situações similares: *In nomine Patris et Filii et Spiritui Sancti ego te absolvo a peccatis tuis*. Em seguida se retirou, cabisbaixo, sofrendo intensamente a amargura da irremediável perda, enquanto a multidão engrossava acotovelando-se em torno do cadáver do suicida, que já então começava a ser transportado numa maca improvisada com redes de pescaria e rumava na direção da Casa Paroquial, onde Genésia em pranto o aguardava.

Agora, ali sentado em sua cadeira de balanço, na saleta que lhe servia de biblioteca e escritório, repassava mentalmente o estranho caso, tentando, inutilmente, penetrar no cerne do segredo. Contudo, a fim de não cometer uma injustiça contra a memória do estimado companheiro, cabia-lhe, antes de tudo, a tarefa de sopesar a gama de circunstâncias que o levaram ao cometimento ímpar daquela insidiosa atitude, daquele tresloucado gesto.

Com esses pensamentos a se sucederem como num plectro silencioso e constante de lucubrações ambivalentes, Justino Ambrósio Pereira continuou a ruminar a polpa agri-doce das interpretações e das idéias.

“Sim, era mesmo uma coisa muito contrária à natureza humana civilizada uma existência simples e desassociada dos mistérios, o que tornava o ser desprotegido de qualquer apoio cristão e miseravelmente o reduzia aos seus próprios e insignificantes limites de objetividade e discernimento.” Para ele, Justino, nada mais poderia haver no mundo mais encorajador para um homem do que a aceitação do mistério e a adesão irrestrita à gama variada das superstições que o cer-

cavam. “E de que outro modo haveria de ser, quando o próprio universo que descortinamos tem sido sempre e o será para os séculos sem fim uma ampulheta de tempo e de mistérios? . . . Daí porque — ele pensava — quanto mais simples a criatura tanto mais inclinada à Fé, tanto mais distanciada das especiosidades da Ciência. E pelo fato de assim o ser, bem mais feliz se encontra no mundo, isenta, quase sempre, de sofrimento moral e crises existenciais. No entanto, os espíritos sem alma, as estruturas psicológicas mais complexas e exigentes, feitas só da lógica e da ação, do cálculo, da indagação e do questionamento quedam-se subjugadas às suas próprias dúvidas, atreladas ao seu próprio martírio e perdas, afinal, no pântano esverdeado e sufuroso do tédio ambívio de ser ou de não ser, conforme a magnitude da questão. Não chegam a compreender — coitadas! — que o fulcro de toda a sabedoria só reside mesmo no tácita aceitação dos mistérios ou na irracionalidade dos dogmas herdados e transmitidos por subseqüentes gerações que são, em síntese, a sábia experiência da humanidade em sua trajetória de penas sobre a terra. Ah, como é difícil penetrar em muralhas de ferro! Mas como é simples viver sem se deixar impelir às contradições do saber, como Osório fazia, ao vasculhamento de secretos e escaninhos, de cavidades e gretas ocultas, de abismos sem fundo e sem paredes onde apenas o nada vagueia e a confusão das incertezas se faz perene a toda a hora! . . . **Corpus et anima** em plena paz, eis o lema ideal. E para tanto apenas um requisito: agarrar-se de unhas e dentes à simples impressão do fato revelado, em cujo ressaltado, em cuja borda o mastareu da Fé preexiste plantado desde as primeiras noções rudimentares da espiritualidade humana. Mas, qual nada! Ao invés disso, os espíritos sem alma se enclausuram em si mesmos e agem movidos por forças antagônicas e sentidos contrários. Beócios metidos a sabichões, energímanos intoxicados pela visão narcisista do próprio daguerreótipo de obscura clareza e perenidade duvidosa. Por isso mesmo fazem da sua existência que Deus lhes deu um paradoxo doloroso, uma paródia triste, um arremedo inconseqüente e indigno, tantas vezes, de ser devidamente compreendido pelos simples. Padre Osório formava nesse time. Como uma luva ajustava-se a essa corporação de sadeus. Daí a razão de seu desespero de urgências impossíveis e a luta interior que o esmagava como a úngula de um bovino esmaga um verme.”

“E que podia ele, Justino, dizer de si mesmo...? Ele próprio não era feito, também, desse tecido complicado?! E quem sabe se não terá sido por isso mesmo que sempre se sentiu alheado das coisas naturais! Ele, também, já não fugia à regra: era um espírito sem alma, um tipo um tanto álgido e um tanto tépido, uma estrutura complexa um tanto mórbida e um tanto triste, pendurada como um equilibrista mal-ajambrado nos tênues fios da teia enganosa dos sonhos. A seu favor, porém, havia uma variante: a sua inclinação à versatilidade, que lhe permitia entender a estrutura primária da alma sã dos humildes, dos crédulos amantes do mistério e fiéis seguidores dos dogmas e das superstições. E já não era segredo para ninguém que os preferia aos espíritos ditos ilustrados, independento, quase sempre, do espesso estofado da cultura e da responsabilidade de conter dentro de si um possível ou duvidoso saber. Não era sob tal peso desnecessário que o seu espírito se arqueava. Que interesse havia, por exemplo, em saber se na verdade Lázaro despertara de um sono cataleptico ou se realmente ressuscitara do vazio da morte?! Entretanto, Padre Osório, que fora o seu mestre e que bem mais inteligente do que ele, Justino, se achava, não contava com tal flexibilidade. Vivia a se mortificar com especulações sem nexos que não lhe davam sossego à pobre alma e muito menos ao pobre coração e em nenhuma hipótese ao cérebro febril e atormentado. Por isso sempre foi um homem infeliz, um homem desgraçadamente complicado”.

Justino Ambrósio Pereira deteve-se um pouco naquilo que pensava e dirigiu sua atenção à lua cor de prata velha que pairava merencórea e silente sobre as dunas. Talvez totalmente se tivesse enganado em seu raciocínio, mas também era possível que houvesse acertado. Quem sabe se ao seguir aquele fio de meditação não conseguiria descer ao labirinto da mente especulativa e confusa do Vigário?... De qualquer modo seria bom tentar.

Sim, tentar! Mas tentar como, se ele mesmo sabia, de modo próprio, que a vida, a morte e tudo mais constituem mistério neste mundo?

Em seu íntimo uma inequívoca natureza superior lhe afirmava que os mistérios se acham tão presentes neste obscuro orbe em que vivemos como os grãos que levamos à boca às refeições e as estrelas que salpicam de luz a amplidão ce-

leste, revelados sem se decifrarem nas íntimas manifestações da mutação persistente das noites e dos dias, bem como na irrefreável multiplicação da própria vida e da irresponsável consequência dos atos naturais e cometimentos humanos. Os simples compreendiam isto, e porque entendessem isso com tanta naturalidade, jamais se descartaram do barro primordial que os gerou, mesmo quando esmagados pelo peso descomunal da existência e o terror imitente da morte.

“Ah! como ele próprio desejava ser, também, naquela hora, um espírito imaturo, rude, singelo e bom, em cuja aura opaca nem dores nem sofrimentos deixam marcas!”

“Afinal — Justino Ambrósio Pereira tirava, agora, umas certas conclusões —, de algum modo misterioso deve de haver no Universo um Deus. Um Deus onipotente e também um diabo. E ambos, embora separados, mas sendo no cerne a mesma coisa, faziam-se presentes na natureza humana que é, de todas as criações divinas a mais permeável, frouxa e frágil, a mais confusa e triste e vã, porquanto dita racional, capaz de questionar não apenas a aparência mas o próprio contorno simétrico da Verdade, negando-a e contestando-a pelo mero prazer filisteu ou niilista de reduzir a nada todas as coisas, e destruir por conseguinte todas as coisas. Mas se Deus existe, como Osório afirmava, Deus permitia também o mal. E se o mal anda solto no mundo não é tão mau como se diz que é porque, no fundo, nele se acha presente a parcela do Todo, do qual se originou como fruto peculiar da onisciência”.

Assim meditando, Justino Ambrósio Pereira estremeceu. Tais pensamentos punham-se em guarda contra si mesmo e o revoltavam. No entanto, como alguém atrelado aos escombros que desabam, era por esses pensamentos conduzido ao fundo de seu próprio abismo, sem achar nessa queda nenhum ponto de fuga, nenhum apoio.

“Fosse Deus o Todo inviolável não se teria fragmentado jamais em algum ponto, por mais insignificante que fosse. A não ser que a sua composição primeira já trouxesse imantados o divino e o diabólico como essências inseparáveis de um composto uno e permanente e antes de tudo indissolúvel. Entretanto, segundo Osório, o diabo existia, e assim as coisas se passavam o diabo teria de ser seguramente uma porção de Deus, por mais diminuta que ela fosse. Tanto que os anjos caídos (os demônios), saídos da essência di-

vina não podem ter perdido na culpa de seus atos essa composição universal que os gerou. Os que os modifica não está na essência, mas sim no procedimento, na ordem moral rebaixada a níveis ínfimos pelo atrevimento e a ousadia. Na medula de sua espiritualidade degradada o princípio divino se conserva imutável como no fogo infernal a alma humana. Por isso, por mais indesejáveis que se tenham tornado aos olhos de Deus não perderam a genética hereditária que os gerou divinos. Não importa a proscricção nem o rebaixamento. Perdendo a patente não perderam, contudo, a condição de filhos de Deus, a cujo seio certamente hão de voltar um dia.”

Um grande mistério existe nisso. Um mistério, sim, porquanto tanto o divino quanto o satânico continuam a ser, sob qualquer hipótese, a perfeita interação da ordem universal, a raiz primogênita da origem e da vida, provendo de todo o bem e de todo o mal a torpe humanidade esfacelada mas cardada na filaça metafísica e cosmogênica do Todo. A bem pensar — Justino Ambrósio Pereira meditava —, o divino e o diabólico não podem se constituir em forças antogônica, mas sim autogênicas, sem o que a própria idéia do Todo estaria fatalmente arrasada. Se há uma ordem única no Universo, conforme à unanimidade propugnam as religiões, desde tempos imemoriais, sem que dessa ordem se excluam Deus e o diabo, é que o nó górdio da questão aí se acha: ambos são deveras a **essência** da qual todas as coisas provêm, nascem, morrem e se transformam para de novo nascer, morrer e se transformar até o infinito. Coabitando o mesmo templo, coexistindo na mesma estrutura do átomo inicial e se interligando na trama dos destinos dos homens e das coisas, Deus e o diabo compõem a **perfeição perfeita** sem a qual o mundo não seria mundo nem o homem poderia ser.”

— Ora bolas! Isso é uma coisa que não se pode levar a sério! — Justino Ambrósio Pereira resmungou. — Mas... não levar... por quê?... O exemplo se acha agora em minha frente: Padre Osório corporificava em si mesmo essa tendência dúbia que era o resultado dessas forças adversas, desses antagonismos preexistentes desde a aurora dos tempos. Ele era, sem dúvida, a própria interação divino-diabólica! Tinha seu Deus presente no aticismo de sua ora-

tória brilhante, comovente, grandiosa e loquaz, na ênfase de seu senso ético e moral de todos os domingos, mas também na bilis amargosa de sua irreverência cruel e de seu humor azedo, apodrecido e mau, por onde o diabo chapinhava dando vasão ao canalhismo estúpido e revoltante que o caracterizava mais da vezes e o aviltava.

“Poder-se-ia julgá-lo pequeno só por isso?! Oh não! Padre Osório era um espírito graúdo, um espírito complicado e sem alma, desses que ao invés de se fazerem expectadores das coisas, procuravam nelas mergulhar só porque grandemente se acham irremediavelmente subjugados à essência do Princípio Único universal. Continha em si mesmo o fluxo criador com que a natureza se expande, em obras, e em contrapartida o desespero infernal de que Deus um dia se valeu para construir o nosso mundo. Daí porque sua infelicidade”.

Justino Ambrósio Pereira mal podia acreditar em si próprio; mal podia compreender a razão que o levava a fazer um juízo tão acerbo e temerário do caráter do vigário suicida — aquele seu velho amigo, o Padre Osório, com o qual desde muito cedo se identificara e com quem tanto tinha aprendido! Mas, não obstante a longa convivência — era justo frisar — só agora, após o mesmo ter desaparecido, verdadeiramente presumia conhecer.

Por que, então, a imagem do vigário, quando vivo, mantivera-se de modo tão desfocado em sua opinião?... Agora, depois de muito pensar e surpreender naquela índole ambígua os traços viciosos de uma estranha normalidade compulsória a substituir a espontânea, parecia-lhe, apesar de toda aquela esquisitice, haver cometido uma falha lamentável e ao mesmo tempo imperdoável para com o amigo.

Umhas tantas coisas ganhavam prioridade em sua análise. Uma delas era o humor do vigário. Sim, aquele humor ao mesmo tempo alegre e irado por ele entrevisto, tantas vezes, nas manifestações fisionômicas do padre passava a ter importância patente. Antes, porém, tinham ficado em seu julgamento distraído apenas como mais uma idiossincrasia da complexidade moral daquele homem talentoso mas infelizmente mesquinho. Isso não tinha sido de modo nenhum bem notado.

— Mas... como pode ter sido assim?... — ele se perguntava incrédulo.

Tal esdrúxula associação de humor tinha sido, de fato, uma constante — e não um caso isolado — no comportamento do vigário. Era de admirar que jamais houvesse compreendido que a ordem moral, o fervor religioso e o próprio desempenho ético do amigo se misturavam, desde muito, com o sarcasmo grosseiro, a satânica impiedade e a irreverência ferina com que sempre costumava espicaçar os brios do próximo, levando de roldão amigos e inimigos, tudo na mesma cambulhada, atabalhoadamente, enquanto ele próprio fervia e esfriava, alternadamente, entre um riso escarninho e um conselho probo, meticulosamente meditado ou mesmo pinçado do arsenal inesgotável de sua clássica bagagem filosófica e cultural. Aquele câmbio incessante de idéias, quase imperceptível mas atuante era, talvez, o que conduzia o vigário aos extremos, levando-o do sério ao burlesco, do grave ao satírico, do atencioso ao irônico. E aquilo, aquilo não poderia ter sido um procedimento normal! Aquilo era, isto sim um canalhismo que, em resumo, somente um parvo — e neste caso ele próprio — não podia ter notado!

Diabo! por que se enganara tanto?! O mais estranho era, no entanto, só agora haver entendido que toda aquela atividade mental danificada tinha-lhe sido um enigma. Todavia ela estava lá, encrustada nas bordas e saliências dos opostos do caráter ambíguo do padre. O encanto da graciosa profusão de vida daquela alma inclinada a se interessar verazmente pelas virtudes alheias, e as ironizar, não lhe passara despercebido. E, por outro lado, tinha deixado de dar a devida atenção à cidez biliosa do amigo, também sempre disposto a derramar veneno nas fontes puras de uma atitude louvável de amor, vitriolo na água limpa e cristalina da consciência mais terna e lavada na fé e na religiosidade, vivendo a eterna conciliação espiritual com a Igreja e seus inspiradores.

“Quanto engano reside — ele pensou — por trás da alegria que a amizade favorece!”

A perplexidade ia tomando conta de seu espírito ainda confuso pelo impacto do acontecimento. Sentia-se apavorado com a própria incapacidade de não ter sabido dis-

tinguir entre o correto e o errado no caráter daquele padre danado e suicida, cuja amizade cultivara como a uma planta tenra e bela que necessitasse de urgentes cuidados. “Padre Osório não era um ser normal — ele agitava. Tinha sido, antes de tudo, um belo e grande infiel. Uma mistura pura e simples de herege e convicto, digno do julgamento de um Torquemada e do braseiro da Inquisição... Não; isso não! No fundo era ele uma criação à altura do próprio Salvador, com o qual sonhava um dia poder se identificar. Não pela fé em si mesma, mas pela bondade e a disposição de perdoar sem reservas a todos. E de certo modo não andou muito longe desse ideal, já que o seu interesse era sempre voltado para os simples. E tanto mais era isso verdade quanto mais fosse sua inclinação humanística, no momento, e a penetração na problemática dos que lhe tocavam com suas dores o coração. Tinha, em algumas horas, um interesse espontâneo pelo próximo, e esse interesse era, geralmente, nessas horas, afastado de qualquer forma ordinária de curiosidade vulgar. Se lhe pedissem a batina ele a daria, mesmo se soubesse que haveria de andar em ceroulas enquanto alguém — dona Victoria, por acaso — lhe oferecesse outra.

Desde cedo vira-o assumir a consequência da responsabilidade de encaminhar muitas almas de seu rebanho heterogêneo — e mais das vezes recalcitrante — para o bem. **Parole d'onneur**, fazia-o com paciência e com a devida coragem espiritual, citando exemplos, oferecendo ajuda.

Isso, de fato, deveria se constituir num grande esforço, pois Padre Osório sabia, de forma pragmática, distinguir entre os que eram bons e os que já tinham sido corrompidos pelo mal. Mas não se indignava e nem se dava ao trabalho de fazer distinções dessas condições particularíssimas de quantos o procuravam para se aconselharem. Falava-lhes da salvação da alma com algum secreto prazer e se alegrava. Mas sua alegria era, agora via, de algum modo amarga. Talvez soubesse existirem muitas falhas em seu próprio caráter, muitas deficiências em seus métodos e catequese... mas a consciência exata de que somente uns poucos estavam capacitados a seguir seus próprios caminhos e engendrar sua própria felicidade era o que verdadeiramente o animava. Quem sabe, talvez acreditasse ser ele próprio não mais que uma ou outra daquelas criaturas confusas e perdidas que o procuravam e com as quais era obrigado a se defrontar du-

rante o exercício do sacerdócio, que a muitos poucos agradava, porquanto voltado singularmente para as obras de caridade bem mais do que para a religião pura e simples.

Lupus in fabula! — poder-se-ia concluir de seus modos ao vê-lo se encaminhar rumo à periferia, às choças miseráveis que circundavam Preati, onde talvez se encontrasse com o seu próprio eu interior, auxiliando pobres velhinhos desamparados e pensando chagas de crianças raquíticas, aconselhando uns e outros a um comportamento menos aviltante. Mas, nada disso! Suas perorações nasciam da convicção de que um destino mau estava quase sempre atrelado a um gerenciamento desorganizado da vida, podendo ser, portanto, modificado com a tomada de posição de uma atitude positiva e menos conformista. Entretanto, que paradoxo havia nessa luta interior de seu espírito! O caminho que indicava aos outros jamais pôde ser o seu próprio caminho! Isso porque talvez não lhe tenha sido possível obter uma hora sequer de equilíbrio e suavidade espiritual dentro do tempo conturbado e geralmente amargo de toda a sua irrequieta existência. Mas mesmo assim não desistia. Continuava tenaz em seu interesse pelo próximo, tal como se fora compelido por um imperativo endógeno e muito superior às suas próprias forças de reação negativa. Só para si mesmo não encontrava nunca o lenitivo da esperança, já pela falta de fé, já pela total ausência de controle sobre seus próprios nervos. Tivesse agido de modo algo diferente e por certo haveria de ter encontrado a felicidade, mas não pôde fazê-lo; ou não o quis. E assim, perdido em suas contradições, terminou mergulhando no poço tenebroso de seu mistério interior forjando sua própria tragédia.

Ah, o mistério dos destinos humanos!

“Mas, que vem a ser o destino de um homem senão o resultado de suas providências corretas ou de seus desacertos. . . ?” Graciosa interação da vida — a continência — onde o indivíduo se queda à beira da vileza, da estupidez dos instintos abjetos e, quase perdido, ainda pode recuar para o terreno neutro da razão ou para a segurança da fé, em cuja plataforma rochosa bem fácil lhe é alcançar a satisfação inerente ao cumprimento do dever! Então já não lhe importam as implicações de seu caráter dúbio, contraditório, andrógino, diabólico.”

Justino Ambrósio Pereira queria parar de pensar no assunto. Queria esquecer o trágico acontecimento da véspera. Todavia era impelido para diante, para o campo das idéias, porque era a explicação dos motivos o que o interessava. Pensando em Padre Osório, compaixão e repulsa lutavam dentro dele. Compaixão do amigo suicida, repulsa pelo fim de uma existência amargurada na teia das contradições mais irracionais e absurdas.

LENDAS GLORIOSAS: A PAPISA JOANA, O DIABO E O JUDEU ERRANTE

José Melquíades

1 — A Papisa Joana: Por mais que tenha havido escândalo e licenciosidades na Cúria Romana, antes mesmo da Idade Média, ainda assim não há lugar para a Papisa Joana nem se encontra argumento histórico para sustentá-lo. Essa episcopisa teria reinado, segundo alguns mitólogos, entre o pontificado de Leão IV (847-55) e Bento III (855-58). Os defensores dessa lenda dão-lhe, também, o nome de João VIII ou, pior ainda, confundem os fatos. Acontece que João VIII coroou-se, regularmente, papa 4 anos depois de Bento III, sucedendo Adriano II. Não há como substituí-lo por Joana. Seria uma tentativa ridícula.

É verdade que na eleição de Bento III apareceu um antipapa mas esse chamou-se Anastácio que logo saiu de cena por falta de patrocinadores. Fora imposto pelo imperador Luís II mas esse monarca mudou-se facilmente para as hostes de Bento III e Anastácio Bibliotecário, como era chamado, não sustentou-se na Sé de Roma.

Uma das fontes informativas sobre a Papisa, se bem que muito falha, encontra-se num livro intitulado **De Septem Donis Spiritu Sancti** escrito por um dominicano francês chamado Estevão de Bourbon. Esses **Dons do Espírito Santo** inspiraram-se no profeta Isaías, que no início do cap. II previa “uma vara que sairia do trono de Jessé e julgaria os pobres com justiça”. Todavia, o vidente da Judéia, segundo os decifradores de vaticínios, referia-se ao Messias prometido e não aos sucessores de Pedro. Jessé era o pai de Davi e na genealogia enxertada no Evangelho tenta-se provar que Jesus pro-

cedia da família de Davi, embora o filho de Jessé se distanciasse 973 anos do filho de Maria. Razão tinha S. Paulo quando aconselhava a Tiago (1T — 1,4) e a Tito (1Ti. 2,9) que se “afastassem de discussões tolas e de genealogias que não levam a nada”.

Cra, o livro do monge Estevão não menciona o nome da papisa Joana. Mesmo que se tenha louvado nos Dons do Espírito Santo, descreve-a imaginariamente como uma escriba da Cúria, o que lhe teria dado ensejo de sentar-se na cadeira de Pedro, lá pelo ano 1.100, conseqüentemente, 242 anos após a morte de Bento III. Essa confusão de tempo e de idade muito dificulta o confronto das conjecturas. Não resta dúvida que naquele ano (1.100) houve debates, rebates, comprometimentos e intrigas por conta da chamada **Controvérsia de Investidura**, que envolvia os leigos no pontificado e envolvia, também, o casamento dos padres. Um Sinodo convocado na Quaresma de 1075 por Gregório VII proibiu a investidura leiga, deplorou a prática da simonia e restringiu o matrimônio clerical.

Pascoal II elegeu-se em 1099 como sucessor de Urbano II. Era um monge francês da abadia de Cluny, muito zeloso pelo seu munus e confiante nas reformas canonicamente justas. Seu pontificado estendeu-se do ano de 1099 a 1118 e foi atormentado por três antipapas: Teodorico (1.102) Alberto (1.102) e Silvestre IV (1105-1111). Silvestre, de vida progressiva e antecedentes duvidosos, foi expulso da Cúria pelas tropas de Pascoal logo no dia seguinte à sua eleição. Mesmo assim, deu um bocado de trabalho e fez Pascoal passar por alguns vexames até que o verdadeiro pontífice fizesse as pazes com Henrique V e ambos acabaram, uma vez por toda, com a glória e as pretensões de Silvestre. Os outros dois não pesam muito.

Apesar de todas essas controvérsias, não se fala em nenhuma mulher envolvente, nesse período um tanto conturbado. Logo o relato de Estevão não passa de suposições infundadas. Todavia, a lenda continua com variantes extraordinárias. Teria sido consagrada, na Cátedra de Pedro, já em adiantada gravidez e dado à luz durante uma procissão rumo ao palácio de Latrão, pelo que teria sido apedrejada e repudiada pelos fiéis.

Como Estevão concebeu tal esperança ninguém sabe. Alguns frades pertencentes a outras ordens religiosas encar-

regaram-se de outras tantas interpolações e enxertos, o que era muito comum na Idade Média, na criação de lendas religiosas. Aqueles monges, pacientes copistas, aproveitavam-se das lacunas apresentadas na *Chronica Pontificum et Imperatorum* dando asas à sua imaginação. Essa *Chronica* fora escrita por Martinho de Torppau, outro dominicano engenhoso e imaginoso. Contudo, no que diz respeito à Papisa, tudo não passa de suposição cavilosa e sonhos quiméricos.

Mas a lenda evoluiu. A lenda não é como o fato; e se presta a variantes notáveis. Onde ela prevalece, a história desaparece. Da lenda alimentam-se os folcloristas; na história fundamenta-se a verdade. Conta-se, entre outras coisas, que durante uma procissão presidida por Leão IV, o séquito desviou-se propositadamente de uma rua para outra, seguindo destino improvisado sem justo motivo. Durante esse trajeto, uma mulher teria morrido nas dores do parto, naturalmente uma filha de Maria. Sepultada logo em seguida, na lousa de sua catacumba escreveu-se um epitáfio num dialeto estranho que não encontrou estudioso de caracteres rúnicos capaz de decifrá-lo.

Como todo mistério é abundante em interpretações diversas, um arrojado Champollion decaziu, com a autoridade que lhe competia, tratar-se da sepultura da Papisa Joana. Ainda mais: Joana não é o único nome daó a infelicitada representante de Deus, aqui na terra. Não. Também chamou-se Agnes e Gilberta. Ora tal privilégio contraria fortemente a concepção de S. Paulo sobre a mulher, pois esse apóstolo não a considera igual ao homem como imagem e semelhança de Deus:

— “O homem não deve cobrir a cabeça por que ele é **imagem e glória de Deus**, mas a mulher é **glória do homem**” (1C — 11,7). Parece que o Apóstolo das Gentes não gostava muito de mulher.

Outra versão da lenda descreve-a como inglesa mas nascida em Mainz. Ora, essa cidade, apesar de ter sido uma possessão romana, fica na Alemanha, um porto às margens do rio Reno, o que complica cada vez mais os Dons do Espírito Santo do abade Estevão. A Inglaterra tem dado grandes mulheres, dominantes umas, dominadoras outras mas, ao que parece, os ingleses não se orgulham muito dessa tradição papista. Nessa tentativa de britanizá-la, teria Joana se apaixonado por um monge inglês. Vestida em trajes masculinos,

acompanhou o santo homem, como seu amante, de Londres a Atenas e de lá seguiram para Roma, onde tudo se consumara com a posse no Trono de Pedro, segundo a imaginação dos criadores de fábulas.

Isso numa época em que uma mulher vestida de homem era abominável aos olhos de Deus. Lá está na lei de Moisés: "A mulher não vestirá roupa de homem nem homem veste peculiar à mulher, porque qualquer que faz tais cousas é abominável ao Senhor teu Deus" (Dt. 22-11). Esse artigo do código mosaico talvez se aplique aos que se vestem de hábitos talares. É verdade que Moisés era legislador e não profeta e por isso não podia advinhar nem prever a vestimenta dos futuros clérigos da Igreja de Pedro.

2 — Boccácio e Petrarca: Esses dois autores aproveitaram-se de escândalos, abusos e lascívia clerical, tirando disso grandes proveitos. Dom Félix, na Quarta Novela do Decameron, na Terceira Jornada, passa uma penitência a Puccio, um perlerma da Ordem Terceira, e fica com a mulher dele satisfazendo-se gostosamente, deliciando-se na eficácia das horas canônicas. Na Oitava Novela da mesma Jornada, um jovem monge, sábio e belo, "muito santo sob todos os aspectos, exceto no que dizia respeito a mulheres", após ouvir em confissão uma pobre pecadora, esposa de um piedoso e prosaico Ferondo, fez este iludido marido dormir pesadamente sob efeito de uma droga milagrosa. Ao acordar Ferondo, convenceu-o o astuto e ardiloso abade que estivera morto mas com os seu santo poder iria colocá-lo no Purgatório para remediar alguns pecados que restavam. Depois, mandá-lo-ia para o Céu. De fato, colocou-o no lugar desejado, embora esse Purgatório fosse um quarto quente e escuro, onde recebeu confiantemente a promessa de que de lá se abismaria no céu. Enquanto isso, o piedoso e milagroso frade alcançava o paraíso nos braços de sua "honrada" mulher.

Dir-se-á que Boccácio não mentia. Mas o que se sabe é que ele, baseado em fatos, romanceava os péssimos costumes clericais. Mesmo assim nunca falou claramente na Papisa Joana. Sabe-se, por outro lado, que a Corte Pontifícia, no chamado regime Pornocrático (Sec. X) deu muitos papas lascivos, escandalosos, impudentes e ímpios, mas nunca uma papisa. Nem Marozia, amante de Sergio III e, com

este, mãe de João XI, ou sua mãe e sua irmã Teodora, amantes de papas, nem assim lhes permitiram sentar-se no Trono de Pedro.

Com as desavenças e desentendimentos por conta da Reforma Protestante, os seguidores de Lutero e de Calvino tiraram da lenda de Joana grandes proveitos. Não foram poucos os ataques nem diminuíram as acusações à corte pontifícia. Esses exageros são muito naturais quando se choca a doutrina da fé na barreira dos conceitos e preconceitos religiosos.

Mesmo com a expansão luterana, não existia a palavra **protestante**.

Convocada a Dieta de Espira, no dia 19 de abril de 1528, reunidos ali católicos e dissidentes, os luteranos apresentaram um "protesto" ao predomínio católico que dificultava o avanço luterano. Esse protesto oficial, em latim, **protestatio**, deu origem à palavra protestante, uma palavra desconhecida até então como antagonismo religioso, do mesmo modo que a palavra **transsubstantiatio** — transsubstantiação — (a presença de Jesus na Eucaristia) era desconhecida de Santo Tomás e "não constava nos missais da época" (Fr. L. Boff — Roma Locuta). De fato, para que a transsubstantiação se firmasse na crença, necessária se fez uma decretal de Inocêncio III (1202), aceito pelo Quarto Concílio de Trento. Mas isso não vem ao caso nem os defensores da Papisa Joana a envolvem na Liturgia da Igreja.

As sutilezas religiosas geram conflitos tendenciosos, responsáveis por muitas lendas e premeditada interpretação. Quando a Reforma Protestante se afirmou com mais entusiasmo, os dissidentes radicais reavivaram o mito da papisa como vingança aos maus procedimentos do papado. Entretanto, o calvinista inglês, David Blondel jamais acreditou nessa história mal contada, negando-a corajosa e independentemente.

3 — **A Idade Média:** A Idade Média foi uma fábrica de lendas para todos os gostos e padrões. Entre as fábulas piedosas de santos e mártires, surgiu o Diabo cavalgando um bode e ostentando rabo e chifre. Isso era o mais engraçado que o Diabo podia fazer num circo de cavalinhos ou num chiqueiro de hircos. Mais agravante ainda era quando comprava almas a preços compensadores, incentivando lucros nos negócios e engrossando o capital, no que muito contri-

buia para riquezas ilícitas, aumentando conseqüentemente o número de comerciantes inescrupulosos, agiotas gananciosos e ladrões descarados.

O pior é que o Diabo nunca levava grande vantagem nessas aplicações ou transações. Sempre que ia cobrar a conta e apoderar-se de sua parte, no caso, a alma do magnata, já o vigário sabia de tudo. Mediante certa quantia destinada à paróquia e ao orago, instruía o traficante a oferecer ao Diabo o sacrifício de uma enorme cruz, pelo que facilmente salvava-se a alma das labaredas eternas. Ora, mediante esses mitos, sabemos, hoje, o horror que o diabo devota à cruz.

Levava mais vantagem quando penetrava no convento das freiras, seduzindo algumas delas, obrigando outras ao uso de um tampão auricular para que não “emprenhassem pelos ouvidos”.

4 — **O Judeu Errante:** Outra lenda muita edificante e bastante engenhosa foi a que se gerou em torno do Judeu Errante. Diz-se que esse herege atacou Jesus a caminho do Calvário e por isso o Mestre o teria condenado à imortalidade terrena.

Eu vou mas tu ficas e esperarás pelo meu retorno — teria sido a sentença lavrada pelo crucifixando que o proibia morrer, deixando-o erradio até o fim do mundo. Outros criadores de fábulas associam-no a Malcus, soldado romano da guarda de Caifás, que dera ordem de prisão a Jesus, no Jardim das Oliveiras. Pedro, indignado, decepou-lhe a orelha mas Jesus, resignadamente, restituiu-a ao seu devido lugar, salvando-a milagrosamente (Lu. 22.50).

Esse Judeu Errante, condenado a não morrer, um privilégio que os “imortais acadêmicos” desejariam alcançar e compartilhar com Júlia Gonzaga, condessa de Frondi, que tinha como lema a expressão latina **non moritura** — (imortal), esse judeu errante, sim, ainda se identifica como Ahsverus. Carthafilus e Buttadeo. Carthafilus, em grego, significa **bem amado** e era assim que o Mestre identificava seu discípulo João.

Certa vez, Pedro acompanhava Jesus ao lado de João e como esse se distanciasse, aproveitou-se Pedro para fazer uma pergunta sobre a conduta de João. Em defesa do **bem amado**, respondeu-lhe Jesus: “Eu quero que ele fique até que eu volte”. (Jo. 21.22 e 23). Logo essa notícia correu na comu-

nidade de Betânia que João não morreria. Não tardou muito e João passou também a confundir-se com o Judeu Errante. Como Ahsverus ou Ahsuerus, o Judeu Errante aumentou a sua fama com um panfleto publicado, em 1602, por Cristoff Crutizer, um desconhecido e imaginário tipógrafo de Leiden.

O que importa é que o panfleto, mesmo anônimo, criou nomeada e foi traduzido em muitas línguas. Nele se diz que um bispo luterano de Sheleswig, Alemanha, conta ter conhecido um judeu muito idoso gabando-se de ter exprobado Jesus com palavras insultuosas, no alto da cruz, e que o Martir do Gólgota também lhe teria respondido:

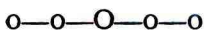
— Eu fico e repouso; mas tu continuarás caminhando. Um bispo católico da Armênia, um pouco antes, também dera testemunho de um encontro com Ahsverus. Chegando este prelado na Inglaterra, em 1026, numa visita que fez ao mosteiro de Santo Albano, interrogado pelos monges sobre um tal Josephus que participara da crucifixão de Jesus e que se acreditava estar ainda vivo, respondeu o bispo, com a maior sem-cerimônia desse mundo, que realmente, no seu país, havia um cidadão chamado Carthaphilus que confessava ter sido porteiro de Pilatos e que havia açoitado Jesus a caminho do Calvário.

A razão pela qual os monges de Santo Albano confundiram Carthaphilus com Josephus deve-se a outra variante notável do errante Ahsverus. É que Carthaphilus teria sido batizado por Ananias, primeiro bispo de Damasco, com o nome de Josephus. Esse enxerto deve-se a uma visão beatífica pelo fato de Jesus ter aparecido a Ananias (At. 9 — 10 a 20) ordenando-lhe curar a cegueira do futuro apóstolo Paulo e, em seguida, batizá-lo. Os conventos também eram férteis em credibilidade.

A idade Média ofereceu material fertilíssimo para criação de lendas religiosas, fantasias do espírito e da mente, maliciosas algumas, piedosas outras. Não admira, pois, que entre o Judeu Errante que talvez desejasse vender a alma ao Diabo e o Diabo que comprava almas a comerciantes, fazendo-os bons ladrões (incluindo-se nessas belas conjecturas a bilocação e levitação de Santo Antônio) aparecesse uma mulher como soberana papisa para absolver os pecados dos homens e derramar, sobre a sacada do Vaticano, a benção **urbi et orbi**, num domingo de páscoa. Só assim se acabaria a mancha do pecado original do que Eva tem a verdadeira

culpa, embora um aforismo latino afirme categoricamente que não nos devemos confiar nas mulheres nem mesmo depois de mortas:

— **Muliere ne credas, ne mortuae quidem.** Talvez seja melhor guardarmos o conselho de São Paulo: as mulheres devem conservar-se caladas nas igrejas públicas. Nas igrejas, vá lá; nas reuniões públicas é religiosamente impossível.



5 — **Conclusão:** Felizmente, para salvação de nossas almas, nada disso aconteceu. Entretanto, muitos acreditam e não convém contrariá-los. **Fides ut anima, unde abiit, eo nunquam reddit** — a fé, como a alma, não volta mais donde saiu, reza uma sentença do pagão P. Siro. Por último, não devemos jamais nos esquecer de que um crucifixo, pregado numa parede rústica, levantou a voz firme e calma e em bom latim serenamente elogiou o teólogo Santo Tomás de **Aquino: bene dixisti de me, Thomas** — escreveste muito bem sobre mim, Tomás. Não é maravilhoso!

Ora, sabe-se perfeitamente que Jesus não falava latim e seria bem mais coerente e até original que o criador dessa invenção tivesse feito a imagem do crucificado falar em aramaico. São as aporias religiosas, acirologia urdida em elementos desconcertantes. Catácreses de falsa semântica sem nenhum amparo histórico. Essa forma de catácrese aninha-se bem na mente do crente que nem uma catarse remediará. Quem vai lá poder negar que uma cruz, no céu de Constantinopla ou de Roma, apareceu a Constantino com uma inscrição latina de grande efeito belicoso: **in hoc signo vinces** — com este sinal vencerás. Eusébio Pânfilo concebeu, escreve-o e não há como desmenti-lo.

O pior é que esta cruz que padre Eusébio fez Constantino contemplar era de fogo. Quando Tito Lívio, no cap. XVI de sua História Romana, descreveu que muitos viram arder em chamas a cabeça do menino Sérvio Túlio, que dormia (Moisés viu o Senhor numa tocha de fogo que saía de uma sarça) que a rainha proibira aos criados apagar o incêndio, muitos cristãos batizados não acreditaram. É que Tito Lívio era pagão e a inspiração celestial não atinge essa espécie de gente. Tudo não passa de agouro.

O importante é que, mais tarde, a inscrição no céu de Constantino foi cunhada em moeda corrente e os que enriqueciam interpretavam-na salomônicamente de maneira diferente: **com o dinheiro tudo alcançarás**, o que não está de tudo errado, pois foi o mesmo Salomão que afirmou (Ectes. 10,19) — **et pecuniae obediunt omnia** — o dinheiro atende a tudo. Isso não é lenda. É por isso que os americanos gravaram no dólar: **in God we trust** (em Deus confiamos) — Em Deus ou no dinheiro? Ah, sim, no deus Pluto, responsável pela plutocracia deles.

O fogo escatológico e a frase latina vistos pelo biógrafo de Constantino converteram-se na febre do dinheiro que, se para alguns é intermitente, só queima os incautos. O mais edificante, em tudo isso, é que vozes estranhas ou inscrições escatológicas apareciam sempre em latim. Dir-se-á que a língua oficial do céu é o idioma do Lácio como já o foi na Igreja e o francês dominava a diplomacia. Por via das dúvidas, estou me preparando com o Padre João Ravizza para me comunicar com os anjos.

E com a febre pecuniária ou a descoberta do ouro que se dane o Diabo, a Papisa Joana e o Judeu Errante.



Da conclusão: De todas essas personagens inexistentes, consagradas pela fábula, a mais popularizada, no Ocidente é o velho Diabo. Todos nós nos acostumamos com sua maldita fama de uma maneira repudiantemente agressiva, todavia, tratando-o com escrupulosa familiaridade: o diabo pra cá, o diabo pra lá; e o Diabo está em todas. Uns riem como o diabo, outros choram do mesmo modo. As pessoas que falam muito e aborrecem os outros, falam como o diabo. Um acontecimento desagradável é uma coisa dos diabos. Se uma pessoa é muito alegre, diz-se que é **feliz como o diabo**. Se excede no trabalho, **trabalha como o diabo**. Um bonachão, prosaico ou desprezível é **um pobre diabo**. E assim por diante.

Até uma criança salutarmente energética que inocentemente exhibe suas sadias travessuras, vingamo-nos dela descarregando-lhe a maliciosa maldição: meu Deus, esse menino, hoje, está com o diabo no couro! Ora, isso não é o diabo?

E com toda essa insistente propagação, todos têm absoluta certeza de que hoje ninguém mais tem medo dele. Se exhibe os cornos possantes, logo se confunde com os demais

chifrudos, hoje espalhados em todas as partes da terra com belos exemplares em todas as raças. Se balança o rabo, isso não é mais novidade porque muita gente, boa também o faz e até com mais elegância. **A sua desmoralização é plena e completa**, graças a Deus. Se mostra o tridente ameaçando resgatar o dinheiro pela alma perdida, já os políticos passaram o rodo na "grana", porque hoje, nessa habilidade, dispomos de excelentes líderes; e em alma perdida ninguém fala mais. Ora isso é um desprestígio dos diabos!

E o pior que nos poderia acontecer seria acreditar nesses mitos engenhosos. Por último, lembremo-nos de Omar Khayym, que, na Sutra 12 de seu Rubaiyat, resumiu toda a teologia persa nesse divino verso: **o céu e o Inferno estão dentro de vós. Amém.**



Do livro inédito: **LENDAS EDIFICANTES E VERDADES CHOCANTES**

UM POETA QUE TENTOU MUDAR DE NOME

Nilo Pereira

Gostaria de falar sobre Manuel Bandeira sem me repetir. Sem repetir o poeta. Sem dizer mesmo os seus poemas mais conhecidos, inclusive “Evocação do Recife”. Não que pretendesse ser original. Original é o poeta. Um poeta, esse sim, tem todas as originalidades; nós outros, aí de nós, apenas podemos presentí-lo. Para compreender Bandeira morto, Bandeira vivo, fui ver a Estrela da Manhã. Acreditei: — eu vi a Estrela da Manhã. Luzia como nunca num céu largo, ainda tocado das graças da noite.

Estaria ali o poeta? Por que não? Se ele pudesse falar, diria como nos está vendo e o que está sentindo. Porque poucos tão autobiográficos como Manuel Bandeira. Poucos, como ele, tão cheio de confissões. Disse tudo de si. Ao contrário de Machado de Assis, de quem dizia Nabuco: — “Este não fará confissões”.

Bandeira disse até como se sentiria depois de morto:
“Depois de morto,

Primeiro quereirei beijar meus pais, meus irmãos,
meus avós, meus tios, meus primos.

Depois irei abraçar longamente uns amigos — Vas-
concelos, Ovalle, Mário...

Gostaria ainda de me avistar com o Santo Francisco
de Assis.

Mas quem sou eu? Não mereço.

E então me abismarei na contemplação de Deus e de
sua glória. Esquecido para sempre de todas as
delícias, dores, perplexidades.

Desta outra vida de aquém-túmulo”.

E como o poemeto se inspirava em Guimarães Rosa, outro nostálgico de Deus, perguntava o poeta: — “Que tal Rosa, que tal, leitores?” Isso era uma crônica de 18-VI-1961, reproduzida em *Andorinha*, Andorinha, José Olympio Editora págs. 320-1.

Rosa aprovou certamente a visão da morte, que era o esquecimento de tanta coisa, menos dos amigos e parentes.

Depois que contemplei a Estrela da Manhã — a estrela do poeta — fui reler a sua poesia: uma poesia matinal, fresca, lírica. O poeta pode ter-se arrependido do “lirismo bem comportado”. Nunca do lirismo. Nunca da contemplação que, em poesia ou em prosa, tantas vezes chamou de “alumbramento”, que é o seu clima pasargadiano. O clima da infância, essa infância em que ele deixou o Recife. Quando o acusaram de pouco recifense, ele me dizia numa carta: — “No Recife estão as matrizes de minha poesia”. — Não precisava dizer, todos sabemos disso, mas era o momento de falar mais uma vez de si mesmo; e o poeta falou, porque ele não ocultava nada. Dava-se todo inteiro. Sua poesia é como nenhuma outra autobiográfica. Depois de sua morte todos os críticos e admiradores do poeta procuraram nos seus registros essa nota íntima, às vezes magoada, sempre solitária, que vibra no seu verso como se a poesia para ele fosse confissão, nada mais do que isso: confissão. Trazer tudo a público: — a alma, o lirismo, a doença, os pressentimentos, a casa pronta, cada coisa no seu lugar para a Dama noturna, que afinal, veio talvez de branco, lírial, para receber como indesejável o desejado de Deus, o poeta das belezas infinitas, o cantor da vida, mesmo quando essa vida era no seu caso um paradoxo!

Não te farei grande poeta, o elogio acadêmico, bem-comportado. Nasceu no dia tal, morreu no dia tal, e de permeio os estudos que fez, a carreira que não seguiu os prêmios que obteve, as vitórias, as frustrações, a glória da imortalidade, que poderia ter valido mais se o poeta houvesse encontrado ainda na Academia o seu mestre tão lembrado — João Ribeiro. Mestre de História com quem aprendeu — diz ele — mais Literatura do que História, mais estilística do que cronologia.

Quero apenas dizer que esse poeta, desde cedo, foi de minha intimidade. Bandeira é antes de tudo um lírico. Não vamos procurar para ele a escola. Poeta nenhum precisa de

escolas. As escolas é que disputam os poetas. Ele veio sentindo a vida e traduzindo o seu sentimento na sua maneira de dizer em versos a sua dor. Até no hospital da Suíça, estava o poeta com Éluard. Outro que se curou da tuberculose num hospital da Suíça, Henrique Castriciano, falava da solidão criadora da doença em horas inteiras de meditação. É outra característica da poesia de Manuel Bandeira: — a meditação. O gosto de estar só, como viveu a vida toda. Só, com as suas Damas: a Poesia e a Morte. Nem por isso inibido diante da vida. Nem por isso pouco associativo, pois um dos seus prazeres — diz o escritor Austregésilo de Athayde — era estar na Academia com os seus pares. Estimava a companhia ilustre. E dizia que valia a pena ter entrado na Academia para conviver com Aloysio de Castro. Achava-se desajeitado dentro do fardão; mas não dentro da Academia, que não é museu de embalsamados, nem jaula de bichos esquisitos, tirados da floresta clássica da Literatura. Não. Sabia-lhe bem a Academia.

Por isso mesmo não sei em que poderíamos ver tão ostensivo o seu proclamado modernismo, se por modernismo se deva entender, ao pé da letra, o movimento estético-revolucionário de 1922. Moderno ele é mas sabendo como devia ser. Tanto que disse do modernismo essas coisas fortes, em crônica de 1924, isto é, quando o movimento estava quente: — “Há muita insinceridade nesse chamado movimento moderno. Fala-se mal dos outros pelas costas. Cada qual vai fazendo hipocritamente o seu joguinho pessoal”. E entra a citar nomes implicados no “joguinho pessoal”, dentre os quais Ronald, assinalando: — “Ronald fala mal da Academia e vai submetendo os livros ao julgamento dessa mesma Academia, que, de resto, o tem premiado abundantemente e Ronald assinala-o sempre na lista das obras que já publicou”.

O modernismo de Bandeira não era radical. Era, sim, uma vivência natural da própria independência literária e estética, numa certa fase adulta do nosso pensamento. Nesse sentido ele foi moderno, como foi parnasiano, como foi simbolista, como foi romântico, como foi clássico. Curioso: - Bandeira é um clássico da língua. A admiração que ele demonstra por Silva Ramos e Souza da Silveira, e por João Ribeiro, é muito significativa. Os mestres deixaram nele a marca da criação. Não os abandonaria nunca. As páginas que lhes dedicou, comovido, são muitas delas poemas em prosa. Poemas

dum lirismo quase ingênuo, evocativos como quase tudo na sua vida, que é sempre um itinerário de Pasárgada, mesmo quando já não são os caminhos deste mundo que ele busca, imerso num reino misterioso ou utópico, que foi tantas vezes a sua evasão.

Só raras vezes — tão raras que seria preciso estudar pacientemente toda a sua obra lírica — sairia da ternura humana que lhe marca bem a poesia. Tão raras seriam essas vezes que a sátira talvez seja em Bandeira uma flor de estufa, uma flor sem perfume e sem viço. Duma feita usou essa arma contra Brito Broca na seguinte sextilha “que nunca lhe envie nem mostrei a ninguém” — tem logo o cuidado de dizer:

“Erita o Broca, broca o Brito,
E os dois juntos, Brito e Broca,
Fulverizam qualquer roca,
Desmancham qualquer granito,
Brito e Broca, Broca e Brito
Num homem só — Brito Broca”.

“Guardei para mim a sextilha — esclarece o poeta porque receei que o destinatário levasse a mal a brincadeira e me imaginasse agastado com a sua crítica, que havia sido deixada e em parte justa”.

Guardar, também guardei certa quadra satírica do tempo da polêmica sobre o busto do poeta, na praça pública, quando lhe pareceu que a discussão jornalística, por parte do adversário, o polemista Mário Melo, já não era uma interpretação constitucional, e sim um propósito contra ele: — propósito que poderia confundir uma atitude pessoal com a do povo do Recife, onde estão — fazia Bandeira questão de repetir — “as matrizes de minha poesia”.

Seriam essas atitudes esporádicas num homem lírico enternecido, para quem a “Evocação do Recife” — poema que os maldosos diziam ser de encomenda, como se a poesia pudesse resultar duma imposição — bastaria como legenda de sua obra poética e para perfeita identificação do Recife com a sua Pasárgada. Em crônica de 25-XII-1960 repetiria em prosa o que já havia dito em versos: — “Rememoro os Nata's da Rua da União, no Recife... A cozinha da casa de meu avô, aquela cozinha que era todo o mundo da velha pre-

ta Tomásia... As grandes tachas de cobre que deixavam o sono da despensa, o grande pilão de madeira, que entrava a esmagar o milho verde cozido...”

Viveu Bandeira para essas evocações, para esse mundo todo que não era só da velha Tomásia, nem do avô, nem de Totônio Rodrigues, nem de D. Aninha Viegas, nem da preta das bananas, talvez uma Irene do povo, sempre de bom humor, nem dos sinos que anunciavam incêndios, de acordo com o regulamento baixado pelo Presidente da Província, que copiei dum jornal recifense. Era o mundo do menino redivivo. A poesia de Manuel Bandeira é a desse menino sempre menino, que viveu enquanto viveu o homem, como está nesses **Versos de Natal**:

“Espelho mágico verdadeiro
 Tu reflectes as minhas rugas,
 Os meus cabelos brancos,
 Os meus olhos míopes e cansados
 Espelho, amigo verdadeiro,
 Mestre do realismo exato e minucioso,
 Obrigado, obrigado!
 Mas se fosses mágico,
 Penetrarias até ao fundo deste homem triste,
 Descobririas o menino que sustenta esse homem
 O menino que não quer morrer,
 Que não morrerá senão comigo.
 O menino que todos os anos na véspera de Natal
 Pensa ainda em por os seus chinelinhos atrás da porta

Nada mais se poderá dizer da poesia de Bandeira, sempre autobiográfico, sempre em confissão. “Até hoje — escreve ele — gosto bem desses versos. “Mestre do realismo exato e minucioso”, dito de um espelho, me parece bem sacado, desde que, bem entendido, ele não seja daqueles que Mário de Andrade no “Carnaval Carioca” chamou “espelho mentiroso de mascate”. Esse outro não era de mascate; era do poeta, autoespelho, a própria face na face refletida, o menino rindo do velho, isto é, sustentando no homem vivido e provado o essencial da vida: — a pureza, a fidelidade à infância, aos lugares sagrados, aos itinerários de Pasárgada, que ele abriu a todos nós, também meninos autoespelhados e autofacetados, confiando à lâmina reluzente a imagem interior, que não se apaga.

Isso me encanta em Bandeira: o seu tom evocativo, as suas imagens distantes, um pequeno mundo que é grande na dimensão lírica de quem o recria. Gosto, por isso, de ir à alma como que deslumbrada ou alumbrada dos seus versos, os menos declamatórios, pois Poesia é a visitação do Mistério, é estrela solitária, é canto noturno, é fonte secreta, é amor de devoção ou de perdição, é altar litúrgico de invisíveis deuses. Por isso ao poema “Os Sinos”, tão declamatório pelas onomatopéias próprias que o convertem em sonoridade de bronze, prefiro o “Natal sem Sinos”, porque este outro sino apenas vibra dentro de nós mesmos, como um bronze renano:

“No pátio a noite é sem silêncio.

E que é a noite sem silêncio?

A noite é sem silêncio e no entanto onde os sinos

De meu Natal sem sinos?

Ah meninos sinos

De quando eu menino!

Sinos da Boa Vista e de Santo Antônio,

Sinos do Poço, de Monteiro e da igreja de Boa Viagem.

Outros sinos

Sinos

Quantos sinos!

No noturno pátio

Sem silêncio, ó sinos

De quando eu menino,

Bimbalhai meninos,

Pelos sinos (sinos

Que não ouço), os sinos

De Santa Luzia.

E é assim que vamos sentindo o poeta no seu mundo de menino, que é toda a sua poesia. Foi a um homem assim que, em certa época, acusaram de pouco pernambucano e pouco recifense, como já haviam acusado do mesmo pecado a Nabuco, que para Tobias Barreto era apenas um “inglês” perdido na mestiçagem, falando como os oradores britânicos: a mão no bolso, o gesto no ar, solene, hierático, apolíneo. Mas ele, Bandeira, disse alto e bom som: — Sou pernambucano. Sou provinciano. — Era a primeira pessoa do singular numa prosa quase candente, porque ele se defendia de calúnias.

Em crônica de 24-XII-1958 assinalava: — “Dizer-se que nasci no Recife por acidente quando sou filho de pais recifenses, neto de avós recifenses e por aí acima, é inverter as coisas: digam antes que por acidente deixei o Recife duas vezes, aos dois anos para voltar aos seis, e aos dez para só o rever de passagem. Mas esses quatro anos, entre os seis e os dez, formaram a medula do meu ser intelectual e moral, e disso só eu mesmo posso ser o juiz. Me sinto tão autenticamente pernambucano quanto, por exemplo, Joaquim Cardozo, Mauro Mota e João Cabral de Melo. Se não fosse assim, não poderia jamais ter escrito a “Evocação do Recife”, poema do qual disse Gilberto Freyre (e que maior autoridade na matéria?) que cada uma de suas palavras representa “um corte fundo no passado do poeta, no passado da cidade”. Alegam que é sermão de encomenda. Mas a encomenda veio por causa de uma carta escrita a Ascenso Ferreira, carta essa que foi a matriz do poema. O poema já se gestava no meu subconsciente. E aqui chego ao cerne da minha verdade: sou pernambucano na maior densidade do meu subconsciente”.

Isso tinha o poeta que dizer a propósito do seu busto, o “busto enguiçado”, como chamou e que, afinal, foi desencruado no governo do Sr. Paulo Guerra graças à ação e à compreensão, à sensibilidade e à bravura de um jovem homem público, o escritor Marcos Vinícios Vilaça, então chefe da Casa Civil — Uma Casa Civil transformada em Casa Cultural nas suas mãos além de hábeis, dinâmicas. O busto foi para a praça pública sem ferir a Constituição, sem alterar a ordem pública, sem mudar o nome do logradouro onde está. Restava apenas que alguém tomasse a peito vencer o desafio que durava, já, mais de dez anos, e no qual porfiavam exegetas antes apegadas à caturrice do que à defesa das tradições, invocadas, se bem que com a melhor das intenções, apenas para reforçar o casuismo teimoso.

Se era pela morte do poeta que se esperava, esta nunca chegaria. Não é de um morto que falamos, mas de um homem eterno. De um homem que construiu o seu mundo, a sua utopia, o seu reinado, a sua Pasárgada. De um homem que possuía uma estrela aprisionada nos seus versos.

Versos que ele mesmo quis dizer o que significam e o que valem, quando escreveu no seu poema “Desencanto”:

Meu verso é sangue. Volúpia ardente.
 Tristeza esparsa... remorso vão...
 Dói-me nas veias, Amargo e quente,
 Cai, gota a gota, do coração”.

Não precisava dizer mais nada. A fonte pura e luminosa é o coração, o sentimento, a espontaneidade. E tudo o mais seria lembrança de infância, o tempo que ficou, a paisagem criadora, a luz interior e distante, sempre acesa no templo solitário como uma lâmpada votiva.

Mas esse verso — reparai bem — é dor. Bandeira é a sublimação da dor, o “milagre” de que ele fala: a sobrevivência física inesperada num homem doente, que se considerava “inválido”. No seu discurso por ocasião da inauguração do busto — discurso lido por Elysio Condé... disse o poeta: — “Certa vez escreveu Mallarmé que em poesia “trata-se, antes de tudo, de fazer música com a sua dor”. Foi só o que fiz toda a vida. Verifiquei, porém, com surpresa, que, isto fazendo, levei à angústia de muitos, perto e longe de mim, na minha pequena pátria — Pernambuco, e na minha grande pátria — o Brasil, uma palavra de solidariedade e conforto. Foi a minha maior, a minha melhor recompensa, de que ficará para sempre como símbolo esta bela escultura em bronze, obra do maior escultor vivo no Brasil — Celso Antônio”.

Essa dor ficou conosco como o testemunho do poeta, que, nem por isso, nos transmite uma mensagem pessimista. Sua visão da morte da Dama de branco, também não é obsessiva para nós: e, todavia, o poeta insiste um pouco nesse outro alumbramento, o sobrenatural, que lhe ocorre diferente das lembranças de infância sem fazer dele um cantor das trevas, nas quais imergiria, um pessimista, um homem sem a capacidade de se evadir. Até mesmo na visão da morte enxerga claridades místicas, como no poemeto “A Virgem Maria”:

O oficial do registro civil, o coletor de impostos, o mordomo da Santa Casa e o administrador do cemitério de S. João Batista
 Cavaram com enxadas
 com pás
 Com as unhas
 Com os dentes
 Cavaram uma cova mais funda que o meu suspiro de renúncia

Depois me botaram lá dentro
 E puzeram por cima
 As táboas da Lei
 Mas de lá de dentro do fundo da treva do chão da cova
 Eu ouvia a vizinha da Virgem Maria
 Dizer que fazia sol lá fora
 Dizer insistentemente
 Que fazia sol lá fora.

Através desse sol, cá fora, é que te vemos, grande poeta. Pois seria impossível ver-te morto, sem sol, nas trevas, tu, que fostes sempre uma suave claridade, um milagre de otimismo, uma estrela da manhã! E quem diz que faz sol cá fora não somos nós, mas a Virgem Maria; e não uma vez só, mas **insistentemente**. É preciso que se saiba disso. Este advérbio é de grande importância. Quando penso que de Manuel Bandeira disse Gilberto Freyre — “Afim, surge um poeta brasileiro com grandeza” — olho o poeta como um pigmeu que fita os Andes, para lembrar a imagem de outro poeta. Mas um artista chega para todos. A arte é universalizante. Move-se no plano do humano, e quando atinge o divino, ainda assim é para todos os homens. Bandeira sabia disso quando criou a sua mitologia, os seus deuses familiares.

Quando um poeta morre — um poeta que é também um amigo, com quem se tem não apenas uma vivência, mas uma convivência — é para o mundo que sinto voltar-se o meu espírito. Vivemos uma época alucinante. Tudo é tão vertiginoso que nem nos apercebemos da vertigem, como não se percebe em pleno vôo a velocidade de um avião.

Ficamos sem pontos de referência. E é justamente esse o perigo da nossa carreira. Andamos depressa demais para sabermos que estamos andando. E, contudo, esta civilização espantosa, que corre na nossa frente, um tanto magicamente pelo poder da técnica e pelo impulso da ciência, não foi capaz ainda — diz André Malraux no discurso com que inaugurou a Casa da Cultura de Grenoble — “de criar um templo nem um túmulo”.

Fixei-me muito nestas palavras. Uma civilização sem templos e sem o culto de Deus nem o sentimento da morte. Uma civilização deslumbrada só pelo homem, pelo efêmero. Pelo que há de trágico no efêmero: a sensação de chegar ao fim, quando se pensa que o fim não chega...

Leio um poeta como Manuel Bandeira para acreditar nos túmulos e nos templos. Vêde bem: não para acreditar na tristeza das coisas, mas na sabedoria que elas encerram quando tocadas pela graça de Deus, pela pureza essencial da Criação. Pelo perfume, da nossa infância no tempo, que é também infância na Eternidade. Por isso que Deus disse que ninguém entra no Céu sem estar puro e inocente como uma criança.

É essa criança que, na poesia de Bandeira, restabelece os valores humanos, visíveis e frágeis, tanto quanto invisíveis e permanentes.

Ele deve ter agora melhor consciência disso. E nós outros, melhor perspectiva para vê-lo como um pássaro de Deus perdido no infinito e, por conseguinte, mais próximo da vida que podia ter sido e realmente foi.

Andorinha, andorinha, tua vida não foi á-toa!

Um poeta nos traz sempre para junto da natureza, dos pássaros, das flores, das águas, onde ele revela, oculto por magia, — o canto, a beleza, a transparência das coisas. Procuro Bandeira nas águas, onde ele, sempre a contar a sua vida, reflete a sua face. Leio e releio as suas cartas, que um dia poderei publicar com um pequeno histórico que por ventura as explique a quem não queira ver no poeta um ressentido mas um amoroso do Recife. Ninguém se ofende sem ter amor. As cartas podem ter um travo, mas o amor esquece tudo; e o poeta volta a refletir a sua face no realismo das águas, em cuja música está o seu canto. Na Ode que dedicou ao poeta, por ocasião das festas dos oitenta anos deste, dizia Luiz Delgado:

Talvez não te preocupes com isso, mas repara
 nestas gentes que estão vindo
 de várias terras e várias línguas no dia dos teus
 oitenta anos,
 contemplar o teu coração, como nômades fitando uma
 água fresca no fundo de um poço
 e comovendo-se porque a água não é somente boa para
 beber e para lavar o rosto,
 refrigerio e pacificação:
 ela reflete o altíssimo céu azul e as alvas nuvens,
 ensinando-nos como tê-los dentro de nós,
 e reflete a nossa face e o nosso corpo
 como se nos metesse no seu seio.
 O milagre dessa água é o milagre da tua poesia.

Vejo mais uma vez a face do poeta, na sua confissão de sempre, ele que tanto se deu ao leitor e a toda gente; ele que tanto disse de si mesmo; ele que criou um reino para nos atrair e passa diante de todos nós como uma linha fresca e transparente, carregando de dia sóis e de noite estrelas, murmurando cantigas de infância, menino sempre à beira d'água, crescendo nela para a nossa evolução e o seu luminoso mistério.

Manuel Bandeira é, na expressão de Antônio Cândido, um poeta inesgotável. Sua poesia é eminentemente autobiográfica. Fala muito de si mesmo. Define-se como "um tísico profissional". Teve sempre medo da "indesejada das gentes", que o rondava. Talvez, mudando de nome, enganasse a morte. Como aquele calvo, da anedota, que pôs uma peruca e nem por isso iludiu a morte: esta não encontrando o careca levou o cabeludo.

Só mesmo quem morre no Recife, diz Mauro Mota, engana a morte. Penso que todos os poetas enganam a morte. São imortais. Eles, sim, mas não nós outros, pobres mortais.

A primeira tentativa de mudar de nome, o poeta fez em carta a Zila Mamede, datada do Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1953, que diz assim:

"Zila, mudei-me para o apartamento 806 do mesmo edifício da Avenida Beira Mar, 406. Estou tão invocado pela paisagem que vejo do meu quarto que tenho vontade de mudar de nome também, passando a me chamar de Lindomar Boavista. Que tal?"

Lindomar Boavista! Ficaria bem no poeta esse novo nome? Não seria um heterônimo a Fernando Pessoa? O certo é que, tão conhecido como já era Bandeira, esse Lindomar Boavista não pegaria. Em todo caso, o nascimento desse personagem aí fica na carta a Zila Mamede, que vem transcrita no livro de Giovani Pontiero — **Manuel Bandeira** (Visão geral de sua Obra edição comemorativa do seu centenário, Livraria José Olympio, 1986.

No mesmo livro, pág. 235, encontro estes versos do poeta:

"Manuel Bandeira
Souza Bandeira
O nome inteiro
Tinha Carneiro.
Eu me interrogo:

— Manuel Bandeira
 Quanta besteira!
 Olha uma cousa:
 Por que não ousa
 Assinar logo
 Manuel de Souza?

Enviando o seu livro **Mafuá de Malungo** a uma amiga fazia este verso:

“Malungo Manuel envia
 Isto à Malunga Maria”.

Houve uma época — lembra Waldemar Lopes — em que ele se assinava M. Bandeira Filho. De todos os aspectos biográficos ou autobiográficos de Manuel Bandeira, esse é dos mais interessantes e dos menos explorados. Não há talvez nesta revelação um desejo propriamente de mudar de nome. Haverá — quem sabe? — uma maneira de tentar uma evasão. Certamente, Lindomar Boavista ou Manuel de Souza ou Malungo Manuel poderia distrair o poeta de sua doença, de sua solidão, de sua nostalgia. Há qualquer coisa que precisa ser ainda esclarecida. A pista está aberta para os pesquisadores que sejam também psicólogos ou psicanalistas.

Não sendo uma coisa nem a outra, aventure-me a dizer que ele procurava nesses nomes inventados o Manuel Bandeira que quis ser — o arquiteto, por exemplo — que parecia encarnar, segundo ele próprio, a sua vocação.

Os testemunhos que os seus amigos mais íntimos dão sobre ele mostram que era insatisfeito, inquieto, sôfrego de se encontrar a si mesmo — o pai e áspero irmão da invocação de Vinícius de Moraes. Teria sido tudo isso talvez mais do que o S. João Batista do Modernismo brasileiro, como o chamou Mário de Andrade.

Bandeira ainda não está de todo revelado. Solteirão, doente imaginário, pois que o seu repouso em Clavadel o deixara curado, como a Henrique Castriciano e a Pau Éluard, temeroso da morte, sem esperar viver tanto, é certo que a sua psicologia talvez mórbida o levou a muita especulação sobre si mesmo.

Até que se evadiu para Pasárgada, onde era amigo do rei e tinha a mulher que queria na cama que desejava.

Sua imaginação se acentuou nessa viagem um tanto persa; mas, na verdade, Pasárgada é o Recife — o Recife da rua da União, da “casa do meu avô”, impregnada de eternidade, onde a FUNDARPE, sob a presidência do meu filho Roberto Pereira, inaugurou o Espaço Pasárgada para ser não apenas uma evocação do poeta, mas um centro de cultura e de atividades intelectuais, sob a égide de Manuel Bandeira, o menino daquelas redondezas, vindo do sertãozinho, de Caxangá, onde teve o seu primeiro alumbramento.

HOMENAGEM DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA À MEMÓRIA DE ONOFRE LOPES

Veríssimo de Melo

Nossas palavras iniciais, nesta reunião em que homenageamos a memória do nosso inesquecível presidente Onofre Lopes, são — e não poderiam deixar de ser — de profunda saudade. Perdemos não só o presidente deste Conselho Estadual de Cultura — que ele ajudou a consolidar, infundindo-lhe o seu prestígio pessoal, como a tudo a que se dedicava — mas sobretudo perdemos um amigo leal, compreensivo, tolerante, muitas vezes bem humorado, embora sem perder a força moral extraordinária que irradiava de sua personalidade.

O nome de Onofre Lopes ficará sempre ligado a este Conselho, como a tantas outras instituições de nossa terra — à Universidade, à Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, à Escola Doméstica de Natal, ao Hospital das Clínicas, ao Museu “Câmara Cascudo” — como um marco indelével. Um traço de ouro bom na existência dessas instituições.

Tivemos a honra e o privilégio de ser seu amigo, convivendo e compartilhando com ele estreitamente, durante mais de vinte anos, em várias entidades públicas. Como seu funcionário, no início heróico da nossa Universidade, dias após a sua instalação a 21 de março de 1959, e, posteriormente, como seu companheiro na Academia e neste Conselho Estadual de Cultura.

Guardamos dessa convivência recordações imorredouras. Ao contrário dos homens impulsivos, que agem pelo contato à flor da pele, Onofre Lopes era exemplo modelar de homem ponderado, reflexivo, contido em suas decisões. Este era um dos aspectos de sua sabedoria.

Só uma vez, ao que sabemos — e há pouco lembrava Onofre Lopes Júnior em depoimento à imprensa — dr. Onofre teve gesto de repulsa que passou à história da Universidade. Ao ser contestado pelo dr. Jurandy Loddi, então diretor do Ensino Superior do MEC, de que o Rio Grande do Norte não tinha condições para criar uma Universidade, por falta de professores qualificados — dr. Onofre revidou com estas palavras candentes:

— Mas eu vou fazer a Universidade com ou sem o seu consentimento.

Tal insólita declaração tanto impressionou dr. Loddi que ele próprio passou a ser um colaborador atento da iniciativa, daí nascendo verdadeira compreensão e amizade entre ambos.

Dr. Onofre ajudou meio mundo de pessoas, nesta terra, dentro da Universidade, fora e além do Estado do Rio Grande do Norte a harmonizar situações e resolver problemas de saúde. Nunca o fez movido por interesses subalterno, visando retribuição de ninguém. Praticou o bem tão somente pela satisfação que essa prática proporciona a quem serve ao próximo. Cristãmente. Foi trabalhador incessante, incansável. Dedicou-se a todas as instituições a que serviu com toda a alma, com empenho total.

Graças à visão do saudoso Gov. Dinarte Mariz, que o nomeou primeiro Reitor da Universidade estadual, sua passagem pela administração da UFRN, foi extraordinariamente fecunda. Acompanhou dia a dia a construção ou reconstrução de prédios, desde os projetos arquitetônicos até o seu acabamento final. Sua preocupação constante, à medida em que a Universidade crescia e multiplicava suas unidades e serviços, era manter a todo custo o equilíbrio orçamentário da instituição. E em nenhum momento — sabem todos — a Universidade deixou de cumprir rigorosamente seus compromissos financeiros. Daí ter conquistado o crédito que ainda hoje desfruta em nossa terra. E nada disso se constrói, através dos anos, sem sacrifícios, preocupações, contornando-se ou solucionando-se problemas de toda a ordem.

Noutro nível de atitudes, no aspecto moral, na defesa intransigente do conceito da entidade de cultura, dr. Onofre nos deu exemplo memorável de sua coragem pessoal e cívica,

não permitindo intervenções estranhas dentro da Universidade, durante a repressão a professores e estudantes nos inícios do movimento revolucionário de 1964.

O Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária — CRUTAC — como todos sabem — foi criação sua que revolucionou os trabalhos de extensão universitária, impondo-se a todas as universidades federais brasileiras, através da criação, pelo MEC, do SIN-CRUTAC — órgão nacional de extensão universitária. Quando dr. Onofre, partindo da estaca zero, concluiu sua ingente tarefa à frente da Universidade, todas as bases sólidas da instituição estavam asentadas definitivamente. Era “a obra do século no Rio Grande do Norte” — disseram posteriormente.

Recordamos detalhes — alguns pitorescos — de sua gestão à frente da Universidade. Detalhes que ficarão perenemente ligados à sua personalidade e ao seu pioneirismo de administrador.

Ao contrário dos que possam pensar inoportunos certos fatos, para este momento, nós os consideramos válidos para uma compreensão mais realística do homem Onofre Lopes. Escrevemos sempre pensando mais no futuro do que nos dias em que estamos vivendo. Os que amanhã procurarem saber quem foi, em verdade, a figura humana cuja memória hoje homenageamos — sua incrível tenacidade — certamente, através do conhecimento destes fatos terão motivos mais fortes para admirá-lo.

A federalização da Universidade, nos idos de dezembro de 1960, constituiu a batalha mais dura que dr. Onofre enfrentou na vida. E aí ele se agigantou. Muitos se recordam, por exemplo, do episódio da reunião dos Bispos do Nordeste, quando dr. Onofre, em frente à Escola de Serviço Social, fez entrega ao Presidente Juscelino do memorial solicitando a federalização da Universidade. Para reforçar o pedido, ele apontou a multidão, dizendo: “Sr. Presidente, aqui estão os professores da Universidade!” Em verdade, naquele instante, seria impossível distinguir um deles nas proximidades. . .

Depois, a luta prosseguiu em Brasília, junto a parlamentares e executivos do MEC, no encaminhamento da papelada preparatória ao projeto de lei da federalização. Há mesmo cena chapliniana — que ele nos contou — dessa época. Ao entrar, sozinho, em determinada repartição, em Brasília,

sobraçando enorme volume de processos, descuidou-se e os papéis caíram ao chão, espalhando-se. Várias pessoas acorreram o ajudando, enquanto os papéis voavam...

O dia mais terrível do dr. Onofre na batalha pela federalização foi justamente aquele em que o projeto seria aprovado na Câmara de Deputados. Era o dia 18 de dezembro de 1960. Se o projeto não fosse aprovado naquela oportunidade, todo o trabalho de um ano estaria perdido. A Câmara entraria em recesso no dia seguinte. Pela manhã, dr. Onofre soube notícia desalentadora: o deputado padre Calazans — dizia-se — iria pedir vista do processo. Foi então que lhe ocorreu a idéia desesperadora. Simplesmente preparou-se para afastar da sessão o padre deputado. Plantou-se desde cedo, à entrada da Câmara, à espera do parlamentar. Logo que ele chegasse — esse era o plano — pediria para que fosse, com urgência, ministrar os últimos sacramentos à sua genitora, que estava à morte. Sabe-se que nenhum sacerdote, em qualquer hipótese, recusaria tal apelo cristão. E já à porta da Câmara estava estacionado um taxi, contratado para a viagem... Por felicidade — contou-nos ele, depois, com um sorriso — o padre deputado faltou à sessão. O projeto da federalização foi aprovado, envolvendo duas universidades federais — a do Rio Grande do Norte e a de Santa Catarina.

Uma luta dessas deve ter sido angustiosa e desgastante para dr. Onofre. No regresso a Natal teve festiva recepção no aeroporto, por parte dos professores. Foi aquele um dia glorioso da instituição, após anos e meses de trabalhos laboriosos e longas e às vezes sombrias expectativas.

Durante doze anos e meses a que serviu à Universidade, dr. Onofre fez cento e nove viagens a Brasília, no trato de interesses da instituição. Embora não tivesse anotado outras incontáveis viagens — declarou-nos certa vez — não sabia por que motivo relacionara aquelas. Isso com bom ou mau tempo, com saúde boa ou precária, muitas vezes deixando sua família apreensiva. Onofre Lopes jamais hesitou diante de qualquer desses compromissos. Seu destino era servir, sem servir-se. A satisfação era tão somente o dever cumprido.

Aposentando-se como Reitor agregado da UFRN — prêmio que lhe conferiu o MEC — dr. Onofre, contudo, não cruzou os braços. Partiu para servir a outras instituições de cultura de nossa terra.

Na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras nosso relacionamento foi ainda mais cordial e amistoso. Servindo como primeiro secretário e ele na presidência, a partir da década de setenta, quase diariamente estávamos juntos. Podemos proclamar que na Academia — embora noutra dimensão — sua atuação foi tão eficiente e produtiva quanto na Reitoria. Recebendo prédio recém-construído, deu-lhe instalações condignas, novo mobiliário, acionando, para isto, seus amigos no MEC e órgãos do Governo do Estado. Obtinha verba para publicação da nossa Revista apenas com um telefonema para Brasília. O processo seguiria depois.

Neste Conselho de Cultura, órgão de assessoria consultiva da Secretaria de Educação e Cultura, outra não foi a sua atitude de liderança. Tinha verdadeiro prazer em participar das nossas reuniões. Lutou em favor do respeito pela conservação da toponímia tradicional da cidade e do Estado, através de vários expedientes às autoridades e pronunciamentos públicos. Como esteve presente e opinou em defesa da conservação do nosso pequeno patrimônio arquitetônico e histórico. Sob seu comando, atendemos a todas as reivindicações de órgãos culturais que pleitearam auxílios junto ao Conselho Federal de Cultura, através dos pronunciamentos prévios desta entidade, como determinava a lei, anteriormente. Como igualmente colaborou com a Fundação “José Augusto” na orientação e defesa da política cultural do Estado.

Em certos momentos, — em intervalos de reuniões, muito conversávamos sobre figuras e problemas das duas instituições de cultura. Divertia-se com as caricaturas que fazíamos, às vezes, de amigos comuns. Incentivou-nos vivamente na realização de palestras e outros eventos a que fomos convidados a comparecer dentro e fora do Estado e do País. Amistosamente, também criticava atitudes nossas, que aceitávamos de bom grado. Dr. Onofre jamais demonstrou ódio a ninguém, inclusive áquelas pessoas que tentaram agredí-lo ou procuravam entravar seus trabalhos à frente da Universidade. Era homem de uma só atitude. Generoso para com amigos, auxiliares, parentes — porém sempre sabendo separar a sua condição pessoal de sua missão como administrador.

No seu convívio, aprendemos muitas coisas de não esquecer. Por exemplo: quando lhe pediam qualquer coisa,

que ele logo pudesse resolver, nunca deixava o compromisso para o dia seguinte. Pegava o telefone e tratava de resolvê-lo no mesmo instante. Dizia-nos que não guardava problemas para o dia seguinte, a não ser que não pudesse resolvê-lo imediatamente.

Tinha dr. Onofre peculiaridades interessantes. Não gostava, por exemplo, de comissões de trabalho de vários membros. Não acreditava que todos trabalhassem — e tinha razão. Porisso, dizia, com graça, que só acreditava em comissão de **um**. ..

Sua memória visual para números era fora do comum. Sabia, memorizados, todos os números de telefones da família, dos amigos, acadêmicos, repartições públicas, dentro e fora do Estado. Comunicava-se, dessa forma, com extrema rapidez.

Toda sua correspondência, despachos, discursos, conferências, memoriais eram ditados para datilógrafos. Também sua “letra de médico” — permitam a expressão — não era de fácil decifração. Conhecia como poucos os segredos da nossa difícil gramática portuguesa. Estudou inglês e falava, no sentido coloquial, com relativa prática.

Contava-nos, também, que não guardava doença. Fez mais de vinte intervenções cirúrgicas dentro e fora do país. Das últimas vezes, quando queria operar-se, avisava em casa que ia tratar de problemas da Universidade e viajava sozinho a São Paulo. Ali submetia-se a exames médicos e a intervenções cirúrgicas. Depois de operado é que comunicava o fato, por telefone, à sua esposa, d. Selva.

Tendo sido menino no interior do Estado — São José de Mipibu — onde nasceu — amava a vida no campo. Porisso adquiriu propriedade no município de Lages, faz anos, ali criando gado, carneiros e plantando, embora sempre lutando contra as agruras das secas. Em Natal, ficava feliz, à tardinha, quando vislumbrava relâmpagos para os lados do sertão. Era bom sinal de inverno. Quase todo fim de semana viajava ao interior, para sua fazenda, só regressando às segundas-feiras. Voltava retemperado para reiniciar suas tarefas na Universidade e depois na Academia e no Conselho.

Sendo democrata convicto, jamais quis, entretanto, envolver-se com política-partidária. Sabemos que, em certa época, chegou mesmo a ser sondado a aceitar candidatura ao

Governo do Estado. Logo recusou a oferta honrosa, embora estivesse em excelentes condições para desempenhar o alto cargo. Era de sua índole. Conhecia-se a si próprio e não possuía temperamento para a atividade política-partidária.

Para os estranhos, dr. Onofre — dizem — aparentava ser pessoa de difícil relacionamento. Amigos e auxiliares mais próximos sabem que, ao contrário, era homem simples, modesto, afável no trato diante de qualquer pessoa. Sua paixão era o cumprimento do dever com dedicação extrema. Em todo o sentido, dr. Onofre Lopes foi um homem bom, um homem de bem, administrador de excepcionais qualidades, pai de família exemplaríssimo, amigo certo de todas as horas incertas.

Com ele — reafirmamos — aprendemos muitas coisas que estão sendo úteis à nossa vida. Todavia, aprendemos sobretudo algo superior: tanto o trabalho quanto a honorabilidade compensam. Desta vida nada se leva — sabemos todos — mas é possível deixar para os mais próximos lições de humanidade e compreensão para com a nossa humilde condição humana. Essas lições — muitas delas — ele nos deixou a todos. Como uma legenda. Como u'a mensagem de fraternidade e ao mesmo tempo de grandeza humana.

Em artigo recente, publicado no Jornal do Comércio, do Recife, o escritor Nilo Pereira lamentava o desaparecimento do dr. Onofre com palavras de elevada significação. Dizia ele : “A morte de Onofre Lopes, em Natal, esvazia o Rio Grande do Norte de um valor que se exprime por uma verdadeira devoção a tudo quanto fez. Onofre foi a própria Universidade do Rio Grande do Norte. Há homens que são a própria instituição. Vi de perto o que foi o seu apostolado no desbravamento de um caminho que não foi fácil.”

E, adiante: “Mestre de sua geração, grande médico que a fraca visão privou de continuar a ser afamado cirurgião, Onofre Lopes deixa uma lição imperecível: o idealismo com que ergueu e plasmou a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e fez dela a sua vida.”

Conclui Nilo Pereira com esta sugestão felicíssima à qual, desde logo, hipotecamos o apoio deste Conselho Estadual de Cultura: “Mestre, sempre mestre da dignidade humana. Incomparável mesmo na sua ação renovadora. Inesquecível para todos nós. A Universidade deve erguer-lhe um monumento, no Campus”.

De fato — frisamos nós — a memória de Onofre Lopes é digna dessa homenagem merecidíssima. Ele não foi apenas o construtor da Universidade num sentido material. Sempre entendeu e lutou, com todas as suas forças, por uma Universidade de conceituação alta, impessoal, respeitada e respeitável. Instituição espacialmente regional, mas de bases culturalmente universais. Ou como certa vez, magistralmente, a configurou Ortega y Gasset: a inteligência como instituição. Isto sim. A inteligência institucionalizada foi o seu sonho perene. Foi o ideal de toda a sua vida. As deformações do papel relevante da Universidade — tais como hoje se apregoam — jamais atingirão a memória daqueles que, como Onofre Lopes, tudo deram de si pela magnitude dos objetivos da instituição em sincronia com os outros órgãos da sociedade.

Disse um ilustre pensador: “Quando no mosaico falta uma peça, nós a reconhecemos pelo vazio que deixa; o que dela vemos é tão somente a sua ausência; seu modo de estar presente é faltar, portanto, estar ausente. Identicamente, na ausência de Onofre Lopes nós o sentimos e vemos justamente na falta que ele nos faz. Agora, sua permanente presença será a sua ausência definitiva. No mosaico humano deste Conselho — pelo menos enquanto aqui estiverem os que com ele conviveram — sempre o veremos presente pelo fato mesmo do vazio de sua ausência irreversível.

O Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Norte registra assim, com profunda saudade, a ausência do conselheiro Onofre Lopes, presidente desta instituição. Seu espírito superior, forte, altruístico, nobre — este, porém, há-de nos acompanhar para sempre como força incentivadora no encaminhamento e realização das boas causas a serviço da comunidade norte-rio-grandense.

Pedimos ao Ilmo Sr. Dr. Hélio de Vasconcelos, Secretário de Estado da Educação e Cultura, que considere inaugurada a sala “Onofre Lopes”, — local das nossas reuniões plenárias, numa homenagem singela do Conselho Estadual de Cultura ao seu presidente, para que seu nome ilustre sempre seja lembrado pelas gerações que nos sucederem.

(*) Palavras de homenagem à memória do dr. Onofre Lopes proferidas pelo prof. Veríssimo de Melo, presidente em exercício da entidade, no dia 13/7/84.

ONOFRE LOPES

Passar da morte para a vida, eis a verdade consoladora revelada pela fé cristã. Verdade que devemos ter presente, no instante do sepultamento de Onofre Lopes. Sim, porque a morte, para o cristão, importa numa passagem, mais do que isto, numa libertação, pelo ingresso nas eternas moradas prometidas por Jesus Cristo, Deus e Homem verdadeiro, a quantos n'Ele acreditam.

A morte, numa palavra, opera a transição luminosa em que a própria fé se torna superada, por que substituída pela real visão de Deus, o Supremo Bem do homem.

Foi do genial Dostoiévski esta afirmativa: "O segredo da existência humana consiste não apenas no viver, mas no encontrar um motivo para viver". Pois bem, Onofre Lopes teve sempre motivos sobrados para viver: A constituição duma família feliz e digna. O exercício consciencioso do sacerdócio médico. O devotamento incondicional à Universidade por ele criada e a múltiplos outros interesses da comunidade. Sempre com o mais acurado espírito público.

Traçam os Evangelhos o perfil de vários administradores dos talentos recebidos de um mesmo Senhor, para posterior prestação de contas. Dois deles souberam bem aplicá-los e até multiplicá-los. Mas um terceiro, o "servo inútil", simplesmente enterrou o dom recebido, não diligenciando para seu rendimento.

Onofre Lopes, "servo bom e fiel", jamais deixou de desenvolver os talentos recebidos. Três das instituições a que ele tanto serviu vêm, por meu intermédio, testemunhar

a sua gratidão e externar a sua saudade, que é a “presença dos ausentes”. Trata-se do Conselho Estadual de Cultura, da Liga de Ensino e da Escola Doméstica de Natal.

Presidente do Conselho Estadual de Cultura, ele sabia, como ninguém, dar-lhe vida, dinamizá-lo, na peculiar dignidade que emprestava a tudo quanto dirigia, aliada a um constante espírito de amizade fraterna.

Da Escola Doméstica de Natal — “o maior poema de Henrique Castriciano”, foi Onofre professor de Anatomia, muitos anos, continuando o apostolado de Varela Santiago, interessando-se pelo desenvolvimento e crescente conceito da instituição modelar, que aproximaria da própria Universidade.

Na esteira de Henrique Castriciano, de Meira e Sá, José Augusto, Manoel Dantas, Juvenal Lamartine, os criadores da Liga de Ensino, mantenedora da Escola Doméstica e mais tarde continuados por Felipe Guerra e Varela Santiago, entre outros, viria Onofre Lopes a presidí-la, animado pelos mesmos sentimentos de seus criadores, todos seguros de que “da mulher depende a família e esta é a nação em miniatura”.

Soube, assim, Onofre Lopes multiplicar, até o fim, seus múltiplos carismas e dons de liderança, não os enterando, mas fazendo-os frutificar, para o bem da nossa terra e da nossa gente. Deixando-nos fica a certeza de que ele, como aquele grão de trigo que cai na terra, produzirá muitos frutos.

Discurso proferido pelo Professor Otto de Brito Guerra, no sepultamento do Professor Onofre Lopes.

Natal, 14 de julho de 1984.

D. José Adelino Dantas

(Necrológio pronunciado na Academia Norte-Riograndense de Letras, na sessão em sua homenagem, a 18.8.1983, pelo Acadêmico Otto Guerra).

Um sacerdote, o cônego Leão Fernandes de Maria, é patrono da Cadeira n. 22 desta Academia de Letras. Natural de Pau dos Ferros, tangido com seus paes pela seca de 1891 para Ceará Mirim, neste lugar se definiu a sua vocação sacerdotal, bem assim do irmão Agnelo. Ordenou-se na Paraíba, onde desenvolveu o ministério, só mais tarde vindo para o Rio Grande do Norte. Na cátedra, na imprensa, no púlpito, no atendimento espiritual, tornou-se incansável. Faleceria a 13 de setembro de 1920, vitimado por insidiosa moléstia, à qual nem a amenidade do clima de Martins, de Lages ou de Angicos, lugar onde viveu os últimos tempos, dera resultados satisfatórios.

Sacerdotes foram, também, o primeiro e o segundo ocupantes desta mesma Cadeira. O primeiro, cônego Luiz Gonzaga do Monte, nascera em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, a 3 de janeiro de 1905. Mas desde 1914 viera, com seus pais, fixar residência no Rio Grande do Norte. A princípio no interior — Recanto, mais tarde em Natal, de onde não sairia até a morte, aos 26 de fevereiro de 1944.

Aqui, ingressaria no Seminário, em 1919, recebendo a ordenação sacerdotal, conferida por d. José Pereira Alves. Seria professor de latim do velho Ateneu Norte-Riograndense

e também de português. Prestaria exemplar assistência eclesiástica aos ramos femininos da Ação Católica. Escreveria artigos magistras, teses, editando-se um livro seu depois de sua morte, os "Fundamentos Biológicos da Castidade". Pronunciaria discursos e conferências, de beleza e conteúdo impressionantes. E acima de tudo dar-nos-ia os mais edificantes exemplos de vida sacerdotal, cômico dos carismas e serviços específicos do ministro de Deus.

Com inteira propriedade, seu melhor biógrafo, o cônego Jorge O'Grady de Paiva, lhe pintou a personalidade, em verdadeiro tríptico: homem de ciência, homem de Deus, homem de letras. E devemos ao nosso confrade Jurandyr Navarro quatro volumes duma "Antologia do Padre Monte", reunida com pacientes pesquisas, prometendo-nos o tomo quinto.

Infelizmente, não teve o cônego Monte ocasião de escrever o elogio do seu patrono, outro modelo sacerdotal. Devemos-lhe entretanto o lema desta Casa, tão expressivo: "Ad lucem versus", rumo à luz.

Agora, cumpre-nos recordar a figura serena do segundo ocupante da Cadeira 22, d. José Adelino Dantas, falecido em Natal, a 24 de março deste, 1983.

Conhecemo-nos em nossa mocidade. Ele já sacerdote, ordenado a 18 de novembro de 1934, eu bacharel de pouco, pela vetusta Faculdade de Direito do Recife, a 7 de dezembro de 1933.

Sua vocação sacerdotal encontrou apoio naquele grande pastor, que foi d. José Pereira Alves, terceiro bispo de Natal. Em fevereiro de 1925, fazia o prelado uma visita pastoral, chegando ao povoado de São Paulo do Potengi, do município de Macaíba.

Ali morava uma senhora, dona Jovelina de Oliveira Dantas, da linha dos Azevedo Maia, gente de velhas e nobres origens portuguesas, plantadores de fazendas de gado, muitas delas sementes de futuras cidades. Era viúva de Antônio Adelino Dantas, situado que fôra na povoação de Luiza, do município de Flôres, hoje município de São Vicente. Ele falecera a 2 de fevereiro de 1915 duma queda de cavalo, derrubando gado. Também descendia de portugueses da nobre estirpe dos Dantas Correia, família em que se destacara, no século XVIII, o coronel de milícias Caetano Dantas Correia, patriarca dos Picos de Cima, ribeira do Seridó.

Mais um daqueles matrimônios de parentes, descrito com maestria pelo nosso confrade Câmara Cascudo: “São assim reunidos, diz o mestre, os elementos de duas famílias seculares, entrelaçadas e unidas continuamente, numa tecitura de casamentos, rede vibrátil de amor, que perpetua nome e lembrança de velhas raças povoadoras dos desertos nordestinos, tangedores de gado, cavadores de açudes, fieis ao Ofício de Nossa Senhora ao quebrar da barra, adormecendo com as primeiras estrelas, indo começar o dia com as últimas ainda brilhantes no céu da madrugada sertaneja”.

Famílias em geral de descendência numerosa. Os pais de José Adelino Dantas, futuro bispo da Igreja, tiveram 16 filhos, criando-se uma duzia deles. Nascera José Adelino a 17 de março de 1910.

D. Jovelina, a viúva, junto com seus filhos, constituiria mais uma família sertaneja arrancada pela seca, à procura do agreste.

Aos 14 anos, o rapazinho escutou um diálogo decisivo para o seu futuro, trocado entre o Bispo de Natal e a sra. Jovelina Dantas, em São Paulo do Potengi e no qual seria também chamado a intervir.

— Por que não faz deste menino um padre?

— Ah, Sr. Bispo! Não posso. Tinha tanta vontade... Mas, que posso fazer?

Câmara Cascudo relata a conclusão desta conversa, com a direta interpelação do Pastor ao próprio interessado:

— Quer ir para o Seminário?

— Quero!

Repetia-se em pleno sertão o mesmo chamado que, um dia, fizera Jesus Cristo aos seus primeiros apóstolos, vivamente narrado pelos Evangelhos e prontamente atendido.

No dia seguinte, partia o menino, acompanhando o Pastor, destino ao Seminário de Natal, onde se matricularia, a 5 de fevereiro de 1925. Dali sairia sacerdote, a 1º de novembro de 1934. Cerimônia sempre tocante, presidida pelo nosso quarto bispo, d. Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas. Teve por companheiro de ordenação o padre Jorge D' Grady de Paiva, hoje cônego, residente no Rio de Janeiro, onde representa, com muito brilho, esta Academia junto à Federação das Academias de Letras e é sócio honorário desta Casa.

Sabe-se que o cônego Monte declarou, numa feita: "Celebro todas as missas como celebrei a primeira". Sentimentos idênticos, estou certo, sempre acompanharam o sacerdote José Adelino Dantas. Existe expressivo depoimento prestado pelo ex-seminarista e hoje nosso confrade, Sanderson Negreiros, ao tempo em que assistia a missa diária do seu Reitor, na capelinha do Seminário do Tirol: "Ninguém dava maior exemplo de compenetração mística do que o cônego Adelino, ao dia raiando, celebrando o Santo Sacrifício".

De início, seria ele, em 1934, vigário de Santo Antônio do Salto da Onça, D. Marcolino Dantas — isto ouvi pessoalmente do venerando pastor, julgava importante passassem os seus novos padres pela grande experiência paroquial, antes de qualquer outro encargo. Era a primeira escola do sacerdote.

A 19 de março de 1935 seria transferido para Natal, como Reitor do Seminário, em substituição ao monsenhor Walfredo Gurgel, designado vigário do Acari e tomaria posse a 25 de março.

Foi um longo e proveitoso período, que se prolongaria até sua eleição para Bispo de Caicó, a 10 de junho de 1952, substituindo d. José de Medeiros Delgado. A cidade de Natal teve ocasião de assistir à imponente cerimônia de sua Sagração Episcopal, celebrada ao ar livre, em frente à Catedral de N. S. da Apresentação. Empossar-se-ia na diocese seridoense a 20 de setembro, permanecendo até 10 de maio de 1958. O expressivo lema escolhido para suas armas episcopais retrata muito bem seus sentimentos: "In finem d'ilexit" — **Amou até o fim.**

Da experiência de Reitor do Seminário deixou-nos um livro — "Formação do Seminarista", Editora Vozes, Petrópolis, 1947. Destinou-o, declara singelamente, aos seminaristas, pedindo que "não lhe abram as páginas os sedentos de alta literatura e de alta psicologia". E advertiu existirem nele "pedras cortantes, verdades duras e necessárias".

Entendia que o sacerdócio começa no dia mesmo da entrada no Seminário e os tempos de então (escrevia em 1947) não permitiam mais que se faça do sacerdócio meio fácil e cômodo de ganhar dinheiro e enriquecer. Por outro lado, constituía a oração o termômetro da espiritualidade do seminarista. Exaltava a obediência ao Bispo, anal-

lisava o papel do Reitor de um Seminário, do diretor espiritual, do confessor, dos professores, a importância do estudo, as relações com os colegas, os inimigos da vocação, o tempo das férias. A certa altura, advertia que o sacerdote moderno não pode fechar-se numa concha, pois sua missão divina deve ser exercida à luz dos fatos sociais. Mas de sua formação, desde o Seminário, dependia, na maior parte, o fruto de sua missão sacerdotal. Na vida eucarística estava a medida do grau da espiritualidade do seminarista, que deve ser, como todo cristão, o sal da terra e a luz do mundo.

Trata-se de livro escrito bem antes do Concílio Vaticano II, convocado por João XXIII diante das grandes e rápidas mudanças do mundo moderno e das necessidades inelutáveis, segundo acentuou na Bula "Humanae Salutis", de 25 de dezembro de 1961, de "pôr em contacto com as energias vivificadoras e perenes do Evangelho o mundo moderno", numa sociedade caracterizada "por um grande progresso material a que não corresponde igual progresso no campo moral".

Essa crise da sociedade — diagnosticou muito bem frei Boaventura Kloppenburg, hoje bispo, no seu livro "O Ser do Padre" (Editora Vozes, Petrópolis, 1972 — repercutiu em crise na Igreja, por não estar esta aparelhada para as novas necessidades do homem da era secularizada. E então o próprio clero entrou em crise de identidade — continua o diagnóstico — inclusive pelo estabelecimento duma defasagem entre Bispos e Padres, estes últimos, com certa frequência, acusando o "conservadorismo" dos seus pastores.

Nota-se que a indisfarçável gravidade da crise social, econômica e cultural absorveu seriamente as preocupações pastorais, em particular na América Latina, criando, inclusive, atritos, maiores ou menores, entre bispos, autoridades e os próprios católicos tradicionalistas. Eles não conseguiam entender essas obrigações totais assumidas pela Igreja renovada, que somam a tarefa básica da construção do Reino de Deus à luta pela construção duma sociedade temporal mais justa e mais fraterna, ambas indissociáveis, a partir da verdade sobre Jesus Cristo, sobre a própria Igreja e sobre o Homem. E tudo isto à luz da opção preferencial pelos pobres, que não pode nem deve excluir, como supõem muitos, qual-

quer dos grupos construtores duma sociedade pluralista, como esta em que vivemos. Todos somos responsáveis por um mundo melhor e menos desigual, sem violências.

D. José Adelino Dantas, pela formação religiosa recebida no seu tempo, alicerçada no trato com os autores clássicos romanos e também por sua verdadeira veneração pelo passado familiar e social, especialmente da sua terra seridoense, guardou sempre a maior fidelidade à Igreja, da qual era bispo, mesmo após o “aggiornamento” introduzido pelo Concílio Vaticano II. Entretanto, não podia deixar de sentir a diferença e até mesmo uma certa dificuldade em aceitar determinadas posições que se tomavam, nem sempre lhe parecendo as mais adequadas, nas mudanças que se operavam que às novas circunstâncias.

Não se tratava de nenhuma fuga, nem de protesto, mas uma tomada de posição coerente, dentro do pluralismo cabível, nas matérias não dogmáticas nem disciplinares.

Coragem para assumir situações difíceis não lhe faltava. Prova é haver concordado em ser bispo de Garanhuns, substituindo d. Expedito Lopes, brutalmente assassinado por um sacerdote da própria diocese, em pleno Paço Episcopal. E ao tomar posse, a 13 de setembro de 1958, seu primeiro gesto foi ajoelhar-se junto ao túmulo do antecessor, na Catedral, em oração profunda, cujo conteúdo constitui segredo de Deus.

Outro gesto desses primeiros dias, que retrata muito bem sua personalidade, foi recolher, noite a dentro, as crianças abandonadas, dormindo ao relento, pelas ruas de Garanhuns, os “maloqueiros”, para deixá-los na Escola Técnico-Profissional. Como também as boas relações mantidas com ministros protestantes.

Humildade e simplicidade nunca lhe faltaram. Trocou uma cidade de movimentação intensa, inclusive turística, pela pequena diocese de Rui Barbosa, em pleno sertão bahiano, aqueles chãos barbaramente estéreis e maravilhosamente exuberantes, na imagem feliz de Euclides da Cunha. Tomaria posse a 13 de maio de 1967 para renunciar a 15 de outubro de 1975, data do deferimento do seu pedido ao Papa.

Desconfio muito que nem tudo se tenha passado por motivo de saúde, simplesmente. Não estava podendo realizar os seus sonhos. Ele mesmo se descrevia, na Primeira Carta

Pastoral aos diocesanos de Caicó: “Não vos impressioneis com o perfil físico e humano de vosso novo bispo. Não é isso que pretendemos impingir-vos. Recebei-o e olhai-o na pessoalidade de sua missão, apenas. Postai-vos num ângulo através do qual ele vos apareça mais naquilo que ele é do que naquilo que há de fazer, mais naquilo que ele representa, como enviado de Deus, do que naquilo que ele realiza, como enviado dos homens e substituto de homens”.

Esse homem de Deus, pastor fidelíssimo da Igreja, não esquecia seu amor à terra seridoense, muito menos às suas raízes. Daí dois livros que escreveu. No primeiro, “Homens e Fatos do Seridó Antigo” (O Monitor, Garanhuns, 1962), de que preparava uma segunda edição ampliada, escreve, logo às primeiras páginas: “... o Seridó, sob as bênçãos de ricas tradições patriarcalistas, surgiu e firmou-se, de há muito, como o grupamento humano o mais homogêneo e o mais rico de beleza étnica, gerando, através dos tempos, essa admirável unidade familiar, social e espiritual, rara, às vezes, noutras regiões”. Reuniu crônicas e ensaios, onde estudou fatos marcantes dessa história regional e algumas figuras marcantes, como sejam Caetano Dantas Correia, padre Francisco de Brito Guerra, senador do Império, biografado em livro pelo nosso confrade José Melquiades, Tomaz de Araújo Pereira, Cipriano Lopes Galvão.

Seu segundo trabalho, mais resumido, — “O Coronel de Milícias Caetano Dantas Correia”, edição sem data, parecendo ser de 1977, torna-se valioso para a reconstituição da vida social, econômica e religiosa do Seridó antigo. Mais tarde, Olavo de Medeiros Filho, incansável pesquisador, nos dará obra de maior fôlego — “Velhas Famílias do Seridó” (Brasília, 1981) rastreando 13 famílias povoadoras daquela importante região norte-riograndense.

Graças a trabalhos desta natureza — e existe um inédito, de Felipe Guerra, é possível chegar-se, de grau em grau, até os descendentes de muitas famílias do Estado, nos dias atuais.

Para exemplificar, podemos buscar a linhagem de d. José Adelino Dantas. Verifica-se que José Dantas Correia, português, nascido em Barcelos, Braga, casaria com Isabel da Rocha Meireles. Nasceria desse casal Caetano Dantas Correia, que é pai do meu trisavô Manoel Antonio Dantas Correia. Caetano era um sertanejo forte, capaz de segurar

um boi pelo lombo. Casaria com Josefa de Araujo Pereira, filha de outro patriarca, Tomaz de Araujo Pereira, o primeiro desse nome. Desse par descenderia Caetano Dantas Correia (2º), casado com Luzia Maria do Espírito Santo, por sua vez pais de Tomásia Maria da Conceição, casada com José de Azevedo Maia. Seguiram-se o casal José de Azevedo Dantas (Zuza do Êrmo) casado com Maria Rosalina da Silva, José Adelino Dantas, casado com Ana Cândida de Jesus, Antonio Adelino Dantas, casado com Jovelina de Oliveira Dantas, que são os pais de d. José Adelino Dantas, homenageado desta noite.

Essa história regional, a leitura dos clássicos latinos, a música, eram os raros prazeres de d. Adelino. Renunciando ao seu ofício, preferiu voltar aos chãos ancestrais, fixando-se em Carnauba dos Dantas, por eles fundada, fruto legítimo do ciclo do gado e das doações aos patrimônios dos santos. celebrava suas missas, falava ao povo simples.

Dizem os sagrados cânones que o bispo tem o munus de santificar, de ensinar e de governar, em comunhão hierárquica com a cabeça e com os demais membros do Colégio Apostólico. E que se requer seja ele eminente pela fé sólida, bons costumes, piedade, zelo pelas almas, sabedoria, prudência e virtudes humanas, além de outras qualidades, que o tornem capacitado para o desempenho do ofício.

D. Adelino Dantas atendeu a todos estes requisitos, dentro do seu modo personalíssimo de ser. Morreu como viveu. Na simplicidade, atendido solícitamente, durante a moléstia, por dedicada religiosa. Amando a sua Igreja, a sua terra, a sua gente.

CERIMÔNIA DO LANÇAMENTO DO LIVRO “PENSAMENTO E AÇÃO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA CASA DE CULTURA SÃO SARUÊ — UMBERTO PEREGRINO.

Pois senhores, de repente, não mais que de repente, eis diante de nós Natal e suas paisagens, seus fatos e as pessoas que a sacudiram em período de exceção. Trata-se de uma quadra de renovação física e cultural por que passou o Estado e particularmente a capital, sob a ação de Sylvio Pedroza, Prefeito de Natal e Governador de Estado.

Ora, a gente não estava acostumado com isso... Da História do Rio Grande do Norte, a partir da República, tinha no seu apreço agradecido apenas alguns nomes, os seguintes para ser rigorosamente objetivo: Pedro Velho, expressão de adiantamento político, levou ao Estado a ideologia republicana e instalou-a. Por outro lado gostava de cercar-se de valores intelectuais e não apenas para utilizá-las, pois que os fazia chegarem, sem falta, às mais elevadas posições administrativas no Estado. Vem daí, ao que assinalou Edgar Barbosa, Pedro Velho legou ao Rio Grande do Norte “uma côrte esplêndida, ingênua, talvez, no seu estilo barroco, mas apaixonada das letras e das artes”; outro nome da minha admiração era Alberto Maranhão, inteligência administrativa como não conheceu maior a vida pública do Rio Grande do Norte. Natal deve-lhe um planejamento urbano que permitiu o desenvolvimento da cidade sob o traçado que é hoje o seu orgulho e também a sua sorte. E foi ele que trouxe para Natal Herculano Ramos, o artista com o qual enriqueceu a arquitetura de Natal, a começar pelo teatro, casa definitivamente

te bela e válida na sua função, além de ter planejado e implantado as praças da cidade, destacadamente a praça Augusto Severo. Esta há de ser lembrada com horror aos que a destruíram. Tinha por si, belíssima, aquela arborização típica assim como o risco peculiar, incluindo uma Gamboa do Potengi, canalizada sinuosamente por entre alamedas e canteiros. Grande Herculano Ramos!

Outro nome que aprendemos foi o de Antonio de Souza, Governador do Estado. Exerceu o mandato sem sair da sua residência particular, a Quinta dos Cajuais, ali na Praça Pedro Velho. Sua marca foi a austeridade na conduta dos negócios públicos. Tão absolutamente reconhecida essa austeridade que a Revolução de 1930, nos tempos iniciais, de prometida moralização, foi buscar o antigo governador no seu retiro, onde escrevia romances, e colocou-o na Secretaria Geral do Estado para incutir sabedoria e rigores na ação do tenente interventor.

Já taludo tomei conhecimento de José Augusto, o Governador cordial, abraçava todo mundo e a ninguém dizia não. Costumava terminar o dia em mangas de camisa na redação de "A República". Ao deixar o Governo havia um atraso de seis meses no pagamento dos vencimentos do funcionário. mas a Revolução de 1930 o colheu pobre, tão pobre que, despejado do subsídio de Deputado Federal, era visto como agente de seguros para sobreviver.

Por fim, admirei Juvenal Lamartine, para mim o Governador progressista. Descobriu a vocação aeronáutica de Natal e se fez campeão do voto feminino. Nessa campanha agressiva e vitoriosa chegou a levar Berta Luiz a Natal, um acontecimento. Teve o mandato interrompido mas teve também a agilidade de escapular-se de Natal antes que os revolucionários de 1930 o alcançasse. Correram variadas e até pitorescas versões sobre a fuga do Governador. Na ocasião lastimei seu êxito, mas com o tempo o cataloguei entre os méritos de homem de Estado que prontamente apreendeu a situação perdida.

Pois bem, depois desses nomes, de homens públicos do meu Estado, o primeiro que mexeu comigo, por reconhecer-lhe inicialmente a sensibilidade para as peculiaridades de Natal, foi Sylvia Pedroza.

Bem me lembro de um remoto dia de 1946, em que o Prefeito de Natal, aquele jovem de 26 anos, embarcou-me no "Studebaker" novinho, que ele próprio dirigia, e entrou a mostrar-me Natal.

Embora a sua juventude, tinha ele, conhecimento direto das grandes cidades do mundo. Não lhe faltava, portanto, visão larga e objetiva dos problemas urbanos. Tão pouco lhe faltava disposição para lançar-se às soluções mais arrojadas. Na ocasião senti-o também muito atento aos aspectos sociais do desenvolvimento da cidade. Então sua obra administrativa desdobrava-se entre as opulentas iniciativas urbanísticas de aproveitamento das maravilhosas condições naturais de Natal e o tratamento justo dos bairros pobres, aos quais levada os recursos elementares de água, luz elétrica, acesso seguro, (a qualquer rua devia chegar a ambulância ou o automóvel do médico). Providenciava também um pouco de alegria, através da instalação de altos-falantes que, em determinadas horas, reproduziam programa da única emissora local, àquele tempo.

E foi um gosto visitar com ele o bairro das Rocas, sobretudo para quem conheceu aquilo um desordenado aglomerado de habitações rudimentares, fincadas à beira da lama podre das marés. Agora, no compacto casario, ondulando com a colina que separa a baixada d'lagoa do Jacob das areias fôfas do Aerial, havia decência humana.

Em verdade a Prefeitura se preocupava tanto com os bairros da gente pobre, de que as Rocas são expoente, com as mais audaciosas reformas urbanísticas da cidade. Uma administração caracterizada por esses extremos polos de interesse.

Seja-me permitido, entretanto, nesta oportunidade, no âmbito da Casa de Cultura São Saruê, evocar do Sylvio Pedroza apenas o que representou na área cultural. Prejuízo não haverá, porquanto os demais aspectos da obra de Prefeito e de Governador projetam-se com o máximo de expressão no documentário fotográfico aqui exposto.

Dentro desse critério cultural, competirá lembrar, para começar, os atos com que Sylvio Pedroza favoreceu os escritores e o livro nos seus períodos de Prefeito e de Governador. Foram atos não somente ajustados à realidade das necessidades locais, como inteligentes e objetivos. Foi assim que providenciou a criação de Biblioteca Pública, inexistente

em Natal. E como não havia tempo a perder em face de tão vexatória falta, tratou de uma instalação provisória, porém pronta, usando espaço do teatro Alberto Maranhão; os autores tiveram por si a instituição (Lei n. 1369 de 1-12-1955) de Prêmios para livros de Literatura e estudos em geral abrangendo História, Geografia, Antropologia, Sociologia. Vale registrar, ainda em abono de Sylvio, que seus sucessores não mantiveram esses Prêmios tão decisivamente importantes para o desenvolvimento cultural do Estado.

A Academia Norte Rio-grandense de Letras, àquele tempo ainda sem sede própria, realizava no salão nobre do Palácio do Governo as suas sessões públicas. Enquanto isso, o mesmo Governador, lhe fazia doação de terreno em que o bravo Presidente, Manuel Rodrigues haveria de construir a sede da rua Mipibu.

Escritores e pensadores de renome eram atraídos a Natal, onde se faziam ouvir. Ficaram na crônica desses tempos as visitas de Gilberto Freyre, de Heitor Carrilho, de Gilberto Osório de Andrade, de Silvino Lopes.

Mas não apenas iniciativas assim abrangentes vieram de Sylvio Pedroza. Ele providenciava também os bens culturais específicos, como foi o caso das duas Histórias, a de Natal e a do Rio Grande do Norte, incumbidas ao mestre Câmara Cascudo e editadas por Sylvio. E houve, em matéria de livros, a histórica reedição das "Poesias" de Segundo Wanderley, um dos autores mais caros à inteligência e à sensibilidade do Rio Grande do Norte. Pois bem, no caso não foi somente trazer de volta o poeta querido. O Governador redobrou a valorização da sua providência cultural convocando para o lançamento da obra uma velhinha especial, a viúva de Segundo Wanderley. A exposição fotográfica, aqui presente, documenta esse quadro emocionante.

Mas procurem ver também nesse documentário um piano que se deslocava sobre um caminhão para levar música diretamente ao povo, além de amenizar a vida dos internos de hospitais e orfanatos. E quem era o pianista? Nada menos que Oriano de Almeida, um nome nacional.

Ora, iniciativas como essa denunciam as preocupações de um Governador ao nível de trabalho cultural para o povo. Está claramente visto que a experiência não teve continuida-

de, mas poderá ser revigorada e desenvolvida, quem sabe, a partir das lembranças que ora se fazem homenageando Sylvio Pedroza.

Por Deus que outros esforços, porque de outra natureza, vingaram. Vingou o empenho na fundação das primeiras Faculdades isoladas: Farmácia, Odontologia, Direito, Medicina, Filosofia. E delas resultou a Universidade, a cuja organização e implantação associou o nome de um herói silencioso chamado Onofre Lopes.

Para conhecimento do conjunto dos feitos de Sylvio Pedroza à frente da Prefeitura de Natal e do Governo do Estado remetemos ao seu livro "Pensamento e Ação", ora aqui também ao alcance geral. Trata-se de obra para ficar pois tem sabor de documentário, tanto na matéria da responsabilidade direta do autor, como nos "pronunciamentos" que constituem a 2.^a parte do volume e são assinados por consagrados intelectuais.

Há que destacar, entretanto, as páginas que reproduzem entrevista no Programa "Memória Viva", da TV Universitária do Rio Grande do Norte. Aí temos em verdade um vivo e rico capítulo da história política. Daqui por diante, necessariamente o consultaremos acerca de fatos e homens abrangidos pelas vivências de Sylvio Pedroza na vida pública.

Resta esclarecer que a escolha deste local para o lançamento, que ora realizamos, do livro "Pensamento e Ação" e a inauguração da Exposição Fotográfica "O Mundo de Sylvio Pedroza", não foi arbitrária nem foi obra de conveniência. A iniciativa foi da própria Casa de Cultura São Saruê e a ela prontamente associaram-se o Centro Norte Riograndense, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a Fundação José Augusto. Tratava-se, no entendimento comum, de homenagear Sylvio Pedroza por sua obra de homem público no Rio Grande do Norte, na qual por outro lado tão saudavelmente se refletiram as suas qualidades humanas e as suas preocupações culturais.

Ora, esta Casa de Cultura São Saruê, consagrada ao culto da sabedoria do povo em todas as suas manifestações, está impregnada de valores que caracterizam a vida do povo potiguar. Aqui, portanto, sob a forte e sugestiva presença do Rio Grande do Norte o lugar certo para projetá-lo através da palavra de Sylvio Pedroza e das imagens das suas construções.

Eu de mim o saúdo saúdo agora, mas não posso reprimir um rompante de gratidão: obrigado Prefeito Sylvio Pedroza pela inteligência, pela sensibilidade, pelo amor com que tratou Natal. Considero o cargo de Prefeito de Natal como o mais importante da administração pública no Brasil. Isto posto, quem dera vê-lo de novo Prefeito de Natal. Até porque o reconheço o mesmo daqueles anos antigos, a mesma juventude marcada pelo entusiasmo, certamente o mesmo espírito esportivo, quem sabe ainda a disposição de vaquejar, a mesma capacidade de fazer, o mesmo jeito cordial e aberto de tratar.

Nunca mais um Prefeito igual e é só esse pensamento que ensombra a minha alegria quando saúdo, agora, sob a benção de São Saruê.

DISCURSO DO EX-GOVERNADOR SYLVIO PEDROZA

Agradeço a colhida amiga que me dá esta Casa de Cultura São Saruê, transformada pelo sonho, pelo idealismo e pela ação de Umberto Peregrino, em prolongamento e extensão do sagrado território norte-riograndense em Santa Teresa.

Assinalo uma coincidência simbólica, ao recordar que meu bisavô e meu avô Fabrício Gomes Pedroza — Fabrício velho e Fabrício moço — escolheram destinos idênticos, quando para terminar seus dias trocaram o prestígio e as tradições da Casa de Guarapes — erguida no esplendor da colina à beira do Potengi — por estes morros de Santa Teresa.

Aqui Umberto Peregrino plantou sua morada. Sua carreira vitoriosa de militar, de romancista e de homem de cultura, chamando-o de modo permanente para o exercício de cargos importantes, não lhe permitiu fixar-se em sua terra natal, que ele sempre trouxe no coração. A semente desse amor telúrico, ele a plantou nesta encosta. Aqui, nesta sua casa, o próprio ar que respiramos é Potiguar. Parece até que nos chega na brisa trazida pelos ventos do mar, que percorre e acaricia as dunas da cidade do Natal.

Estou renovando aqui, neste instante, as emoções que percorri no meu recente reencontro proustiano com a minha cidade e a minha gente. Nestas salas encantadas de São Saruê revivo emoções, que nascem do povo, de sua alma simples, e que se traduzem nas criações de arte com que alegam o cotidiano de suas vidas, na sua música, na sua literatura oral e de cordel, nas suas danças e nos seus cantares.

Aqui encontraremos a história real do povo, que trabalha com o material do seu dia-a-dia, criando em sua simplicidade primitiva os bonecos de pano e capim, os bois e cavalos de barro, os chapéus de palha, — documentos que atestam a eternidade humana em sua continuidade.

No gibão de couro,, revejo o menino de fazenda que fui, vivendo as horas autênticas do dinamismo sertanejo, aprendendo a nadar nos rios e açudes e a derrubar os touros nas tardes inesquecíveis das vaquejadas.

Umberto Peregrino com sua sensibilidade apurada destaca em sua afetuosa saudação entre os cargos que ocupei, antes o de Prefeito da cidade do Natal, que o de Governador.

Realmente, nunca deixei de amar e servir minha cidade, mesmo depois de chegar à chefia do Estado. E muitas obras iniciadas como Prefeito foram terminadas como Governador. Não mudei, e nem poderia fazê-lo, dentro da minha maneira de ser, o tratar com o povo, nem minha identificação permanente com seus problemas e suas aspirações.

Foi este contato íntimo, diário, a que o cargo de prefeito obriga, que deu origem à filosofia política e moral que adotei no meu governo. Realmente como poderia discriminar entre os que haviam, ou não votado em mim? Como poderia aferir a capacidade de um funcionário público, tomando com referência suas preferências políticas? Como poderia deixar de assegurar o respeito e a liberdade a todos os meus conterrâneos? Como atribuir à Polícia Militar outra função além da que lhe compete, de assegurar na forma da lei a tranquilidade e os direitos dos cidadãos? Como esquecer que o eleitor de um dia determinado, cujo voto equivale numericamente ao de qualquer outro, é muitas vezes um pobre homem da lavoura, subnutrido e desajudado, carente do auxílio e da compreensão do Governo?

Creio firmemente que foram estes princípios, aqui expostos da maneira singela, que me proporcionaram as manifestações de apoio e carinho recebidos em minha terra, e que Umberto Peregrino aqui repete, com o aval da presença de tantos amigos queridos. E são estes os princípios expostos no livro *Pensamento e Ação*.

Refere-se Umberto Peregrino em seu discurso a minha vinculação à vida cultural de meu Estado.

Seja-me permitido um preito de justiça, ao ressaltar quanto contribuiu para esta minha identificação com os valores culturais do Rio Grande do Norte, a permanente, profunda, amiga e generosa influência de Luis da Câmara Cascudo, este homem extraordinário, que há mais de meio século, ilustra, engrandece e honra sua terra e sua gente, da qual se tornou símbolo imperecível.

Os próprios grandes vultos de nossa história, citados por Umberto Peregrino, dos quais me orgulho de ser descendente, devem ao Mestre o estudo apaixonado de suas vidas e de suas obras. Há pouco tempo escrevia a Américo de Oliveira Costa a propósito de um artigo que escreveu sobre Natal e o mestre Cascudo, o seguinte: “Fico a pensar o que seria de Natal e do Rio Grande do Norte, sem a presença deste homem-símbolo da terra, o que seria principalmente de nossa memória, que ele cultivava, interpreta e mantém viva. Que notícias teríamos da vida da comunidade norte-riograndense sob todos os seus aspectos, desde os mais populares até a história dos seus líderes e governantes, se não fosse Cascudo? Quem iria reavivar a memória de nossos pró-homens, da liderança política de Pedro Velho, da visão administrativa e cultural de Alberto Maranhão, do gênio inventivo de Augusto Severo?”

Quanto ao apoio que pude dar à inteligência potiguar, é evidente que no conjunto das minhas noções pessoais sobre o dever do administrador, figuram em plano absolutamente superior as obrigações referentes à cultura e à arte. Qualquer obra de governo para ser digna deste nome, terá que dar prioridade, estímulo e prestígio aos valores intelectuais, artísticos e culturais — elementos cuja presença traz o índice da vitalidade e do progresso de qualquer comunidade.

Cumpri, portanto, apenas meu dever. E na realidade, quando recebia em Palácio para as suas reuniões os membros da Academia, era sua presença que honrava ao Governo. Nunca o contrário.

Senhores Presidentes da Fundação José Augusto, do Centro Norte-Riograndense, do Instituto Histórico e Geográfico e da Casa de Cultura São Saruê.

Sinto-me honrado e sensibilizado pela iniciativa que tiveram de promover, no Rio de Janeiro, o lançamento de meu livro. Ela me enseja a oportunidade de reencontrar tantos conterrâneos aqui residentes, e de junto com eles recepcionar nesta Casa do Rio Grande do Norte, os meus amigos cariocas, cuja presença me proporciona especial alegria.

MUITO OBRIGADO A TODOS!



COMPOSTO E IMPRESSO NA
CIA. EDITORA DO RN - CERN

Av. Junqueira Ayres, 355 - Fones: 221-2240/2241



THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

PRESIDENTES DA ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS

- 01 — Henrique Castriçiano de Souza — de 14 de novembro de 1936 a 27 de abril de 1938.
- 02 — Antônio Soares de Araújo
de 07 de maio de 1938 a 27 de maio de 1943
- 03 — Juvenal Lamartine de Faria
de 27 de maio de 1943 a 24 de março de 1949
- 04 — Paulo Pinheiro de Viveiros
de 24 de março de 1949 a 26 de dezembro de 1949
- 05 — Américo de Oliveira Costa
de 26 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1949
- 06 — Edgar Barbosa
de 09 de março de 1950 a 22 de fevereiro de 1951
- 07 — Paulo Pinheiro de Viveiros
de 22 de fevereiro de 1951 a 13 de janeiro de 1955
- 08 — Manoel Rodrigues de Melo
de 13 de janeiro de 1955 a 30 de janeiro de 1976
- 09 — Onofre Lopes da Silva
de 30 de janeiro de 1976 a 13 de julho de 1984
- 10 — Diógenes da Cunha Lima